

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Celise Monteiro França Correia

Educação para cidadania digital: Conceitos, dimensões e reflexões

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Celise Monteiro França Correia

Educação para cidadania digital: Conceitos, dimensões e reflexões

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: Currículo, na área de concentração de Novas Tecnologias em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria da Graça Moreira da Silva.

São Paulo

2021

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Celise Monteiro França Correia

Educação para cidadania digital: Conceitos, dimensões e reflexões

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: Currículo, na área de concentração de Novas Tecnologias em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dedico esta dissertação aos meus queridos cidadãos digitais e sobrinhos Arthur Vinícius e João Pedro. Que sejam responsáveis, respeitosos e éticos em todas as esferas de suas vidas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Número do Processo: 88887.499106/2020-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Process number: 88887.499106/2020-00

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, em primeiro lugar, são enviados a Deus, que me concedeu saúde e oportunidade para cursar o Mestrado na PUC-SP.

Meus profundos agradecimentos à minha querida e *top* orientadora, Prof.^a Dra. Maria da Graça Moreira da Silva, extremamente humana e acolhedora em todos os momentos dessa jornada acadêmica, com muita paciência e respeito. Agradeço por me ensinar, com competência, o que é pesquisa científica.

À Prof.^a Dra. Maria Elizabeth de Almeida, pelas excelentes contribuições, questionamentos e críticas que vieram contribuir e muito para que essa pesquisa ganhasse mais forma e vida.

À Prof.^a Dra. Daniela Costa, a quem me inspirei no trabalho para realizar esta dissertação e que trouxe excelentes contribuições à pesquisa.

Meus agradecimentos aos meus pais que sempre me apoiarem na vida profissional e acadêmica.

Meus agradecimentos à minha querida Tia Neidinha e ao Tio Luciano (*in Memoriam*) pelas referências desde a minha infância nas áreas de Educação e Tecnologia.

Aos queridos Clarissa e Gustavo, pelo apoio e incentivo nos momentos do mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP que, me ensinaram muito em todos os momentos da minha vida acadêmica.

À querida Cida, agradeço por sua atenção, carinho e competência em auxiliar em todas as dúvidas referentes ao programa de Educação: Currículo.

À Prof.^a Dra. Valdenice Minatel, diretora do Colégio Dante Alighieri, grande referência na minha trajetória de vida profissional ao percorrer os caminhos das tecnologias aplicadas à educação e a importância de pesquisar, estudar e continuar na jornada apaixonante que é ensinar.

A Prof.^a Ma. Verônica Cannatá, coordenadora de tecnologia educacional do Colégio Dante Alighieri, por todo o apoio, carinho e atenção nos momentos dessa jornada acadêmica.

Aos queridos colegas de trabalho do Colégio Dante Alighieri, pela paciência, apoio e incentivo, muito obrigada!

À querida amiga e monitora do Programa, Fabiana Oliveira, que me ajudou em diversos momentos da minha trajetória, me ensinando cada vez mais o significado da palavra afetividade.

Aos meus colegas e amigos, que em muitos momentos compartilharam angústias e dores dessa trajetória que, muitas vezes, se torna difícil, mas que traz muito aprendizado e conquistas.

Agradeço, de modo especial, ao Colégio Dante Alighieri por todo o apoio e incentivo ao estudo e à pesquisa. Eu sinto orgulho em fazer parte dessa instituição!

CORREIA, Celise Monteiro França. **Educação para cidadania digital: Conceitos, dimensões e reflexões**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO

Este estudo se insere na Linha de Pesquisa Novas Tecnologias na Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Objetiva identificar a perspectiva de diferentes autores sobre o tema cidadania digital na educação, nas produções científicas em língua portuguesa, no período de 2014 a 2020. Possui abordagem qualitativa. Para aprofundar o tema, por meio de Revisão Sistemática da Literatura, a busca foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e no Portal de Periódico da Capes. Os dados coletados foram analisados criticamente em busca da identificação dos conceitos de “cidadania digital”, evidenciados pelos autores das pesquisas e artigos científicos. Para análise dos dados, é empregado um sistema tecnológico de análise qualitativa, o Software Nvivo12. No levantamento, identificou-se que existem poucas pesquisas sobre o tema, o que tensiona a necessária discussão sobre cidadania digital na educação e a formação de um sujeito crítico e participativo, que conheça seus direitos e deveres na internet e tenha consciência e responsabilidade para navegar de forma segura, compreendendo o que é feito com seus dados. E, também como ser um leitor crítico ao acessar informações na internet e não propagar desinformação.

Palavras-chave: Letramento Digital; Cidadania Digital; Educação Midiática.

CORREIA, Celise Monteiro França. **Education for digital citizenship: Concepts, dimensions and reflections**. 2021. 125 f. Dissertation (Master in Education: Curriculum) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

This study is part of the research line New Technologies in Education, of the Pontifical Catholic University of São Paulo's Postgraduate Program in Education: Curriculum. It aims to identify the perspective of different authors about digital citizenship in education, from scientific productions in Portuguese language, from 2014 to 2020. The study is of a qualitative approach. To further explore the theme, by means of a Systematic Literature Review, the search was carried out in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) database, in the Open Access Scientific Repositories of Portugal (RCAAP), and in the Capes Periodical Portal. The collected data were critically analyzed in order to identify the concepts of “digital citizenship”, highlighted by the authors of the research and scientific articles. For data analysis, it's used a qualitative analysis technological system, the Nvivo12 Software. In the survey, it was identified that there is little research on the subject, which stresses the necessary discussion about digital citizenship in education and the formation of a critical and participatory person, who knows his rights and duties on the Internet and has the awareness and responsibility to browse safely, understanding what is done with his data. And, also, how to be a critical reader when accessing information on the internet, not spreading misinformation.

Keywords: Digital Literacy; Digital Citizenship; Media Education.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Motivos para crianças e adolescentes não utilizarem a internet.....	23
Figura 2 - Tipos de dispositivos utilizados para acessar a internet.....	25
Figura 3 - Atividades realizadas na Internet – Comunicação e Redes Sociais.....	25
Figura 4 - Atividades realizadas na Internet – Multimídia e Entretenimento.....	27
Figura 5 - Auto dano e conteúdos sensíveis.....	28
Figura 6 - Discriminação testemunhada e sofrida na internet nos últimos 12 meses.....	32
Figura 7 - Palavras-chave utilizadas na busca preliminar.....	41
Figura 8 - Nuvem de Palavras dos Resumos.....	79
Figura 9 - Nuvem de palavras-chave.....	91
Figura 10 - Nuvem de palavras a partir dos títulos dos trabalhos.....	97
Figura 11 - Dimensões do Conceito de Cidadania Digital.....	100
Figura 12 - Literacia Digital Crítica, por categoria de análise.....	105
Gráfico 1 - Proporção de pesquisas realizadas em universidades públicas e privadas.....	87
Gráfico 2 - Instituições que foram realizadas as pesquisas.....	88
Gráfico 3 - Universidades onde foram realizadas as pesquisas.....	88
Gráfico 4 - Quantidade de trabalhos por país.....	89
Gráfico 5 - Tipos de Trabalhos produzidos (tese, dissertação e artigo).....	89
Gráfico 6 - Área de Concentração dos Programas dos estudos relacionados na busca.....	90
Gráfico 7 - Volume de publicações por anos.....	91
Gráfico 8 - Quantidade de Estudos a partir do grupo de competências.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação esquemática do processo de Revisão Sistemática da Literatura.....	40
Quadro 2 - Pesquisas sobre Cidadania Digital.....	41
Quadro 3 - Protocolo desta pesquisa com base em Faria (2016).....	43
Quadro 4 - Pesquisa na base BDTD com o termo “cidadania digital” + educação.....	45
Quadro 5 - Pesquisas na base BDTD com o termo “digital citizenship”.....	45
Quadro 6 - Pesquisas na base BDTD com os termos “segurança na internet” + educação.....	46
Quadro 7 - Pesquisas na base BDTD com os termos cidadania + educação + mídia.....	46
Quadro 8 - Pesquisa na base BDTD com o termo “direitos humanos” + educação + digital.....	47
Quadro 9 - Pesquisa na base BDTD com o termo “ética” + educação + digital.....	48
Quadro 10 - Pesquisa na base BDTD com o termo letramento + educação + digital.....	48
Quadro 11 - Pesquisa na base BDTD com os termos “tecnologia educacional” + currículo + cidadania.....	49
Quadro 12 - Pesquisa na base RCAAP com o termo “cidadania digital” + educação.....	50
Quadro 13 - Pesquisa na base RCAAP com o termo “segurança na internet” + educação.....	51
Quadro 14 - Pesquisa na base RCAAP com o termo cidadania + educação + mídia.....	51
Quadro 15 - Pesquisa na base RCAAP com o termo letramento + educação + mídia.....	52
Quadro 16 - Pesquisa na base RCAAP com o termo literacia + digital + cidadania.....	52
Quadro 17 - Pesquisa no portal de periódico da Capes com o termo “cidadania digital” + educação.....	53
Quadro 18 - Pesquisa no Portal Periódico da Capes com o termo “digital citenzhip”.....	54
Quadro 19 - Pesquisa no Portal Periódico da Capes com o termo cibercidadania + educação.....	54
Quadro 20 - Áreas e capacidades que constituem a cidadania digital +.....	72
Quadro 21 - Grandes Objetivos Educacionais.....	74
Quadro 22 - Resultado Geral da pesquisa de base de dados por descritores.....	78
Quadro 23 - Artigos, dissertações e teses selecionados para RSL.....	80
Quadro 24 - Grupo de Competências do Relatório de Harvard.....	93
Quadro 25 - Áreas da Competência Participação.....	94
Quadro 26 - Áreas da Competência Empoderamento.....	95
Quadro 27 - Pesquisas da RSL e principais conteitos de Cidadania Digital.....	97
Quadro 28 - Direitos Digitais e Comportamentos Humanos na Internet.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de instituição.....	87
Tabela 2 - Palavras que aparecem com maior frequência nas palavras-chaves dos artigos.....	92
Tabela 3 - Categorias de análise dos estudos.....	93
Tabela 4 - Categorias de análise baseadas em Tipo de Educação.....	96
Tabela 5 - Categorias de análise baseadas no Nível de Ensino.....	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PDPA	Plataformização, dataficação e perfomatividade algorítmica
PNE	Plano Nacional de Educação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
RSL	Revisão sistemática de literatura
TDIC	Tecnologias digitais da informação e comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Memorial.....	15
Problematização/Contextualização e Estrutura da Pesquisa.....	19
Problema e objetivos.....	37
Questão-problema.....	37
Objetivo Geral.....	38
Objetivos Específicos.....	38
Organização da Dissertação.....	38
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
1.1 Método da pesquisa.....	39
1.2 Levantamento inicial da bibliografia.....	40
1.3 Revisão sistemática da literatura.....	43
1.3.1 Base de dados BDTD.....	44
1.3.2 Base de dados RCAAP.....	49
1.3.3 Base de dados Portal de Periódico da Capes.....	53
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	56
2.1 Currículo.....	56
2.2 Tecnologia e TDIC.....	60
2.3 Educação para Cidadania e a Cidadania Digital.....	65
3 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	76
3.1 Análise Qualitativa.....	77
3.2 Análise Quantitativa.....	86
3.3 Revisão da Literatura.....	92
3.3.1 Revisão Quantitativa dos dados da Revisão da Literatura.....	92
3.3.2 Análise Qualitativa da Revisão da Literatura.....	96
3.3.2.1 Dimensões principais do Conceito de Cidadania Digital.....	100
3.3.2.2 Uma breve análise das dimensões principais do Conceito de Cidadania Digital.....	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A introdução apresenta a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, enfatizando os caminhos que a levaram a cursar o mestrado na área de Educação: Currículo, na linha de pesquisa Novas Tecnologias na Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em seguida, apresenta a problematização, a formulação da questão problema, os objetivos norteadores e a organização da presente dissertação de mestrado.

Memorial

Para falar da minha trajetória profissional, gostaria de apresentar um pouco a minha trajetória pessoal e as minhas origens.

Sou filha de um pai batalhador. Meu pai é médico, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, e veio sozinho para São Paulo, com muita coragem, aos 28 anos de idade e com um sonho: ser médico, morar e trabalhar em São Paulo.

Minha mãe, mulher de uma inteligência viva, de uma história com a música e o cérebro fascinante que a fez migrar de administradora hospitalar para musicoterapeuta. Fez sua segunda graduação aos 42 anos, estudou musicoterapia e, em seguida, iniciou no Departamento de Neurologia da Unifesp o seu mestrado e, posteriormente, fez doutorado. Ela sempre encheu a casa de livros sobre cérebro e música. Os livros de meu pai também compunham a estética do escritório. Os dois sempre estudaram muito, dedicaram e se empenharam em suas profissões.

A minha paixão e vontade de cursar mestrado e doutorado, creio que, foi inspirada na trajetória de minha mãe. Já o amor pela educação, veio da minha tia Neidinha, irmã de meu pai, única pedagoga da família e uma professora com uma história de luta e coragem, no Recife. Ela ministrava aulas em escolas do Estado e da Prefeitura, sustentava três filhos pequenos e sempre exerceu sua profissão com muito amor, disciplina e dedicação.

A minha curiosidade pela Tecnologia veio do meu tio Luciano, esposo de minha tia Neidinha, sempre ligado a artefatos tecnológicos, tais como: câmera fotográfica, filmadora, telefones, televisões, radioamador e, mais para frente, conquistou seu computador. Sabia tudo sobre informática, além de ser exímio em inglês. Ele tinha um quarto cheio de parafernália tecnológica e livros. Aprendi muito com ele. Tia Neidinha e tio Luciano moravam em Recife e eu e minha irmã viajavamos para lá, todos os anos, em nossas férias escolares. Sempre ouvia as histórias da minha tia e seu trabalho na escola e meu tio, sempre ensinando a “mexer” na câmera fotográfica, radioamador e no computador.

Cursei magistério no Colégio Batista Brasileiro, finalizando em 1989. Concluí minha graduação em Pedagogia, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, no ano de 1996 e, a partir daí, minha trajetória foi voltada para área de Tecnologia Educacional. A minha trajetória profissional possibilitou aprender muito sobre como utilizar a tecnologia e como integrá-la ao currículo. Todo esse conhecimento, experiência e aprendizado foram fundamentais para eu chegar até aqui.

No último ano de graduação, em 1996, iniciei o contato com o sistema operacional de computadores, na época o “MS-Dos”, e esse foi o início da minha trajetória com a tecnologia, que me despertou a curiosidade para aprender outras ferramentas. Concluída a graduação em 1996, procurei um curso de informática e aprendi o sistema operacional “Windows 95”, uma grande inovação na época, o processador de texto (MSWord) e planilha eletrônica (Excel) e me interessei cada vez mais por esse universo. Meus pais compraram um computador pessoal (PC) e, assim, pude estudar e aprofundar meus conhecimentos.

Iniciei a minha carreira na informática aplicada à educação, trabalhando na empresa Futurekids¹, que prestava serviços a escolas na implantação de tecnologias e ministrava aulas de informática para crianças e adolescentes em diversos municípios brasileiros. Essa empresa era uma franquia de uma escola de informática com origem norte-americana popular na década de 1990.

O meu contato inicial com a internet aconteceu ainda com conexão telefônica por meio de linha discada, quando conheci os sistemas BBS² e ICQ³ e comecei a dar aulas sobre esses temas, ensinando como ler e responder e-mails, “bater papo” em salas virtuais, explicar o conceito de provedores etc. Em 1999, abri minha própria escola de informática, o Núcleo de Informática Educacional, que ficou ativa até 2004 e tinha como objetivo levar a tecnologia para as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e dar aulas de informática, de acordo com o conteúdo do currículo trabalhado em sala de aula.

Ao trabalhar com tecnologias na educação, minha preocupação sempre foi integrá-las ao currículo. Desde essa época, me preocupei em planejar aulas com o uso de tecnologias

¹ Futurekids chegou ao Brasil na década de 1990 e por conta da inovação que representava para a época, com os alunos aprendendo o conteúdo acadêmico, utilizando computadores, internet e robótica, foi legitimada pela Unesco como um impulso no avanço da educação no Brasil. Disponível em: <http://blogs.gruporabbit.com.br/futurekids/blog/2019/04/26/dia-da-educacao/>. Acesso em: 20 out. 2020.

² Bulletin Board System (BBS) é um sistema tecnológico, um software, que permite a ligação (conexão) via telefone a um sistema do computador do usuário e possibilitava a interação com ele, tal como se faz hoje com a internet. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bulletin_board_system. Acesso em: 15 nov. 2019.

³ ICQ (Internet Char Relay) é um sistema de mensagem eletrônica por computador, que significa “I seek you” – Eu procuro você, uma comunicação pela internet. Disponível em: <https://www.significados.com.br/icq/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

juntamente com os professores polivalentes e especialistas para que houvesse uma aprendizagem com significado e alinhamento ao currículo.

Em 2004 fechei a minha empresa e passei a trabalhar em escolas particulares, visto que naquele momento as escolas começavam a se equipar com laboratórios de informática e trabalhar com educação tecnológica e robótica. Nesse mesmo ano, procurei uma especialização em Informática Educacional e como a instituição Universidade Mackenzie, em São Paulo, não conseguiu formar uma turma, optei por um segundo curso pelo qual sempre tive interesse, Psicopedagogia, iniciando essa pós-graduação na Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo. No ano seguinte, tranquei o curso e iniciei a pós-graduação de Tecnologia Educacional no Mackenzie, pois a instituição conseguiu formar turma para iniciar a especialização.

Nessa época, fiz aos sábados um curso de curta duração na Cogea⁴ PUC-SP, coordenado pelas professoras Maria Elisabeth Bianconcini de Almeida e Maria da Graça Moreira da Silva, utilizando o ambiente virtual desenvolvido pela Unicamp, o Teleduc. Foi o início da expansão de cursos em educação a distância (EAD) no Brasil.

No período de 2005 até 2017, atuei em diversas instituições de ensino privadas, trabalhando na área de Tecnologia Educacional e Robótica, com crianças de Educação Infantil até o Ensino Fundamental II. Atuei em diversos segmentos, trabalhei em parceria com professores polivalentes e especialistas para utilizar a tecnologia em sala de aula, bem como na formação de professores para o uso das tecnologias em sala de aula.

Em uma das instituições em que trabalhei, consegui realizar uma parceria com uma psicopedagoga que acompanhava um aluno que apresentava agnesia do corpo caloso⁵. Utilizamos a tecnologia, mais precisamente software de autoria Java Clic, com esse aluno e ele apresentou melhoras na escrita e na leitura. Creio que muitos desafios foram apresentados ao longo da minha carreira e com o auxílio da tecnologia pude experienciar aprendizados e conquistas por parte dos educandos e educadores com os quais trabalhei.

Em 2007, retomei à Universidade São Judas Tadeu e finalizei minha pós-graduação em Psicopedagogia no ano seguinte.

Em 2017, ingressei como professora de tecnologia educacional no Colégio Dante Alighieri, onde estou desde a presente data. Além de ministrar aula para os alunos do Ensino Fundamental, também atuo na formação para os professores do colégio. Na instituição em que

⁴ Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cogea).

⁵ Agnesia do Corpo caloso é considerada uma anomalia encefálica congênita incomum que acomete com igual frequência pacientes do sexo masculino e feminino. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11578>. Acesso em: 15 nov. 2019.

trabalho atualmente, estou contratada na área pedagógica, como professora, e tenho disponibilidade para estudar e trabalhar, o que é de extrema importância para minha carreira, visto que anteriormente era contratada no administrativo e trabalhava período integral, portanto, era impedida de fazer um mestrado durante a semana. Ingressar em um programa de mestrado sempre foi um dos projetos de vida para poder aprofundar meus conhecimentos e alinhar minha prática com a fundamentação teórica, o que considero fundamental para a carreira de um educador.

Ao iniciar em 2017, com o trabalho de Cidadania Digital, no Colégio Dante Alighieri, atuei como professora de Cidadania Digital para os alunos do 4º ao 9º ano e a partir daí, já comecei a pensar na importância de formar um cidadão crítico e atuante, navegando com segurança e responsabilidade na internet.

Em agosto de 2019, ingressei no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: Currículo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Por meio da minha trajetória, ficou evidente que o programa que escolheria seria Educação: Currículo, na linha de pesquisa de Novas Tecnologias na Educação. Escolhi a PUC-SP pela tradição no ensino, pelos excelentes professores, que fizeram e fazem parte dessa instituição, e pela preocupação nas pesquisas e em trabalhos e seminários para integrar a tecnologia ao currículo escolar.

Refletindo sobre minha trajetória acadêmica e profissional, entendi que acompanhou a história e o movimento de introdução e evolução das tecnologias no contexto educacional no Brasil: do ensino de informática na década de 1990, passando pela introdução de informática nas escolas de forma terceirizada, uso das redes e internet e atuando nas escolas como professora de tecnologias educacionais até os anos 2020. Assim, minha atuação do ensino de programas de computador ao uso das tecnologias de informação e comunicação como artefato de cultura foi acompanhada de minha evolução epistemológica sobre o tema.

O tema da minha pesquisa veio com o tempo, visto que minha preocupação e o foco do meu trabalho, desde 2017, era em torno da questão de preparar os alunos para exercerem a cidadania, também na internet, para que possam navegar com mais segurança, privacidade e responsabilidade e a entender, de forma crítica, o que pode ser feito com seus dados, além de outros assuntos importantes referentes ao tema.

Preparar os alunos para a cidadania digital, ter consciência crítica e ampliar o olhar dos alunos para o uso ético e crítico, bem como a exposição dos seus dados, passou a ser o meu tema de pesquisa e sigo nessa busca como investigadora e pesquisadora, no intuito de poder, de alguma forma, contribuir para a comunidade acadêmica e para sociedade.

Problematização/Contextualização e Estrutura da Pesquisa

Cada vez mais, a tecnologia se faz presente na vida em sociedade. O comportamento das pessoas e a forma com que se relacionam com outros e com o mundo a sua volta estão sendo influenciados pelo impacto da tecnologia em todos os aspectos da vida do ser humano. Conforme afirmam Almeida e Silva (2011, p. 4), as tecnologias permeiam as práticas sociais, fazem parte da cultura na qual estamos inseridos, possibilitando um novo desenvolvimento “de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender-viver”.

Por cultura, conforme indica Castells (2003), pode-se considerar um conjunto de valores e crenças que formam comportamentos pela repetição de seus padrões, gerando costumes que são repetidos por instituições e organizações sociais. Dado que hoje a cultura na qual estamos inseridos está permeada pela tecnologia. A estrutura e as práticas sociais também são impactadas pelo uso mais intenso decorrente do avanço tecnológico, passaram a ser organizadas de modo diferente, formando o que Castells (2020) chama de “sociedade em rede”.

Desse avanço tecnológico, bem como das mudanças no modo de vivermos, interagimos, aprendemos e ensinamos geradas por pelo uso da tecnologia no dia a dia, emergiu um novo tipo de cultura: a cultura digital, um novo *modus vivendi*.

Como mencionado, Castells (2020) define a cultura digital como a sociedade em rede e, Pierre Lévy (2018), como cibercultura. Não existe um único conceito de cultura digital, daí a importância de delimitar alguns aspectos, inclusive para nortear o trabalho dos educadores. Os aspectos a serem considerados referem-se ao avanço das tecnologias e como estas impactaram a vida dos seres humanos. Como exemplo do avanço das tecnologias, pode-se citar o surgimento da internet, que possibilita novas formas de ler o mundo, de se comunicar, de interagir, de acessar a informação e adquirir conhecimento.

O surgimento da cultura digital traz um novo tipo de leitor, conforme aponta Santaella (2013): o leitor ubíquo. Tal leitor, faz uso de dispositivos móveis e graças a isso pode estar em constante movimento, não precisa mais ficar estático, parado, pois pode acessar a informação em qualquer lugar em que esteja, a informação está disponível na internet. O acesso não é mais somente numa mesa, num computador pessoal (PC). Esse tipo de leitor, aponta a autora, está em duplo movimento: o físico e o informacional. Em outras palavras, ao mesmo tempo que o indivíduo transita por diversos lugares, em diferentes ambientes físicos, ele aprende, se

comunica e interage com outras pessoas por meio de seu dispositivo móvel (*smartphone, tablet*).

O termo “ubíquo” tem como uma de suas principais origens a definição apresentada no artigo de Weiser (1991). Segundo o autor, estamos caminhando para a era da tecnologia calma (*calm technology*), quando essas tecnologias estão inseridas em nosso cotidiano, de tal forma que se tornam invisíveis, fazendo parte, de forma natural, do nosso cotidiano, em diversas áreas da sociedade. Esse conceito, estabelecido pelo autor em 1991, mostra-se extremamente atual e contextualizado, visto que estamos imersos em uma cultura digital nesta terceira década do século XXI.

A cultura digital e a ubiquidade se apresentam em um cenário contemporâneo que enfatiza a importância de preparar sujeitos que estejam aptos a lidar com as constantes transformações ocasionadas pela evolução tecnológica e suas manifestações nas atividades e práticas cotidianas. No cenário brasileiro, cabe destacar que, da mesma forma que existe uma parcela da população imersa na cultura digital, existe, também, uma grande parte da população que não dispõe de dispositivos tecnológicos ou acesso à internet, dificultando ou impossibilitando sua conexão, interação e exercício pleno de sua cidadania. No tocante à lei, o artigo 7 do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014) ressalta que:

O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A exclusão digital ainda afeta muitos brasileiros, como será demonstrado neste estudo, a partir dos dados apresentados na pesquisa TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019). Além disso, será evidenciada outra questão: há também uma parcela de crianças e adolescentes que está conectada à internet cada vez mais cedo. Atualmente, na década de 2020, crianças e adolescentes estão interagindo em diferentes ambientes virtuais, participando de redes sociais, baixando aplicativos, acessando vídeos de *Youtube*⁶, criando seus próprios vídeos em aplicativos tais como o *Tik Tok*⁷, passando de meros consumidores de informações para produtores de uma cultura digital. Entretanto, quais riscos, ao utilizar esses serviços, as crianças e adolescentes correm, quando não sabem como utilizá-los com segurança e preservando sua privacidade?

⁶ Canal de vídeos que permite aos usuários carregar, baixar, compartilhar vídeos em formato digital. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁷ Rede social chinesa de vídeos curtos. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2020-01-19/o-lado-escuro-do-tiktok-a-rede-social-chinesa-dos-videos-curtos.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

Existem aspectos da cultura digital que precisam ser abordados, pois esta apresenta, a cada momento, desafios e transformações. A plataformação, dataficação e performatividade algorítmica (PDPA), presente no ciberespaço, acaba por cercear a liberdade, a emancipação e o conhecimento dos sujeitos, tripé que, segundo Lemos (2019), deu origem à cibercultura ou, como chamamos atualmente, cultura digital.

A sociedade é hoje refém de plataformas digitais, da lógica da dataficação (como uma modulação da vida pessoal por dados) e da ação opaca e silenciosa dos algoritmos. A PDPA é regida pelos Big Five – Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft (GAFAM) – que dominam grande parte da internet.

[...]

A cultura digital, é hoje um amplo sistema de governança algocrático agenciando, pela PDPA, a forma pela qual a sociedade como um todo se transforma. Por algocracia (Danaher) compreende-se a tomada de decisões pela performance dos algoritmos através da ampla dataficação (Mayer-Schönberger e Cukier) e plataformação da sociedade (POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020) (LEMONS, 2019, n.p.).

É mister apresentar, inicialmente, o conceito de plataforma e que segundo Poell, Nieborg e Dijck (2020, p. 3) é:

[...] como infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados. Nossa definição é um aceno para os estudos de software, apontando para a natureza programável e orientada por dados das infraestruturas das plataformas, reconhecendo os insights da perspectiva dos estudos de negócios, incluindo os principais stakeholders ou “lados” nos mercados de plataforma: os usuários finais e os complementadores.

Em seu artigo Poell, Nieborg e Dijck (2020) apontam a mudança da análise do conceito de plataformação na área acadêmica, deixando de ser simplesmente “coisa” para se tornar “processo”. A partir de uma análise como ferramenta conceitual crítica, a plataformação, vista sob o estudo de softwares, focada nas fronteiras das infraestruturas das plataformas, com suas histórias e evolução, os autores apresentam um conceito de Helmond (2015) em que a autora define plataformação como a “penetração de extensões das plataformas na Web e o processo no qual terceiros preparam seus dados para as plataformas” (*apud* POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020, p. 04).

Ainda os autores afirmam que a plataformação pode ser definida como:

[...] a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas. A partir do exemplo de *app stores*, mostramos como essa definição pode ser empregada em pesquisas empíricas (POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020, p. 5).

Castells (2003, p. 182) afirma que “a transformação da liberdade e privacidade na internet é um resultado direto de sua comercialização”. A internet, em sua origem, tinha como objetivo fundamental proporcionar a liberdade aos usuários, compartilhamento de informações e conteúdos. Atualmente, não é considerada mais uma internet livre, mas sim como um espaço de luta para que a liberdade prevaleça sobre os vários tipos de controle e vigilância que o mercado capitalista apresenta, o chamado capitalismo de vigilância.

A partir do que foi exposto, observa-se a importância de que educadores estejam atentos e reflitam sobre algumas questões que envolvem o uso da tecnologia pelos estudantes: Os estudantes de hoje são formados para leitura crítica e ética para navegar na internet com segurança e responsabilidade? Os desafios apresentados pela cultura digital, relacionados ao tratamento, uso e manipulação de dados, são conhecidos pelos cidadãos como risco à liberdade e à emancipação do sujeito? A escola está preparada para trabalhar temas pertinentes à cultura e à cidadania digital?

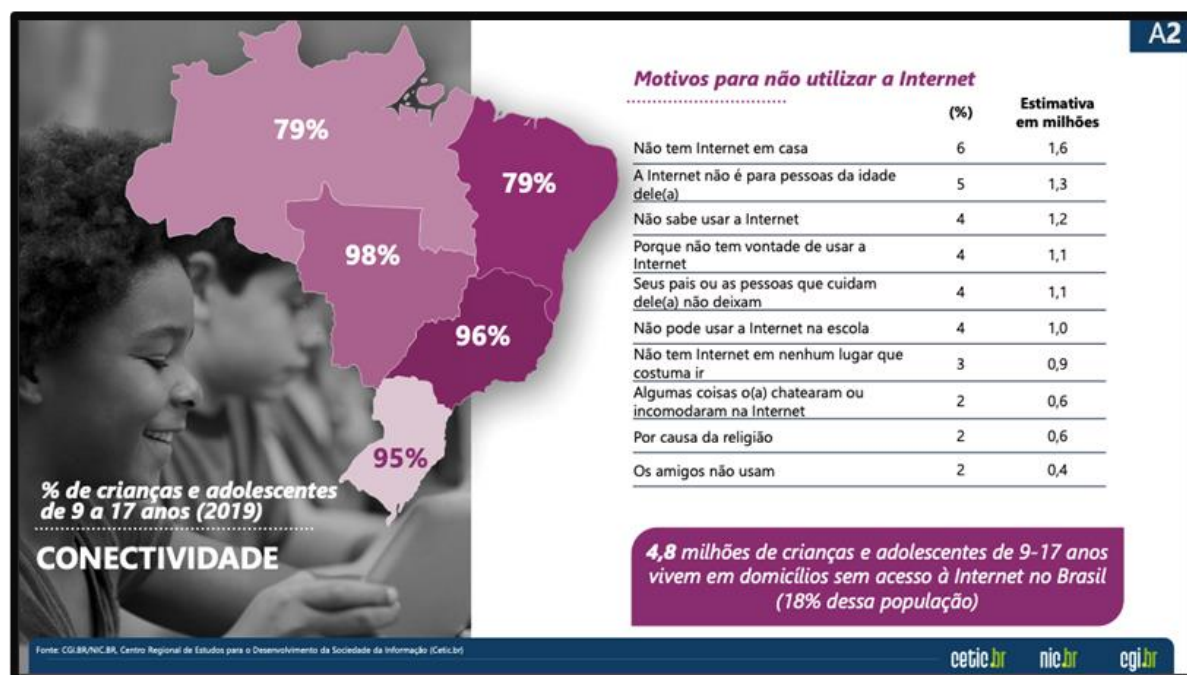
Abordar temas relacionados à cidadania digital, propiciar aos estudantes momentos de debates e reflexão e propor atividades relacionadas ao uso da internet, de forma segura e responsável, é fundamental e urgente na sociedade em que vivemos.

Conforme foi apontado, a questão da desigualdade e exclusão digital segue uma breve análise dos dados da pesquisa TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019), cujo objetivo é gerar evidências sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, produzindo indicadores sobre oportunidades e riscos relacionados à participação on-line da população de 9 a 17 anos no país, embasando, assim, a real necessidade de trazer à tona tais temas na educação.

Ao mapear informações de outubro de 2019 a março de 2020, a pesquisa apresenta um dado que reflete a desigualdade do acesso à internet em nosso país: 4,8 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos vivem em domicílios sem acesso à internet (18% dessa população). O estudo, tal como mostra a Figura 1, aponta que crianças que vivem nas regiões Norte e Nordeste apresentam maior defasagem no acesso à internet.

Este é um alerta para que possamos entender a realidade do país e como existe, ainda, uma porcentagem que não tem essa oportunidade e não exerce a sua cidadania digital, cujo direito maior seria o acesso à internet. Ao falar em direito ao acesso à internet, estamos falando de outro assunto igualmente importante: a exclusão social e digital.

Figura 1 - Motivos para crianças e adolescentes não utilizarem a internet



Fonte: TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019).

A Figura 1 apresenta dados alarmantes quando falamos sobre cidadania para além de uma cidadania digital: crianças e adolescentes que não possuem acesso à internet em seus domicílios e as que nunca acessaram a internet. As classes sociais C, D e E são muito mais atingidas, além das que vivem na zona rural e têm condições de acesso precário ou sem acesso à internet. A exclusão digital é evidente, demonstrando a importância e o desafio que o Brasil enfrenta no provimento de políticas públicas e bem-estar do jovem e da criança.

Conforme afirma Castells (2003, p. 264):

[...] não surpreende que a proclamação do potencial da Internet como um meio de liberdade, produtividade e comunicação venha de par com a denúncia da “divisão digital” gerada pela desigualdade a ela associada. A diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social, numa interação complexa que parece aumentar a disparidade entre a promessa da Era da Informação e sua sombria realidade para muitos em todo o mundo.

O tema da desigualdade social e da exclusão digital na pandemia⁸, tornou-se mais evidente no ano de 2020⁹. A realidade enfrentada atualmente com a Covid-19 fez com que a

⁸ Pandemia, amplia desigualdade, diz estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36069&catid=9&Itemid=8. Acesso em: 27 out. 2020.

⁹ Quem são as pessoas de fato que têm acesso a internet no Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil>. Acesso em: 27 out. 2020.

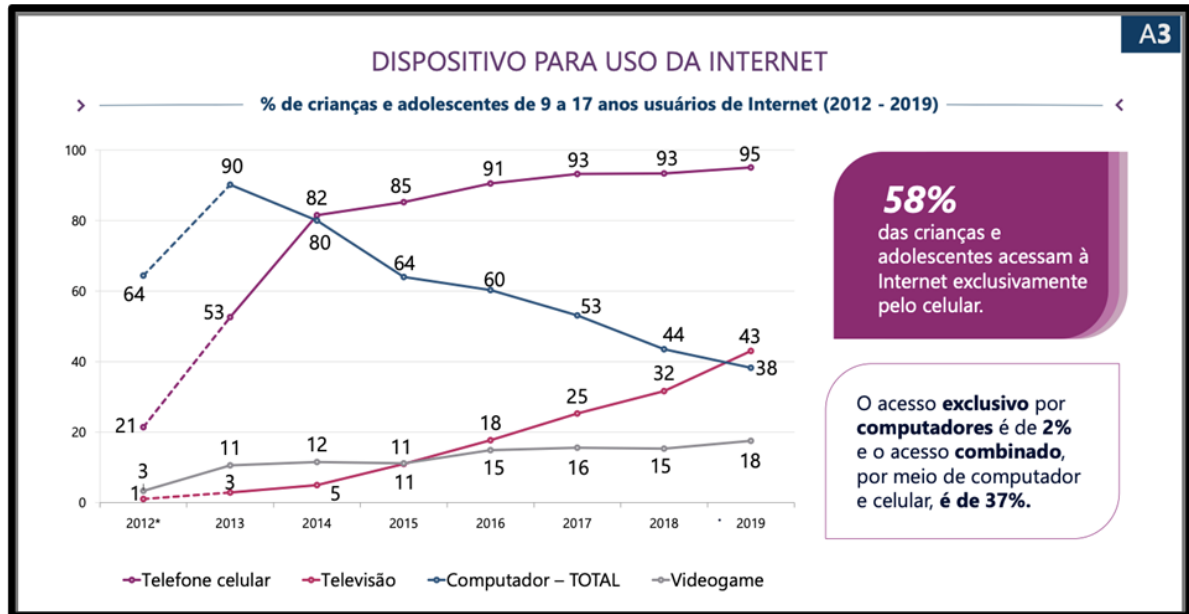
população enfrentasse o isolamento físico, pois as aulas presenciais foram suspensas e escolas particulares e privadas adotaram o sistema remoto de ensino e de aprendizagem. O ensino remoto, no contexto da pandemia, pode ser caracterizado por aulas síncronas ou assíncronas, por meio de ferramentas de vídeo on-line ou mesmo por meio de programas de rádio, TV e atividades com envio e recebimento de arquivos ou livros e cadernos com tarefas deixadas na escola e que os pais acabam buscando para que seus filhos possam executar as tarefas em casa. Cada sistema de ensino organizou suas atividades de acordo com a sua realidade, para que o ensino pudesse ter continuidade, de alguma forma, no período de suspensão das aulas presenciais.

Nesse contexto, que afeta todos os países, vale salientar o atual cenário político no Brasil com as eleições municipais, realizadas em 2020. A contextualização é importante para abordar um outro tema relacionado à cidadania digital: *Fake News* e seus impactos nefastos na sociedade. A manipulação e a desinformação do cidadão atrapalham a compreensão do que realmente é fato. Este é um tema extremamente urgente que deve ser abordado, também, em cidadania digital. Os alunos precisam aprender a ler, compreender uma notícia, checar se é falsa, quais as consequências de espalhar *Fake News* e ter uma leitura crítica das informações, do que está na internet e, consequentemente, ter uma leitura crítica de mundo. Conforme afirma Freire (1982, p. 11):

[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele (A palavra que eu digo sai do mundo que estou lendo, mas a palavra que sai do mundo que estou lendo vai além dele). [...] Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

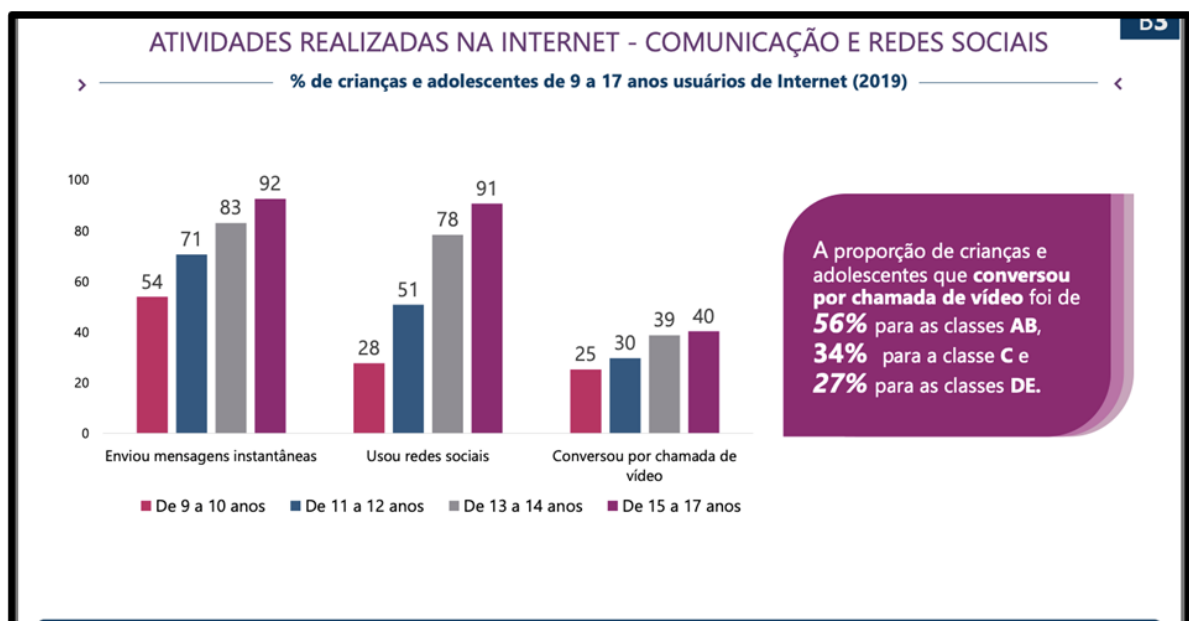
A questão da cidadania e a do direito à educação, que é um dos direitos humanos, estão sendo violadas mais do que nunca, isto porque muitas crianças e adolescentes estão sem acesso à internet, sem acesso à educação e, portanto, sem exercer sua cidadania, para além de uma cidadania digital.

Outro aspecto mencionado nesta pesquisa foi a respeito do leitor ubíquo e o acesso ao dispositivo móvel, tal como celular. Na Figura 2, pode-se verificar que o uso do telefone celular pelos estudantes de 9 a 17 anos apresentou um aumento considerável de 2012 a 2019 e é o dispositivo mais utilizado, alcançando 58% de crianças e adolescentes.

Figura 2 - Tipos de dispositivos utilizados para acessar a internet

Fonte: TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019).

Na Figura 3, são apresentadas as atividades realizadas por crianças e adolescentes na internet, destacando-se o uso de mensagens instantâneas e uso de redes sociais para a comunicação, ao passo que a proporção de crianças que conversou por chamada de vídeo pela internet é bem inferior às demais opções. Verifica-se, assim, a preferência pelo uso de comunicadores instantâneos e redes sociais.

Figura 3 - Atividades realizadas na Internet – Comunicação e Redes Sociais

Fonte: TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019).

Cabe aqui uma reflexão sobre segurança, privacidade, exposição de dados pessoais e superexposição de crianças e adolescentes nas redes digitais, temas que precisam ser apresentados a eles para que tenham consciência de como navegar e utilizar tais ferramentas, além de respeitar a faixa etária e a importância do acompanhamento dos pais nesse processo.

Ao falar em segurança e privacidade na internet (PECK, 2020), a Lei Geral de Proteção de Dados¹⁰, no artigo 14, aborda a importância de se ter um controle mais rigoroso do tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes por todas as instituições que de algum modo capturam informações pela internet. Isto porque existe um risco muito alto de uma exposição ou vazamento de dados das crianças, que estão expostas à internet cada vez mais cedo.

Outra questão que deve ser abordada em cidadania digital é a faixa etária para uso de apps, games, redes sociais, entre outros. O uso do comunicador instantâneo *WhatsApp*¹¹, por exemplo, atualmente, aqui no Brasil é permitido para os usuários a partir de 13 anos com consentimento dos pais, assim como as redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*¹². Conforme afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³, até 12 anos o ser ainda é considerado criança e precisa estar sob a supervisão dos pais. Criança que fica sozinha na web é considerada “um menor abandonado digital” (PECK, 2020) e pode ser alvo fácil para abordagem de estranhos, como acontece se deixamos crianças sozinhas em um parque, ou praça pública, ou na rua.

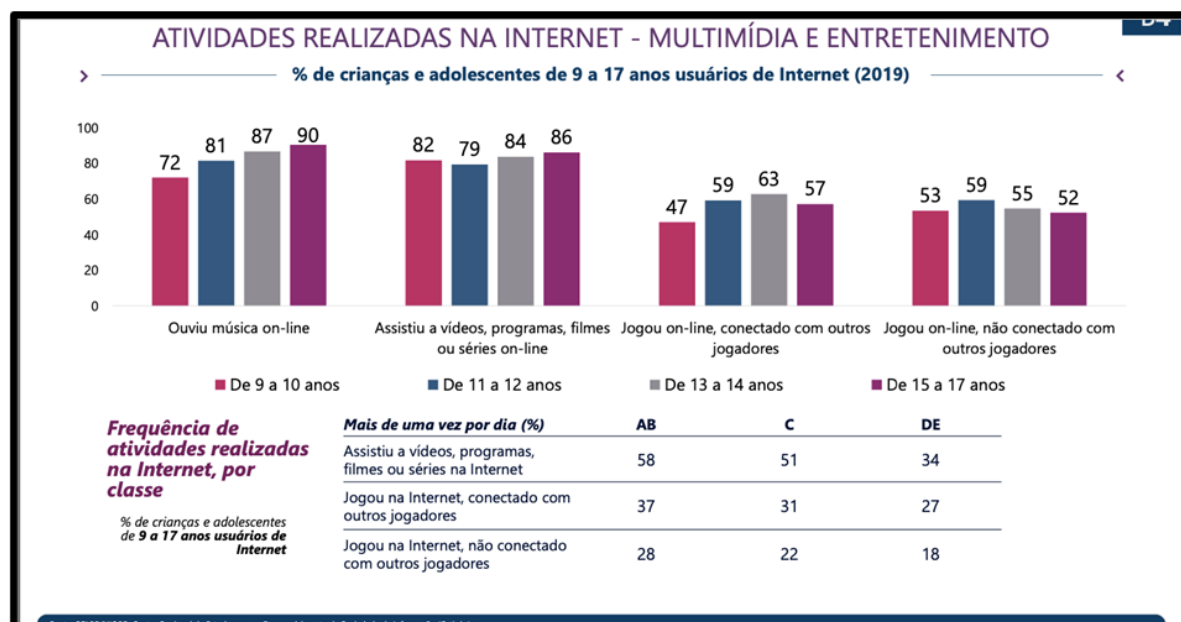
Na Figura 4, pode-se identificar que existem crianças com faixa etária menor de 13 anos que utilizam tais serviços: 54% das crianças de 9 a 10 e 71% de crianças com 11 e 12 anos enviaram mensagem instantânea e 28% das crianças de 9 a 10 anos e 51% das crianças de 11 e 12 anos usaram redes sociais, daí a importância de serem estas questões consideradas e abordadas nas escolas.

¹⁰ Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

¹¹ Idade mínima para usar o WhatsApp. Disponível em: <https://faq.whatsapp.com/general/security-and-privacy/minimum-age-to-use-whatsapp/?lang=pt-br>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹² Facebook e Instagram bloquearão ativamente contas de menores de 13 anos. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/facebook-e-instagram-bloquearao-ativamente-contas-de-menores-de-13-anos-118702/>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹³ Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

Figura 4 - Atividades realizadas na Internet – Multimídia e Entretenimento

Fonte: TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019).

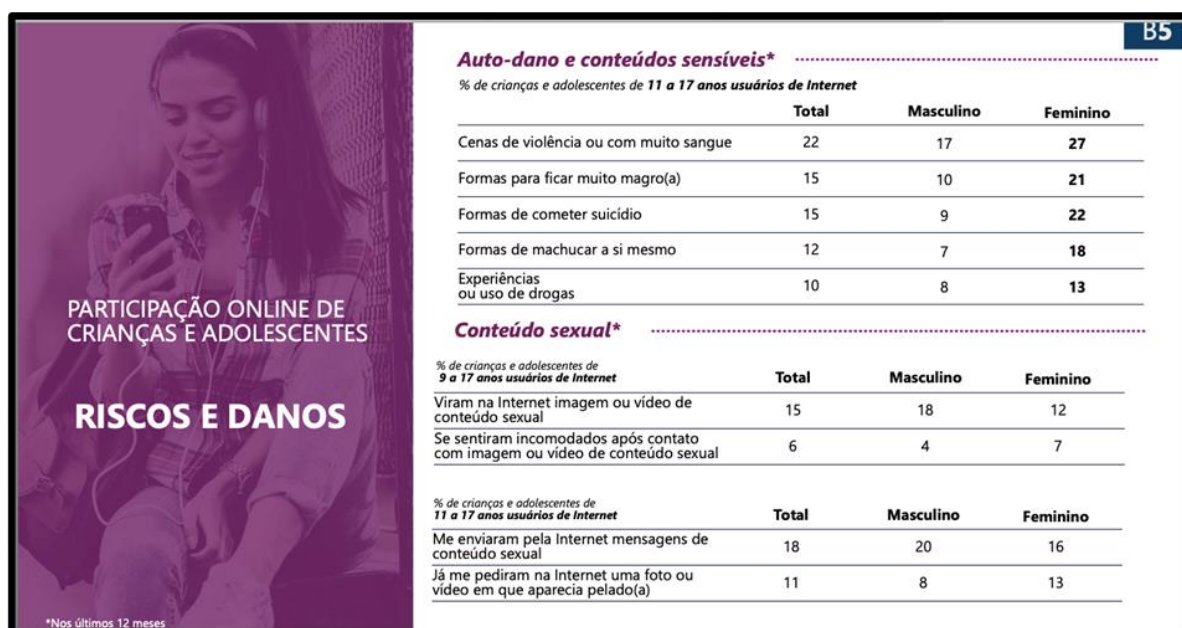
A Figura 4 apresenta dados a respeito de crianças e adolescentes que acessam a internet para entretenimento. Nas classes A e B, 37% dos entrevistados jogam na internet conectados com outros jogadores. Na classe C, 31% e na classe D e E, 34%. A porcentagem é maior para os que jogam com outros jogadores do que aqueles que não jogam conectados com outros jogadores. Não é mencionada a questão da faixa etária permitida e se isso é respeitado pelo público-alvo da pesquisa. Cabe salientar que, no contexto atual, há muitas crianças e adolescentes que jogam games que não são para sua faixa etária, sem supervisão de pais ou responsáveis e, muitas vezes, acabam marcando encontros com pessoas que conhecem nos jogos e/ou com as quais conversam, expondo seus dados pessoais, apresentando riscos a sua segurança e privacidade.

Ao falar sobre a faixa etária para uso de aplicativos (apps) e jogos, salienta-se que existem os critérios de classificação indicativa apresentados no site do Ministério da Justiça¹⁴ que podem ser acessados pelo portal do próprio Ministério e por meio de um guia prático, acessíveis a toda a população de forma gratuita e on-line, para consulta de faixa etária para games, filmes, vídeos, entre outros.

¹⁴ Classificação indicativa, o portal do Ministério da Justiça. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao#:~:text=A%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Indicativa%20D%20ClassInd%20D%20C3%A9,jogos%20de%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20\(RPG\).](https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao#:~:text=A%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Indicativa%20D%20ClassInd%20D%20C3%A9,jogos%20de%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20(RPG).) Acesso em: 28 out. 2020.

A Figura 5 apresenta dados referentes a autodano, conteúdos sensíveis e conteúdo sexual, exemplificam o quão vulneráveis estão as crianças e adolescentes, quando expostas à internet, sem nenhuma orientação ou supervisão de adultos ou responsáveis. Ilustra a participação on-line de usuários com 11 a 17 anos, em cenas de violência ou com muito sangue (22%); conteúdos que apresentam formas para ficar muito magro(a) (15%); formas de cometer suicídio (15%); formas de machucar a si mesmo (12%) e experiências ou uso de drogas (10%).

Figura 5 - Auto dano e conteúdos sensíveis



Fonte: TIC KIDS ONLINE 2019 (CETIC-BR, 2019).

Quanto à participação on-line com conteúdo sexual, em pesquisa realizada com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, 15% viram na internet imagem ou vídeo com conteúdo sexual, 6% se sentiram incomodados com imagem ou vídeo com conteúdo sexual, 18% já receberam pela internet mensagens de conteúdo sexual e 11% responderam que já solicitaram a eles, pela internet, uma foto ou vídeo em que aparecia pelado(a).

Verifica-se que o propósito da pesquisa foi demonstrar que muitas crianças e adolescentes acessam conteúdos inadequados e que isso pode causar riscos e danos diversos ao seu desenvolvimento, por serem expostos a conteúdos sensíveis e inadequados. Existe aqui uma questão importante a ser abordada, pois algumas expressões, comportamentos e interações sociais acabaram emergindo nos ambientes digitais e nas interações sociais dos usuários da internet. Há riscos e perigos on-line que podem ocorrer devido ao envio de mensagens com

conteúdo sexual, geralmente enviado por *smartphones* e que estão relacionados com os dados apresentados acima.

Atualmente há a *geração que manda nudes* que, conforme Albuquerque (2019, p. 18),

[...] é fruto das redes sociais e de uma aparente exposição da privacidade. A terminologia “manda nudes”, ganhou reconhecimento a uma nova forma de interações entre casais (hetero/homossexuais), que em privado passaram a trocar mensagens com conteúdo erótico, com imagens e até vídeos, que se retratam nuas ou seminuas ou praticando algum ato sexual. O compartilhamento desse tipo de conteúdo é facilitado e maximizado através dos, já referidos, aplicativos de mensagens instantâneas, acessíveis, preponderantemente, por meio de *smartphones*.

Outro termo bastante utilizado na internet, relacionado ao envio de mensagens com conteúdo sexual, é o *sexting*, que se refere à “prática da troca de conteúdo erótico/sexual e o termo surgiu da união de duas palavras *sex* (sexo) + *texting* (ação de enviar mensagens)” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 20). O que diferencia o *sexting* do *nudes* é que o envio de *sexting* ocorre entre casais com relacionamentos considerados mais estáveis, tais como: namorados, noivos, companheiros e cônjuges. Por ser considerado um relacionamento mais estável, consequentemente, forma-se um vínculo de confiança maior. Entretanto, o vazamento desse tipo de conteúdo, conforme afirma Albuquerque (2019), por alguma das partes envolvidas, representa a quebra da confiança estabelecida e poderá acarretar sérios danos à vítima, tais como privacidade violada com o vazamento de conteúdos íntimos, danos psíquicos, emocionais, sem falar na possibilidade de acontecer também um *revenge porn* (pornô de revanche, pornô de vingança). É importante salientar que existe uma diferença entre vazamento de *nudes* e *revenge porn*. No *revenge porn*, o nude é vazado intencionalmente, como forma de se vingar de seu(ua) ex-parceiro(a), de prejudicar, causar dano à vítima, deixando-a envergonhada e humilhada pela disponibilização de tais vídeos ou fotos íntimas.

Existe, também, mais uma questão a ser abordada, a chamada sextorsão, ou como chamado em inglês *sextorsion* (ALBUQUERQUE, 2019), e que deriva da junção das palavras *sex* (sexo) com extorsão, chantagem que ocorre on-line com o constrangimento da vítima. O chantageador faz um pedido à vítima em troca do sigilo do conteúdo, de cunho sexual, íntimo ou erótico.

Os dados apresentados na pesquisa não informam se as mensagens recebidas contêm conteúdo sexual e também não demonstram quem enviou tais mensagens para as crianças e os adolescentes pesquisados; apenas informam que crianças e adolescentes são expostos a

conteúdos sensíveis. Cabe salientar que, conforme o Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria, Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital¹⁵:

Conteúdos ou vídeos com teor de violência, abusos, exploração sexual, nudez, pornografia ou produções inadequadas e danosas ao desenvolvimento cerebral e mental de crianças e adolescentes, postados por cyber criminosos devem ser denunciados e retirados pelas empresas de entretenimento ou publicidade responsáveis.

A *Safernet* Brasil¹⁶, entidade de referência nacional no enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet, possui um material de orientação¹⁷ de qualidade sobre crimes sexuais, sextorsão, pornografia de revanche, *sexting* e que pode ser encontrado gratuitamente on-line, além de um canal de denúncia, o *Helpline*¹⁸, que ajuda as vítimas, além de disponibilizar materiais para a prevenção dos casos por meio de esclarecimentos e orientações. O *Helpline* é um canal on-line gratuito que oferece orientação e esclarece dúvidas sobre segurança na internet, prevenção de riscos e violações: intimidação, humilhações (*ciberbullying*), troca de mensagens íntimas não autorizadas (*sexting* ou *nudes*), encontro forçado ou exposição forçada (sextorsão), uso excessivo de jogos na internet e envolvimento com desafios perigosos.

A partir do que foi exposto, torna-se fundamental conscientizar crianças e adolescentes para um uso seguro e consciente da internet e orientar que tudo o que é postado ou compartilhado fica para sempre e tem uma dimensão de acesso mundial. Outro aspecto fundamental é orientar pais e responsáveis para uso do Controle Parental¹⁹ no dispositivo de seus filhos para que possam controlar o que eles baixam de aplicativos, quanto tempo utilizam a internet ou que tipo de serviço utilizam. Cabe aqui ressaltar a importância do governo na implementação de políticas públicas para promover uma cultura de segurança na internet para crianças e adolescentes, pois, conforme afirma Costa (2019, p. 216), “trata-se de uma responsabilidade compartilhada e não somente responsabilidade do educador”.

Ao abordar a questão do Controle Parental, cabe salientar que existem outras propostas de mediação mais ativas e não somente restritivas. O Controle Parental está mais associado a

¹⁵ Manual de Orientação – Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021). Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf. Acesso em: 24 out. 2020.

¹⁶ Safernet Brasil. Disponível em <https://new.safernet.org.br/content/institucional>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁷ Material disponível na *Safernet* Brasil relacionados a pornografia de revanche, sextorsão. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/pornografia-de-revanche#mobile>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁸ Para saber mais: <https://new.safernet.org.br/helpline>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁹ Controle Parental são instrumentos que permitem que os pais protejam a privacidade dos seus filhos. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/Controle-parental>. Acesso em: 24 out. 2020.

mediação restritivas para uso de configurações e restrições específicas de segurança no dispositivo da criança e/ou adolescente. A conversa, o diálogo, discussão crítica entre pais e filhos a respeito de segurança e privacidade é um exemplo de mediação ativa da mídia propondo, assim, um espaço de escuta, de aprendizagem e respeito mútuo. Sendo assim, o presente trabalho se identifica mais com essa abordagem, visto que quando se abre um espaço para discussão e troca, compartilhando informações e havendo respeito, abre-se, assim, um espaço para o desenvolvimento da criticidade e da consciência para um uso da internet mais responsável e mais crítico por parte das crianças e adolescentes.

A mediação ativa também está associada à educação dialógica proposta por Paulo Freire, pois para ele, o homem dialógico é crítico, capaz de criar e transformar, promovendo uma relação de confiança entre os sujeitos. Segundo Freire (2013, p. 1524)

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz em relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição, se amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo, não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos.

Entretanto, para que a mediação ativa aconteça de forma eficaz, é fundamental que os pais também sejam orientados para que possam ter a possibilidade de conversar com mais domínio e clareza sobre a questão de segurança e privacidade na internet.

Estudos, como os de Mascheroni, Ponte e Jorge (2018, p. 9) na literatura, conceituam mediação parental como as “diversas práticas que os pais adotam para gerenciar e regular o envolvimento de seus filhos com a mídia”. Importante salientar que inicialmente o foco da mídia nos estudos tratava da televisão. Sendo assim, foi proposta uma escala com três estilos de mediação: instrutiva, restritiva e *coviewing* (VALKENBURG *et al.*, 1999). Valkenburg *et al.* (1999) e Nathanson (1999) explicam os três níveis citados anteriormente: Mediação ativa (diálogo entre pais e filhos), mediação restritiva (configuração e regras e acompanhamento ao cumprimento de tais normas) e a *coviewing* (os pais são expostos simultaneamente ao conteúdo de mídia consumido por seus filhos).

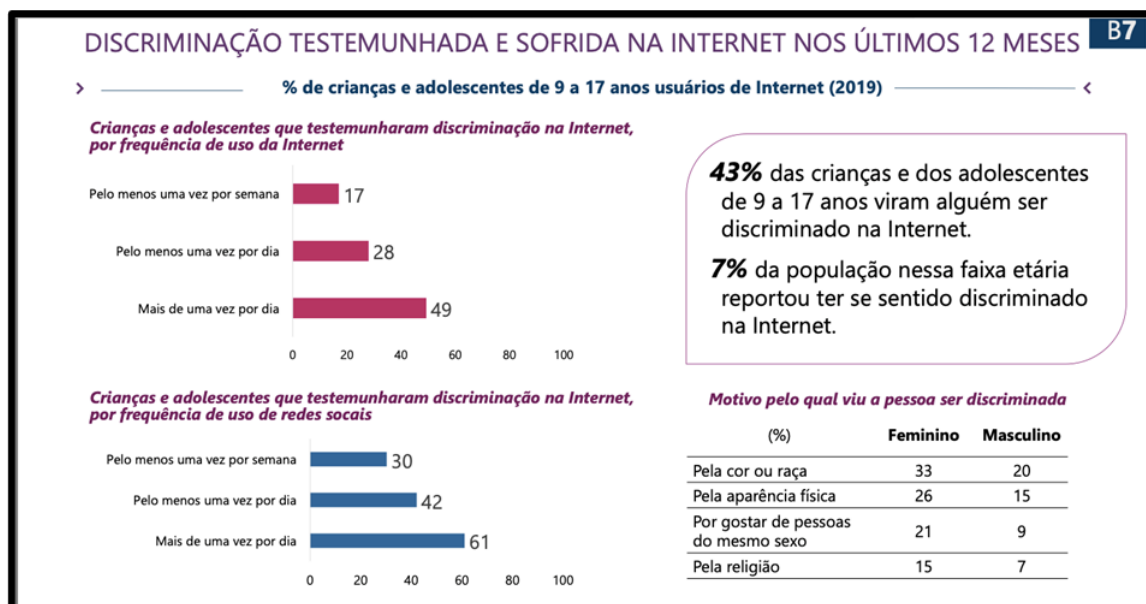
Em relação à mediação parental para atividades on-line, citam Pasquier, Simoes e Kredens (2012 *apud* DUEK; MOGUILLANSKY, 2020, n.p.):

[...] projeto “EU Kids online” classifica as estratégias de mediação parental em cinco níveis: 1) mediação ativa do uso da internet (diálogos sobre o uso e conteúdo); 2) mediação ativa sobre segurança na internet (recomendações de uso seguro e responsável); 3) mediação restritiva (limites de tempo, conteúdos e atividades online); 4) mediação técnica (uso de software para filtrar ou restringir acesso a conteúdo), e 5) supervisão e monitoramento (verificar atividades das crianças durante e após seu uso).

Torna-se necessário contextualizar no que consiste a EU Kids Online, uma rede internacional, que elabora importante pesquisa com crianças e jovens da Europa, com fonte de dados confiável e de qualidade a respeito de riscos e oportunidades existentes na internet. A rede é composta por 33 países europeus, propondo uma perspectiva multidisciplinar e multimetodológica sobre a segurança na internet (PONTE; BATISTA, 2019).

A Figura 6 apresenta dados sobre discriminação testemunhada e sofrida na internet. Os dados ilustram que 43% de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos relatam que viram alguém ser discriminado na internet, enquanto 7% reportaram ter se sentido discriminado, fato que ressalta a importância de tratar de temas sobre cidadania e cidadania digital com os alunos, tais como: respeito à diversidade, empatia, ofensa, *bullying* e *cyberbullying*, discurso de ódio.

Figura 6 - Discriminação testemunhada e sofrida na internet nos últimos 12 meses



Fonte: Pesquisa TIC Kids Online, 2019 (CGI.br/NIC.br).

Ao analisar os dados da pesquisa TIC Kids ONLINE 2019, observa-se que foi realizada com 2.954 crianças e adolescentes (com idade de 9 a 17 anos) e 2.954 pais/responsáveis, com abrangência nacional. O período da coleta foi de outubro de 2019 a março de 2020, portanto, os dados se apresentam atualizados, embora sejam anteriores à pandemia, que pode ter alterado o cenário de uso da tecnologia após o ano 2020.

Identifica-se, por meio dos dados apresentados, a relevância, não só de abrir um espaço de discussão na escola, mas de incluir no currículo escolar a temática de cidadania digital e questões relacionadas ao tema de segurança e privacidade na internet.

A internet traz muitas oportunidades de comunicação, interação, produção de conteúdo, participação de forma crítica, democrática, além de proporcionar ricas oportunidades para troca, compartilhamento de informações e aprendizado, porém apresenta riscos. É necessário conhecer e estar ciente das oportunidades e dos riscos para navegar com segurança e responsabilidade na internet. É importante frisar que não se pode demonizar nem fetichizar ou cultuar a tecnologia, mas deve-se utilizá-la com criticidade.

Ao pensar em cidadania, a educação deve ser vista como um dos direitos básicos a ser garantido às pessoas, com qualidade e para todos. Ao longo da história, na educação brasileira, percebe-se diferentes caminhos para que isso seja viável de acordo com a realidade em que estamos inseridos e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que atualmente define o que deve ser ensinado em todas as escolas no território brasileiro. Essa premissa se faz presente, de acordo com Aguiar e Dourado (2018, p. 7)

No contexto atual da Educação Brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi aprovada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), a partir do documento do MEC, consolidou-se a proposta do estabelecimento de uma Base Nacional, que tomou lugar de uma concepção de Base Comum Nacional é um conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma Educação Cidadã.

Dentre os diferentes caminhos seguidos pela educação com perspectiva de cidadania, educação de qualidade para todos no Brasil, é mister abordar, inicialmente, a Constituição Federal de 1988, que se mostra como direito para todos, como se observa no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Constituição, conforme afirma Chizzotti (2020, p. 7), “estabeleceu as finalidades efetivas, não derogadas até o presente, da educação escolar: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em 1996, como afirma Saviani (2016), a BNCC já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando incorporou essa ideia ao definir, no Art. 26, que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum” (BRASIL, 1996).

A elaboração da BNCC, teve como pano de fundo um período conturbado na política brasileira, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016 e o país estava passando por uma grande instabilidade política, econômica e social (PAGLIA, 2019).

A proposta para a elaboração de uma Base Nacional Curricular, como foi dito anteriormente, já se encontrava pré-anunciada no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Conforme definido na LDB (Lei n.º 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil (BNCC, 2018). A LDB reafirma o direito à educação, garantido na Constituição Federal.

Conforme afirmam Aguiar e Dourado (2018), a temática Base Nacional Comum não é assunto novo. Estava prevista na Constituição de 1988 para o Ensino Fundamental e foi ampliada para o Ensino Médio com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a partir da Lei n.º 13.005/2014, em consonância com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O PNE foi criado através de um projeto de lei para vigorar pelo prazo de dez anos (2014-2024) e trouxe a proposta de uma educação pública de qualidade. Cabe salientar que as metas do PNE estão estagnadas e provavelmente não serão atingidas até o ano de 2024.

Em dezembro de 2017, foram votados, na sessão pública do Conselho Nacional de Educação (CNE), o parecer e a resolução referentes à Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação Rossieli Soares homologou o documento, também, para o Ensino Médio (BRASIL, 2018).

A partir de 2018, com o documento do MEC, uma nova discussão surgiu a partir da publicação da BNCC, apresentando competências e habilidades para trabalhar a cultura digital nas escolas, possibilitando desenvolver atividades que envolvam o uso crítico das tecnologias. Sendo assim, os educadores devem conhecer a BNCC para ensinar tais habilidades, orientar, mediar discussões para que os estudantes possam exercer sua cidadania na internet de forma ativa, participativa e crítica. Há críticas e ressalvas na BNCC, porém procuraremos abordar as questões mais pontuais relacionadas ao escopo da presente pesquisa.

O documento da BNCC está estruturado em textos introdutórios, competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas de Educação Básica; competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares; além dos direitos de aprendizagem ou habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio. Há dez competências gerais, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. São elas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 9-10).

Especificamente serão abordadas, na presente pesquisa, as competências gerais 1, 4, 5, 6 e 7 da BNCC.

Ao falar da contribuição para uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, na competência 1, cabe pensar em uma educação para a cidadania. A importância de pensar uma educação que valorize os conhecimentos historicamente construídos pelo educando no processo de ensino e aprendizagem, de possibilitar que o educando tenha consciência da sua própria história, dos seus direitos e deveres como cidadão e sua importante atuação na sociedade em que está inserido, podendo, assim, transformá-la.

Na competência 4 ao falar de uma diversidade de linguagens e ao citar na competência 5 o uso de tecnologias e mídias, percebe-se a importância de novas práticas de leitura, escrita e análise crítica, havendo a necessidade de novos e multiletramentos.

Ao falar de diversidade de linguagens, não podemos deixar de falar sobre multiletramentos, uma vez que estes pressupõe compreender as várias possibilidades de significar de acordo com o contexto e cultura (LIBERALI, 2019).

Conforme Rojo e Moura (2019, p. 23):

[...] o termo “multiletramentos” remete a duas ordens de significação: a da multimodalidade e a das diferenças socioculturais. Isso quer dizer: estamos diante de um conceito que não se traduz diretamente. Multiletramentos + muitos tipos de letramentos que poderiam estar ligados à recepção e produção de textos/discursos em diversas modalidades de linguagem, mas que remetem a duas características da produção e circulação dos textos/discursos hoje – a multissemiose ou multimodalidade, devidas em grande parte às novas tecnologias digitais e à diversidade de contextos e culturas em que esses textos/discursos circulam.

A competência 5 reforça a importância da tecnologia na escola e de como o estudante precisa conhecer o ambiente digital no qual navega, mas em uma perspectiva crítica, reflexiva e que possa ser autônomo e capaz de produzir conhecimento, não sendo um mero consumidor. A ética, nas diversas práticas sociais, como citado na Competência Geral 5 da BNCC, reforça a importância de a escola pensar a cidadania para além do mundo digital.

A competência 6 trata do exercício da cidadania com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Sendo assim, percebe-se aqui a importância da educação como uma educação libertadora, do papel do educador e da conscientização por parte do educando que é um sujeito e não um objeto da história.

Ao falar em cidadania, Freire (2011, p. 89) afirma que “[...] a cidadania não se constrói apenas com sua eficiência técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação de uma sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana”.

A competência 7 fala em argumentar com base em fatos, dados e informações. Ao tratar da questão das *Fake News*, percebe-se a importância na escola de uma educação midiática, que também faz parte da cidadania digital e que devem permear o currículo. Isto porque educação midiática, conforme afirma Sayad (2019, p. 13-14):

[...] pode-se estender desde uma literacia básica no campo do jornalismo (como identificar fontes, gêneros textuais, notícias falsas, mídias e vieses de notícias), passando pela “fluência digital”(como pesquisar e utilizar as redes sociais de forma ética e cidadã), pela livre expressão na produção de mídia (sites, blogs, filmes e podcasts produzidos pelos estudantes como forma de comunicação criativa, livre e participação política até a lidar com questões relativas à cultura digital e privacidade (lidar com a nova lei de proteção de dados, direitos autorais e o surgimento de moedas digitais ou criptomoedas).

Entretanto, cabe analisar as competências, mas também ampliar para uma questão maior e que faz parte do cotidiano escolar da Educação no Brasil, a falta de acesso à tecnologia e à internet, além da exclusão digital que está muito presente em diversas regiões do nosso país. Conforme afirmam Lemos e Lévy (2010), o Brasil possui muitos problemas que precisam de atenção e devem ser sanados com urgência, tais como altos índices de analfabetismo e pobreza, além da desigualdade econômica e social. Além de todas essas questões, é importante, também, observar a exclusão digital, isto porque as tecnologias se desenvolvem muito rapidamente e a lacuna entre excluídos e incluídos tende a aumentar cada vez mais.

Além dessa questão, como cumprir tais propostas pensando na diversidade e a imensidão do nosso país, cabe aqui uma reflexão do que se deve entender por conhecimento ou currículo comum. Quanto a isso, Lopes (2018, p. 25) afirma: “Não é problematizado o que se entende por currículo comum (supostos como essenciais). Tampouco são apresentados elementos que sustentem a afirmação genérica e taxativa [...]”. Ainda afirma que:

[...] A pretensão de que todas as escolas sigam a mesma proposta curricular e a mesma orientação pedagógica, com a ideia de que, com isso, as metas de aprendizagem são garantidas, tendem a ocultar a problemática de que a desigualdade social associada a educação não é decorrente de um registro intrinsecamente pedagógico [...] (LOPES, 2018, p. 25).

Diversidade, visão crítica de currículo e da tecnologia, e a reflexão sobre a BNCC apontam aspectos fundamentais para refletir sobre o tema apresentado na presente pesquisa: Uma Educação para Cidadania que vá além de uma Cidadania Digital, suas implicações e desafios no Currículo da Educação Básica. Isto porque pensar além de uma Cidadania Digital, diz respeito às questões de Cidadania, Educação Midiática e Letramento Digital.

Dentro do contexto apresentado, permanecem as inquietações que elegi inicialmente como objeto desta pesquisa. O que é cidadania digital e como as produções acadêmicas conceituam esse constructo? Existem pesquisas que relatem a inserção dessa temática na educação no Brasil?

Problema e objetivos

Questão-problema

Qual o “estado da arte” sobre as abordagens relacionados ao conceito de Cidadania Digital na Educação?

Objetivo Geral

A pesquisa busca identificar o “estado da arte” sobre a temática que diz respeito à cidadania digital na Educação e identificar os conceitos de cidadania digital expressos nas produções científicas de 2014²⁰ a 2019.

Objetivos Específicos

Para responder à questão-problema e atingir o objetivo geral, os objetivos específicos são:

- ✓ Fazer um levantamento de pesquisas (teses e dissertações), por meio de revisão sistemática de literatura (RSL), publicadas pela comunidade científica brasileira sobre cidadania digital na educação;

- ✓ Fazer uma leitura crítica de material e levantamento de dados e síntese dos conceitos de cidadania digital nas referências levantadas.

Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro aborda a metodologia utilizada (levantamento inicial e revisão sistemática da literatura). No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico, apontando conceitos fundantes sobre Currículo, Tecnologia Educacional, TDIC, Educação para Cidadania, Cidadania Digital, Educação Midiática e Letramento Digital. O terceiro capítulo foi destinado à análise de resultados. A parte final da dissertação é dedicada às considerações finais acerca da pesquisa realizada.

²⁰ Foi selecionada a data de pesquisa de busca a partir de 2014, por ser tratar de um tema mais atual e por ser o ano em que o Marco Civil da Internet, Lei n.º 12.965 foi instituído. Cabe ressaltar, ainda, o artigo n.º 21, que fomenta a educação digital.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, é descrito o caminho percorrido pela autora para atingir os objetivos da pesquisa. Primeiro é apresentado o método da pesquisa, em seguida é abordada a relevância de se fazer uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) e como foi elaborado o levantamento inicial da bibliografia. A partir do levantamento inicial, apresenta-se o protocolo da pesquisa e a RSL, na qual foram utilizadas duas bases de dados.

Nesta pesquisa, foram utilizados a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e o Portal de Periódico da Capes.

A partir da busca realizada, foram apresentados os trabalhos resultantes na base de dados, os que foram selecionados e, por fim, a análise de cada trabalho de acordo com os objetivos apresentados pela presente pesquisa.

1.1 Método da pesquisa

Esta pesquisa busca resposta para o problema levantado e para tal realizará uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) para identificar a incidência do tema cidadania digital na educação. Apresenta uma abordagem qualitativa, pois, conforme afirma Chizzotti (2014, p. 28), esta pretende “interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam ou fazem”.

Referente à pesquisa qualitativa em dados descritivos, Lüdke e André (1986, p. 13) afirmam que:

a pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Para o aprofundamento do estudo, a presente pesquisa, buscou o rigor científico e emprega a RSL de produções científicas (teses, dissertações e artigos científicos) que abordam temas relacionados à cidadania digital na educação no período de 2014 a 2020.

A revisão sistemática da literatura, segundo Faria (2016), possibilita contextualizar e, ao mesmo tempo, realizar uma análise e síntese do seu referencial teórico, o que é fundamental para compreender o estado da arte de um tema a ser pesquisado.

Quadro 1 - Apresentação esquemática do processo de Revisão Sistemática da Literatura

Objetivos	Definir a problemática a estudar sintetizada em uma questão problema
Equações de Pesquisa	Encontrar expressões/palavras-chave que traduzam o assunto da pesquisa (através de um thesaurus) utilizando AND, OR, NOT (*,?).
Âmbitos da Pesquisa	Bases a selecionar e variantes intrínsecas.
Crítérios de Inclusão	Definem que o estudo é aceitável naquele contexto.
Crítérios de Exclusão	Excluem os estudos que não obedecem ao âmbito definido.
Crítérios de Validade Metodológica	Verificação da objetividade da pesquisa pela replicação do processo de dois investigadores.
Resultados	Devem ser registrados todos os passos.
Tratamento dos Dados e Resultados	Leitura, resumo estruturados dos achados da pesquisa, utilização dos dados para análise e subsídios para responder a questão levantada pela presente pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora, segundo Faria (2016, p. 22).

Ao se considerar as etapas de um desenho metodológico elaborado por Faria (2016) no Quadro 1, elaborou-se um protocolo para a RSL, que será apresentado no item 1.3, pois, segundo Ramos, Faria e Faria (2014, p. 22),

o processo de revisão da literatura, ao estar descrito no desenho metodológico da investigação, deve esclarecer o modo como foram apuradas e selecionadas as fontes, de modo que as conclusões a produzir sobre os assuntos em estudo possam ser cientificamente consistentes.

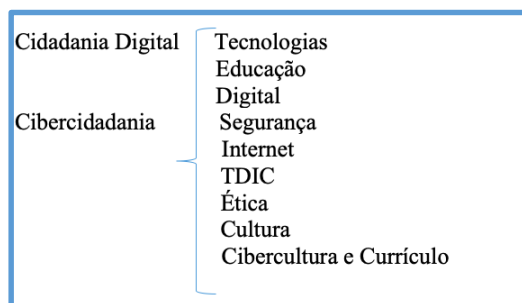
1.2 Levantamento inicial da bibliografia

A primeira etapa da trajetória metodológica foi elaborar o levantamento bibliográfico preliminar de pesquisas acadêmicas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, encontradas nos bancos de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (Tede) da PUC-SP e Repositório de Produção Científica da Unicamp, para identificar o comportamento dos argumentos de busca. Este levantamento inicial possibilitou observar que existem poucos trabalhos relacionados ao tema “Cidadania Digital na educação”. Inicialmente, foi realizada uma busca com a expressão geral Educação + “Cidadania Digital”.

O levantamento inicial foi realizado no período de setembro a dezembro de 2019 e nos bancos pesquisados foram encontrados somente sete (7) pesquisas relacionadas à educação e aos termos “cidadania digital” no período de 2014 a 2020. O recorte temporal foi selecionado, com base no Marco Civil da Internet que foi instituído em 2014. Os trabalhos foram localizados com base por títulos e palavras-chave, nos bancos da BDTD, PUC-SP e Unicamp. Os

descritores utilizados na pesquisa foram uma combinação das palavras “cidadania digital” e “cibercidadania” com palavras relacionadas à tecnologia e internet, conforme Figura 7.

Figura 7 - Palavras-chave utilizadas na busca preliminar



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A partir da busca elaborada nas bases de dados, segue abaixo o Quadro 2 com as pesquisas encontradas.

Quadro 2 - Pesquisas sobre Cidadania Digital

ID	Autor	Título	Instituição de Ensino	Ano	Tipo
1	MACEDO, Nelia Mara Rezende.	Você tem Face? Sobre crianças e redes sociais online.	Uerj	2014	Doutorado
2	LAMANA, Rosa Maria Rodrigues	Ética ou Segurança? As questões da internet no currículo.	PUC-SP	2014	Mestrado
3	PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante	A aprendizagem das crianças na cultura digital.	Ufal	2015	Doutorado
4	CORRÊA, Luciana	Eu tenho “Insta”: Infâncias, consumo e redes sociais, os usos e apropriações do aplicativo Instagram por crianças na cidade de São Paulo.	ESPM	2015	Mestrado
5	SELAU, Patrícia Reginalda da Silva	Cultura Digital e Cidadania: Dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital.	Unisinos	2016	Mestrado
6	SCHLIECK, Diane	Aprendizagem Escolar e Tecnologias Digitais: Controvérsias reveladas por alunos/as do Ensino Fundamental.	Udesc	2018	Mestrado

7	COSTA, Daniela	A educação para a cidadania digital na escola: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e de aprendizagem.	PUC-SP	2019	Doutorado
---	----------------	--	--------	------	-----------

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A partir do levantamento das sete pesquisas (teses e dissertações) apresentadas, apenas três versam sobre cidadania digital na educação e estão alinhadas com o tema desta pesquisa.

No que se refere às pesquisas relacionadas à cidadania digital na educação, são poucas pesquisas na área de educação encontradas com os descritores selecionados.

Entre os sete trabalhos encontrados, a dissertação da Rosa Lamana, “Ética ou Segurança na Internet”, a dissertação da Patrícia Selau “Cultura Digital e Cidadania: Dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital” e a tese de Daniela Costa “A educação para a cidadania digital na escola: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e de aprendizagem”, apresentaram contribuições para pensar as questões de cidadania digital integradas à educação. Entretanto, percebe-se que ainda existe uma escassez de pesquisas na área, que possam apresentar conceitos de cidadania digital e práticas pedagógicas no currículo escolar.

Além de observar que existem poucas pesquisas no Brasil, identificou-se que, na tese de doutorado de Daniela Costa, foram abordados diversos conceitos de cidadania digital, a partir de diferentes autores. Com base no que foi exposto, mostrou-se de suma importância investigar o que existe de bibliografia a respeito da educação para a cidadania no contexto digital na educação em língua portuguesa, investigando a percepção de diferentes autores sobre cidadania e cidadania digital. Os conceitos e práticas podem contribuir para educadores para nortear o trabalho com cidadania digital na educação.

Diante disso, começou uma inquietação para ampliar os estudos a fim de explorar mais a temática e construir uma base científica solidificada, segura e confiável. Decidiu-se fazer uma revisão sistemática da literatura e analisar o estado da arte para pesquisas em língua portuguesa. Isto porque, por meio de um levantamento minucioso e sistemático de pesquisas, é possível trazer contribuições para a comunidade acadêmica e para os educadores, a fim de entender as possibilidades e desafios da cidadania digital na educação.

1.3 Revisão sistemática da literatura

Para elaborar uma pesquisa e coletar estudos com maior rigor e buscar soluções a partir de um problema, torna-se fundamental fazer uma revisão sistemática da literatura, seguindo um planejamento rigoroso. Um protocolo de RSL bem planejado, segundo alguns autores como Ramos, Faria e Faria (2014) e Biolchini *et al.* (2005) é muito importante para a identificação de fontes relevantes para o domínio da pesquisa. Sendo assim, para verificar qual a incidência de pesquisas que abordam o tema cidadania digital na educação, foi escolhida a abordagem metodológica da RSL.

A presente pesquisa será realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e no Portal de Periódico da Capes.

Os dados coletados serão analisados criticamente e identificados os conceitos de “cidadania” e “cidadania digital”, evidenciados pelos autores das pesquisas, bem como as práticas pedagógicas que integrem a temática ao currículo na educação.

Após a busca, será realizada uma análise que empregará um sistema tecnológico de análise qualitativa de dados, a fim de identificar as relações que se estabelecem entre eles.

A revisão sistemática da literatura, conforme afirmam Ramos, Faria e Faria (2014), procura propiciar uma credibilidade maior da pesquisa, a partir do momento que propõe uma metodologia de pesquisa rigorosa que siga etapas previamente definidas, tais como abordaremos no protocolo abaixo (Quadro 3), desenvolvido a partir do quadro de Faria (2016).

Quadro 3 - Protocolo desta pesquisa com base em Faria (2016)

Objetivos	Qual o “estado da arte” sobre o conceito de Cidadania Digital na Educação?
Equações de Pesquisa	1- “cidadania digital” + educação 2- “digital citizenchip” 3- “cultura digital” + cidadania 4- “cibercidadania” + educação 5- “segurança na internet” + educação 6- cidadania + educação midiática 7- direitos humanos + educação + digital 8- ética + educação + digital 9- letramento+ educação + digital 10- “tecnologia educacional” + currículo + cidadania 11- “inclusão digital” + cidadania 12- literacia + digital + cidadania
Âmbitos da Pesquisa	1. Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 2. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

	3. Portal de periódico da Capes.
CrITÉRIOS de Inclusão	1. Artigos científicos, dissertações e teses encontradas nos bancos de dados específicos. 2. Trabalhos disponíveis on-line. 3. Artigos científicos revisado por pares, publicados nos bancos de dados específicos. 4. Trabalhos na língua portuguesa. 5. Trabalhos científicos relacionados com Cidadania Digital na Educação na língua portuguesa no período de 2014 a 2020.
CrITÉRIOS de Exclusão	1. Trabalhos duplicados e incompletos nas bases de dados 2. Trabalhos que não contribuam para área da educação e objetivo da pesquisa.
CrITÉRIOS de Validade Metodológica	Aplicação rigorosa dos critérios de inclusão/exclusão e detalhamento das decisões por incluir ou excluir itens.
Resultados	Os dados serão organizados de forma a permitir análise do teor das pesquisas, assim como, transparecer os critérios de inclusão e exclusão.
Tratamento dos Dados e Resultados	Leitura, resumo estruturados dos achados da pesquisa, utilização dos dados para análise e subsídios para responder as questões levantadas por este estudo. O gerenciamento dos dados bibliográficos e do conteúdo será feito através de software de análise quantitativa de dados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Cogitou-se inicialmente em realizar a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Contudo, esse banco de dados apresentou instabilidade durante todo o período a ser pesquisado, o que poderia prejudicar a análise de dados e por isso a opção mais segura foi optar por outras bases de dados, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e Portal de Periódico da Capes.

1.3.1 Base de dados BDTD

A RSL foi iniciada na BDTD com os as palavras-chave “Cidadania Digital” + Educação com trabalhos publicados de 2014 a 2020. Foi encontrada somente uma tese na área de educação, conforme detalha o Quadro 4.

Quadro 4 - Pesquisa na base BDTD com o termo “cidadania digital” + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“cidadania digital” + educação	A educação para a cidadania digital na escola: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e de aprendizagem	COSTA, Daniela	Tese	PUC-SP	2019	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A pesquisa com o termo “digital *citizenship*” apresentou dez resultados, mas sete já haviam sido apontados na busca anterior, por isso não foram considerados. Com o termo “digital *citizenship*” foram encontrados apenas três resultados e, dentre eles, somente dois abordam o assunto de cidadania digital na educação (Quadro 5).

Quadro 5 - Pesquisas na base BDTD com o termo “digital citizenship”

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“digital citizenship”	Infância (n)ativa: potencialidades de participação e cidadania às crianças na mídia digital.	FERREIRA, Mayra Fernanda	Tese	Unesp - Bauru	2018	Comunicação
	Cultura Digital e cidadania: dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital.	SELAU, Patrícia Reginalda da Silva	Dissertação	Unisinos	2016	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Na busca com os termos “cultura digital” + cidadania foram encontradas oito pesquisas, mas não retornou nenhum trabalho que se enquadre no tema de cidadania digital na educação.

A busca com o termo cibercidadania + educação não apresentou nenhum resultado ligado ao tema de cidadania digital da educação.

A busca com os termos “segurança na internet” + educação apresentou dois resultados. Somente um estava relacionado ao tema de cidadania digital na educação, uma dissertação, defendida em 2014, com o objetivo de investigar qual a percepção dos docentes em relação à segurança na internet, conforme mostra o Quadro 6:

Quadro 6 - Pesquisas na base BDTD com os termos “segurança na internet” + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“segurança na internet” + “educação”	Ética ou segurança? As questões da internet no currículo.	LAMANA, Rosa Maria Rodrigues	Dissertação	PUC-SP	2014	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para os termos cidadania + educação + mídia foram encontrados 82 resultados, entretanto, somente quatro trabalhos abordam o tema de cidadania digital na educação. As pesquisas da Daniela Costa e da Patrícia Selau não foram inseridas no quadro por já estarem inseridas em busca anterior.

Quadro 7 - Pesquisas na base BDTD com os termos cidadania + educação + mídia

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
Cidadania + Educação + Mídia	Mídias Sociais, Adolescentes e Cidadania: espaço de Representações e de Educação para Mídia	GOMES, Joyce Galdino	Dissertação	Unesp	2014	Educação
	Mídia-educação para a sustentabilidade: uma proposta para estudantes do ensino médio	SILVA, Douglas Eduardo	Dissertação	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2016	Educação

	Comunicação, mídias & educação: um estudo sobre práticas na escola pública	RODRIGUES, Dilson Florêncio	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2018	Letras
	Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016)	KETZER, Araciele Maria	Dissertação	Universidade Federal de Santa Maria	2018	Ciências Sociais

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para os termos direitos humanos + educação + digital foram encontradas duzentas e oitenta e duas pesquisas, mas somente uma aborda o tema de cidadania digital na educação, como aponta o Quadro 8:

Quadro 8 - Pesquisa na base BDTD com o termo “direitos humanos” + educação + digital

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“direitos humanos” + educação + digital	Revisão sistemática de estudos sobre direitos humanos nas mídias digitais	MATTAR, Luiza Ribeiro	Dissertação (Mestrado profissional)	Unesp / Bauru	2018	Mídia e Tecnologia

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para os termos ética + educação + digital, foram encontrados oitocentos e noventa e cinco resultados, entretanto somente duas pesquisas abordam o tema cidadania digital na educação. Uma pesquisa já foi citada em busca anterior, e não foi considerada novamente, a outra é apresentada no Quadro 9.

Quadro 9 - Pesquisa na base BDTD com o termo “ética” + educação + digital

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
ética + educação + digital	Letramentos digitais e formação educacional na educação básica: investigação de práticas	MENDONÇA, Helena Andrade	Dissertação	USP	2016	Letras

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para os termos letramento + educação + digital foram encontradas 591 pesquisas, a primeira e a segunda não obtiveram acesso ao texto completo.

Quadro 10 – Pesquisa na base BDTD com o termo letramento + educação + digital

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
Letramento+ educação + digital	Letramento digital e orientações educacionais: leitura e escrita digital no ensino médio	ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira de	Tese	Universidade do Grande Rio	2019	Educação
	Letramento digital em massa com objetos de aprendizagem	SBROGIO, Renata de Oliveira	Dissertação	Universidade Estadual de São Paulo	2016	Mídia e Tecnologia
	Uma experiência de cibereducação para o letramento digital	ALMEIDA, Regiceli Bento	Dissertação	Universidade Estadual Paulista	2015	Letras

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para os termos “tecnologia educacional” + currículo + cidadania, retornaram doze pesquisas, mas somente duas abordam o tema de cidadania digital na educação. Uma delas é a tese de Daniela Costa, que já foi apresentada em uma busca anterior, por isso foi desconsiderada. O Quadro 11 apresenta a pesquisa encontrada:

Quadro 11 - Pesquisa na base BDTD com os termos “tecnologia educacional” + currículo + cidadania

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“tecnologia educacional” + currículo + cidadania	Tecnologia, ética e cidadania nas percepções dos professores da UAB	MEDEIROS, Cid	Dissertação	UNB	2017	Letras

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para os termos “inclusão digital” + cidadania foram encontradas vinte e cinco pesquisas. Entretanto, somente uma aborda o tema de cidadania digital na educação, a dissertação de Patrícia Selau, já apresentada em uma busca anterior.

Para os termos literacia + mídia + cidadania foram encontrados três resultados, sendo que somente dois abordam o tema de cidadania digital e que já foram selecionados em busca anterior com outros descritores a tese de Mayra Fernandes Ferreira e a dissertação de Eduardo Douglas Silva.

Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontradas 14 pesquisas (3 teses e 11 dissertações) relacionadas à Cidadania Digital na Educação de acordo com os descritores selecionados. A maioria das pesquisas é da área de educação (seis), quatro pesquisas da área de letras, duas pesquisas da área de mídia e tecnologia, uma pesquisa de ciências sociais e uma pesquisa da área de comunicação. As pesquisas são muito recentes: duas são de 2019; quatro, de 2018; uma, de 2017; quatro, de 2016 e duas, de 2014.

No que se refere às pesquisas relacionadas à cidadania digital na educação na BDTD, são poucas pesquisas na área de educação, encontradas com os descritores selecionados.

1.3.2 Base de dados RCAAP

Na base de dados Repositórios Científicos de Acesso Aberto a Portugal (RCAAP), foi realizada a pesquisa, utilizando os descritores selecionados e com os seguintes filtros: para o uso do filtro “Tipo de Documento” foram selecionados Artigos Científicos, Artigos de Investigação, Dissertação de Mestrado e Tese de doutoramento no idioma português; o filtro “Data” para o período de 2014 a 2020. Para o filtro “Tipo”, foram selecionados Título e Assunto.

Para a busca do termo “digital *citizenship*” não foram encontrados resultados.

Para a busca dos termos “cidadania Digital” + educação foram encontradas cinco pesquisas. No Quadro 12 serão apresentadas apenas duas pesquisas. Três delas já foram encontradas em buscas anteriores. A tese de Daniela Costa, a dissertação de Patrícia Reginalda da Silva Selau e a tese de Marcelo de Miranda Lacerda. Seguem abaixo as pesquisas que foram encontradas:

Quadro 12 - Pesquisa na base RCAAP com o termo “cidadania digital” + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“cidadania digital”+ educação	Cidadania na era digital. Um projeto-piloto de formação de crianças dos 3 aos 9 anos em contexto formal e informal de aprendizagem	TOMÉ, Vitor	Artigo Científico	Revista Educação e Cultura Contemporânea – Estácio de Sá	2016	Educação
	Exercício de cidadania ativa e participação através dos meios de comunicação: um projeto comunitário focado em crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo	TOMÉ, Vitor <i>et al.</i>	Artigo Científico	Revista Comunicação e Sociedade	2019	Ciências da Comunicação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para o termo digital *citizenship* foram encontrados seis trabalhos, entretanto somente dois abordam o tema de cidadania digital e que já foram citados anteriormente, a dissertação de Mayra Fernanda Ferreira e a tese de Daniela Costa.

Para os termos “cultura digital” + cidadania, foi encontrado somente um, a dissertação de Patrícia Selau, está relacionado ao tema da pesquisa e foi desconsiderado.

Para os termos cibercidadania + educação, foram encontradas duas pesquisas, mas nenhuma delas estava relacionada ao tema cidadania digital na educação.

Para os termos “segurança na internet” + educação foi encontrado um resultado. Uma dissertação de mestrado (Quadro 13).

Quadro 13 - Pesquisa na base RCAAP com o termo “segurança na internet” + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
“segurança na internet” + educação	Segurança na internet para encarregados de educação: desenvolvimento de um MOOC	AMADO, Carolina Batalha de Oliveira Pascoal	Dissertação	Universidade de Lisboa - PT	2016	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para os termos cidadania + educação + mídia retornaram sete trabalhos. Destes, cinco não estão relacionados ao tema da pesquisa, um já havia sido citado anteriormente em outra base de dados, da autora Joyce Galdino Gomes e, por isso, somente um está relacionado ao tema, conforme o quadro a seguir:

Quadro 14 - Pesquisa na base RCAAP com o termo cidadania + educação + mídia

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
cidadania + educação + Mídia	Comunicação, Mídia e Cidadania na Prática Pedagógica	BUENO, Divino Alves	Artigo Científico	Revista Inter-Ação	2015	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para os termos “direitos humanos” + educação + digital foi encontrado o mesmo trabalho para a busca com os mesmos descritores na base de dados BDTD. A dissertação de Luiza Ribeiro Mattar que, por isso, foi desconsiderada.

Para os termos ética + educação + digital, foram encontrados três trabalhos, porém nenhum deles estava relacionado à temática de cidadania digital na educação.

Para os termos letramento + educação + digital foram encontrados 42 trabalhos, entretanto somente dois trabalhos estão relacionados ao tema desta pesquisa. Um trabalho da autora Renata de Oliveira Sbrogio já foi citado em base de dados anterior e por isso foi desconsiderado. Segue o quadro com as informações do outro trabalho encontrado:

Quadro 15 - Pesquisa na base RCAAP com o termo letramento + educação + mídia

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
letramento + educação + Digital	Letramento e emancipação digital cidadã: Cartografias e rastros na constituição de espaços de convivência híbridos e multimodais	LACERDA, Marcelo de Miranda	Tese	Unisinos	2019	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Para os termos “tecnologia educacional” + currículo + cidadania, não foram encontrados trabalhos.

Para os termos “inclusão digital” + cidadania, foram encontrados nove trabalhos, porém somente um deles estava relacionado à cidadania digital e educação, a dissertação de Patrícia Selau, porém ela foi desconsiderada porque já havia sido selecionada em busca anterior pela BDTD.

Para os termos literacia + digital + cidadania foram encontrados três trabalhos, entretanto somente um está relacionado ao tema da presente pesquisa.

Quadro 16 - Pesquisa na base RCAAP com o termo literacia + digital + cidadania

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Instituição	Ano	Área
literacia + digital + Cidadania	Das competências de uso das tecnologias digitais ao exercício pleno da cidadania digital: os casos do Alentejo e do País Basco	AIRES, Luísa; PALMEIRO, Ricardo; PEREDA, Visitación	Artigo Científico	Repositório da Universidade Aberta	2019	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Na base de dos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), foram selecionados seis trabalhos, sendo uma tese, uma dissertação e quatro artigos científicos.

Referente à data de publicação, três trabalhos eram de 2019; dois trabalhos, de 2016 e um trabalho de 2015. Com relação às áreas de publicação, cinco trabalhos eram da área de Educação e um trabalho, de Ciências da Comunicação.

No que se refere a trabalhos (artigos, dissertação e teses) relacionados à cidadania digital na educação na RCAPP, são poucas as pesquisas na área de educação encontradas com os descritores selecionados.

1.3.3 Base de dados Portal de Periódico da Capes

Na base de dados do portal de periódico da Capes, foi realizada uma busca utilizando os seguintes filtros: artigos revisados por pares, período de 2014 a 2020, idioma português.

Inicialmente, foi feita uma busca simples com as palavras “cidadania digital” + educação e retornaram 7 artigos, mas somente 3 estão relacionados com a pesquisa. Entretanto, um artigo de Vitor Tomé *et al.* já foi citado anteriormente e não será mencionado no quadro a seguir.

Quadro 17 - Pesquisa no portal de periódico da Capes com o termo “cidadania digital” + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Ano	Área
“cidadania digital” + “educação”	Educação digital: a base para construção da cidadania digital	SOUZA, Meire Cristina	Artigo	2018	Direito

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em seguida, foi feita a busca com o termo “digital citizenship” e voltaram 65 artigos científicos. Dentre estes artigos, foram selecionados 3, que estão relacionados ao tema da presente pesquisa. Um artigo não será inserido no quadro, pois já foi encontrado anteriormente em outra busca.

Quadro 18 - Pesquisa no Portal Periódico da Capes com o termo “digital citizenship”

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Ano	Área
digital citizenship	Educação e Cidadania: perspectivas da literacia digital crítica	OLIVEIRA, Michele Mezari e GIACOMAZZO, Graziela Fatima	Artigo	2017	Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Foram encontrados onze artigos para o termo “cultura digital” + cidadania, mas nenhum está relacionado ao tema da pesquisa. Para os termos cibercidadania + educação, foram encontrados dois resultados, entretanto somente um está relacionado a pesquisa.

Quadro 19 - Pesquisa no Portal Periódico da Capes com o termo cibercidadania + educação

Palavras-chave	Título	Autor (a)	Tipo	Ano	Área
cibercidadania + educação	O jovem e as mídias: conhecimento e cibercidadania	ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; ANDRADE, Luiz Rafael dos Santos; LINHARES, Ronaldo Nunes; FREIRE, Valéria Pinto	Artigo	2019	Educação

Fonte Elaborado pela autora, 2021.

Com os termos “segurança na internet” + educação foram encontrados dois resultados, mas nenhum deles está relacionado com o tema da pesquisa.

A busca com os descritores cidadania + educação + mídia, voltou 143 resultados, mas nenhum deles estava relacionado com o tema da pesquisa.

Com os termos direitos humanos + educação + digital, retornaram 77 resultados, mas nenhum estava relacionado ao tema da pesquisa.

A pesquisa com os termos ética + educação + digital retornou 165 resultados, mas nenhum deles estava relacionado com a pesquisa.

A busca com os descritores letramento + educação + digital resultou em 24 artigos, porém nenhum deles foi selecionado porque não estava relacionado ao tema da pesquisa.

Com os termos “tecnologia educacional” + currículo + cidadania, retornou apenas um resultado, mas o artigo não estava de acordo com o tema do presente trabalho.

A busca com os descritores “inclusão digital” + cidadania retornou 29 artigos, mas não estavam relacionados ao tema.

A pesquisa com os descritores literacia + mídia + cidadania retornaram 4 resultados, porém nenhum deles se relacionava com a presente pesquisa.

No Portal periódico Capes, foram selecionados cinco artigos científicos. Referente à data de publicação, dois artigos foram publicados em 2019; um foi publicado em 2018; um, em 2017 e um, em 2015. Com relação às áreas de publicação, quatro artigos são da área de Educação, e um artigo da área de direito.

Identificou-se que existem poucos artigos relacionados à cidadania digital na educação, com os descritores selecionados, no Portal de Periódico da Capes.

Apresentou-se aqui todo o percurso metodológico para atingir os objetivos estipulados na tentativa de buscar dados para responder as questões levantadas pela pesquisadora e demonstradas no início do presente capítulo. Os dados foram tabulados em gráficos, tabelas e textos e foram utilizados o software de Referência Zotero e o Software NVivo 12. Os resultados e a análise e discussão dos dados serão apresentados no Capítulo 3.

No Capítulo 2, a seguir, serão apresentados os referenciais teóricos que embasaram a presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados conceitos fundantes sobre Currículo, Tecnologia e Cidadania Digital e o vínculo com a educação. O objetivo é apresentar uma fundamentação teórica que respalde a presente pesquisa.

2.1 Currículo

O currículo apresenta uma concepção polissêmica e se encontra inserido em um contexto histórico, social, cultural, político e escolar próprios. Segundo Gimeno Sacristán (2013), o conceito de currículo vai se modificando no decorrer da história, permeando todo o processo educacional, sendo concebido como uma práxis, isto significa que muitos tipos de ações intervêm em sua configuração. Não se trata de algo estanque, mas sim dinâmico e vai se moldando de acordo com a realidade, sendo impactado pelo contexto social e histórico no qual está inserido.

Ainda segundo Gimeno Sacristán (2013, p. 14), o currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola. Projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc. Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo, etc.

Refere-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; 3) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação.

Referem-se a ele os que exercem um tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadora sobre esses temas.

Ao abordar o tema currículo, é importante apresentar a visão conceitual tradicional, crítica e pós-crítica, pois estas possuem características próprias que as diferenciam. A partir do momento que entendemos as diferentes abordagens curriculares, é possível compreender: o seu conceito; o papel que desempenha na escola e no processo de ensino e aprendizagem; na sociedade; sua função histórico-social; as relações que estão implícitas na construção do currículo. A visão tradicional do currículo está mais preocupada em como ele está estruturado e organizado, em selecionar os conteúdos aos quais devem ser trabalhados na escola, os quais

os alunos devem aprender. A concepção tradicional está desprovida de uma análise crítica, ela é considerada mais neutra (MOREIRA; SILVA, 2011).

Entretanto, no currículo estão implícitas relações de poder e corroboramos a ideia crítica do currículo para a formação de um sujeito crítico. Educar é um ato político e defendemos a formação de um cidadão crítico e participativo que possa transformar a sociedade em que vive. Conforme afirma Gimeno Sacristán (2013, p. 21):

O currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real. Daí que a única teoria possível que possa dar conta desses processos tenha de ser do tipo crítica, pondo em evidência as realidades que o condicionam.

Nas teorias críticas do currículo, como dito anteriormente, estão implicadas relações de poder e, como afirmam Moreira e Silva (2011), estas se contrapõem às teorias tradicionais que são neutras, e tiveram seu advento a partir de 1970. Segundo a visão crítica, os teóricos tradicionais apresentam uma visão mais limitada à estrutura do currículo, com uma perspectiva mais instrumental e ignoram as decisões que implicam a seleção do currículo para a comunidade escolar. Na visão crítica, a escolha do conhecimento a ser estudado e inserido na proposta curricular, as relações de poder, quem ganha e quem perde com tais escolhas, bem como a resistência a esse processo são aspectos fundamentais a serem analisados (MOREIRA; SILVA, 2011).

Assim como afirma Apple (2016), a visão crítica do currículo desvela a faceta tecnicista. As questões que envolvem o currículo não são técnicas e sim éticas e políticas. A importância da visão crítica em objetivar uma sociedade mais democrática, de forma a observar e analisar as relações de poder e como elas estão presentes na escola, influenciando professores e alunos e a organização do currículo (APPLE, 2011). Coerente com esse entendimento, na proposta de democratização do currículo, Abramowicz, Stano e Gonçalves (2017, p. 290) afirmam: “A concepção de currículo é polissêmica, possibilita a produção de um currículo democrático problematizador, reflexivo, incluyente”.

Ao tratar o currículo em um enfoque mais crítico e democrático, em sua constituição estão implícitas a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes. Estes estarão em um processo educacional dialógico, onde o educando constrói seu próprio conhecimento, possibilitando o diálogo, a partilha e a escuta. Tais questões são fundantes da proposta da presente pesquisa, a fim de estabelecer uma educação mais participativa, dinâmica e significativa.

Conforme afirma Freire (2013, p. 1555): “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.

A educação dialógica, como prática de liberdade, possibilita que o educando construa seu próprio conhecimento. O sujeito é ativo, não está mais na condição de oprimido, sua realidade e visão de mundo são priorizadas. Ele age sobre o mundo, modificando a realidade, criando a história e se transformando em um ser histórico-social (FREIRE, 2013). Coerente com essa proposta, ao falar em currículo crítico, Abramowicz, Stano e Gonçalves (2017) afirmam que é essencial contemplar temas controversos, tais como diversidade e desigualdade, mas que são essenciais para um currículo emancipatório e democrático.

Henry Giroux foi um dos grandes pensadores, citados por Silva (2010), que construíram uma visão crítica de currículo. Para esse filósofo, o currículo possuía uma dimensão mais cultural do que educacional, sustentando que o mesmo não transmite apenas fatos e conhecimentos objetivos, mas também é capaz de construir significados e valores culturais. Para ele, o currículo, em sua visão mais tradicional, acaba por contribuir mais para desigualdade e injustiças sociais. Em uma visão mais crítica, este pode promover a emancipação e a libertação.

Tanto na visão crítica como na pós-crítica, o currículo não é neutro e, em seu bojo, estão implicadas as relações de poder. Silva (2010) afirma que ambas estão preocupadas com as relações estabelecidas entre saber, identidade e poder. Segundo Arroyo (2015, p. 7), “o currículo nunca é neutro. Podemos por exemplo, reduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para uma sociedade mais democrática”.

Na visão pós-crítica, o multiculturalismo está presente, como indica Silva (2010), e este pode ser compreendido como a reivindicação dos grupos culturais dominados (mulheres, negros, homossexuais), cujo objetivo é o reconhecimento de suas culturas para que possam ser representadas na cultura nacional. É considerado um instrumento de luta política imbricada em questões raciais, étnicas e de diversidade, além de apresentar íntima ligação com relações de poder. Sendo assim:

O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação de grupos culturais dominados. [...] O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os problemas que a presença de grupos raciais e étnicos, coloca para a cultura nacional dominante (SILVA, 2010, p. 85).

Segundo Crepaldi (2015), o multiculturalismo é considerado um instrumento de luta política e não deve ser visto de forma separada das relações de poder. A cultura social

dominante era europeia, branca, masculina, heterossexual e abriu espaço para as diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais.

Conforme afirmam Moreira e Silva (2011), o currículo na visão pós-crítica apresenta outros temas, tais como: cultura, identidade, subjetividade, raça, gênero, sexualidade, discurso, linguagem. O objetivo central nas discussões passa a ser a compreensão das relações entre currículo, cultura e poder.

O autor Torres Santomé (2013), em seu livro “Currículo Escolar e Justiça Social: O Cavalo de Tróia da Educação”, aponta que ao tratar de uma educação crítica e libertadora, torna-se necessário uma investigação dos itens que compõe o currículo e se estes respeitam os diferentes grupos sociais existentes em nossa sociedade. É importante analisar as estratégias de avaliação e se as teorias educativas estão atenta às vozes e necessidades dos outros. O autor aborda a questão da justiça escolar e afirma:

Referir-se à justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida, analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida. Esta meta, é lógico, preocupa os professores comprometidos com a atribuição de poderes aos grupos sociais mais desfavorecidos e portanto, com a construção de um mundo melhor e mais justo (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 10).

O autor ainda salienta alguns obstáculos a uma educação mais democrática e aponta que o capitalismo e o neoliberalismo são fatores preponderantes na construção de um currículo fechado, que muitas vezes é imposto à escola e que deve ser cumprido porque os organismos internacionais financiam e acabam por, assim, ditar as regras. Torres Santomé ressalta, inclusive, a valorização das emoções, o respeito às diferenças, à compreensão e à humanização, quando afirma:

É preciso aceitar a pretensão de que o século XXI deve ser o século da justiça social, da paz, da compreensão e da solidariedade global e trabalhar com isso. Nosso século deve se caracterizar pela empatia e compaixão, mas no sentido etimológico da palavra: sofrer juntos, compreender o estado afetivo e emocional do outro; seguir uma via que facilite aprender a valorização dos demais como iguais e o respeito a eles. Portanto, é preciso dar maior ênfase à educação das emoções, à compaixão como meio de fomentar a ajuda e à compreensão do outro (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 163).

A justiça curricular, apontada por Torres Santomé (2013), ilustra bem o que se pretende abordar nesta pesquisa, enquanto se aborda a cidadania, a inclusão, as questões participativas e ativas do sujeito e uma educação emancipadora que possa englobar a todos sem distinção, com a possibilidade de uma sociedade mais democrática e justa, sem deixar ninguém de fora, com uma proposta crítica, inclusiva, para formar cidadãos críticos. E para além disso, como aponta o autor, a necessidade de se criar estruturas escolares mais flexíveis que possam conectar as atividades escolares e extraescolares, ou seja, vincular à escola a comunidade em

que vive, em um intercâmbio entre ensino formal e não formal, propondo, assim, segundo Torres Santomé (2013, p. 320) “a formação de cidadãos mais abertos, democráticos e solidários”.

Algumas questões referentes à visão crítica e pós-crítica de currículo, que estão muito ligadas a uma cidadania participativa, ativa e crítica, vinculam-se à ideologia e poder presentes na construção de currículo e na fundamentação da escola.

Na presente dissertação, considera-se a visão crítica e pós-crítica do currículo, também coaduna com a proposta de Torres Santomé visando uma justiça curricular, e a partir disso, propõe a ampliação do escopo da discussão para o uso que se faz da tecnologia de forma crítica e consciente, e para a construção de educação para uma cidadania e cidadania digital crítica que promova a emancipação e autonomia do sujeito.

Tais temas serão abordados nos próximos itens, propondo uma reflexão e análise sobre o assunto.

2.2 Tecnologia e TDIC

O conceito de tecnologia está vinculado à técnica e por vezes acaba associado ao conceito existente somente em uma sociedade contemporânea, ao mundo eletrônico e virtual. Vieira Pinto (2005) critica a ideia de uma “era tecnológica”, isto porque o homem sempre produziu tecnologias ao longo da história. Sendo assim, em todas as épocas em que o ser humano viveu, sempre projetou e criou tecnologias para satisfazer as suas próprias necessidades, objetivando melhor qualidade de vida e conforto.

Ao refutar a ideia de “era tecnológica”, Vieira Pinto (2005) afirma que o termo foi criado por uma classe dominante, por conta da cultura de consumo, estabelecendo, assim, a diferença entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Ao apresentar a concepção de tecnologia por Álvaro Vieira Pinto, cabe ressaltar a visão crítica de Freire, que concorda com o filósofo. Ao pensar sobre o termo “era tecnológica” e como ele foi criado para a cultura do consumo, deve-se pensar, então, como diz Freire (1984), a quem serve a tecnologia e qual o papel que ela ocupa na escola e no currículo: “A máquina está a serviço de quem? A serviço de quem eles entram na escola? [...] a favor de quem, ou contra quem as máquinas estão sendo postas em uso”.

A cultura de consumo imposta pela sociedade é real e está posta. Ao comprar um dispositivo, por exemplo um *smartphone*, como usuários, devemos sempre atualizar o sistema

operacional e este, quando não consegue suportar mais o ambiente operacional a ser atualizado, acaba sendo descartado, obrigando usuários a comprarem outro *smartphone*.

A sociedade capitalista – acredita-se aqui – acaba moldando o indivíduo a ser um consumidor constante de dispositivos tecnológicos, um exemplo claro são as filas enormes em frente à loja *Apple*, quando é lançado um novo *iPhone*. O ponto fulcral é desvelar o uso da tecnologia e refletir a quem serve e para que serve. A tecnologia, por si só, não é boa nem má. Ao refletir sobre essa questão, está claro que deve ser observado o uso dessa tecnologia, principalmente no ambiente escolar. Sendo assim, deve-se tomar cuidado para não ver a tecnologia como panaceia, que vai resolver todos os nossos problemas, mas, cabe refletir conscientemente sobre o uso que se faz da tecnologia na escola, a partir de objetivos claros e definidos e do porquê e para que se utiliza a tecnologia.

Tal como afirma, Freire (2000, p. 102):

[...] o exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, em favor de quê, de quem, contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.

Outra questão importante, apontada por Vieira Pinto (2005), diz respeito ao homem “desumanizado”, “coisificado”, perdendo sua capacidade de produção, de ser “produtor”, sendo reduzido a mero consumidor. Esta ideia também está vinculada a uma educação bancária apontada por Freire na obra *Pedagogia do Oprimido*, quando o estudante é visto somente como um repositório de conteúdo, um ser passivo e sem autonomia. A reflexão abordada por Vieira Pinto e Freire é fundamental para repensarmos a educação e a formação do cidadão e da sociedade que queremos: um cidadão passivo, que só reproduz conhecimento ou um cidadão ativo, crítico, produtor de conhecimento e capaz de transformar a sociedade na qual está inserido, objetivando um mundo melhor e mais justo?

Assim, pensar em uma educação que faz uso da tecnologia, objetivando um mundo melhor é pensar em transformação do mundo e das pessoas, pois, conforme afirmam Almeida e Silva (2014, p. 1241), “A educação ‘através’ das tecnologias considera a tecnologia como uma ferramenta de aprender. Nesse sentido, as tecnologias presentes nos processos escolares deveriam estar a serviço da humanização, da transformação das pessoas e do mundo”.

Na presente pesquisa, é apresentada uma visão mais crítica do currículo e este está vinculado a uma visão crítica de tecnologia, que incide na educação para uma cidadania digital em que o cidadão saiba utilizar a tecnologia de forma ética, segura, responsável e consciente dos seus direitos e deveres e de sua participação ativa no ciberespaço. É importante ressaltar

que antes de ser um cidadão digital crítico, ele precisa ser um cidadão atuante e participativo em todas as esferas da sociedade e não somente no digital e por isso a presente dissertação apresenta a importância de refletir sobre a educação para cidadania para além do digital.

Ao falar em ciberespaço, essa nova esfera pública, muitas vezes chamada de agora virtual, Lemos e Lévy (2010) abordam a desterritorialização que esse espaço apresenta “não é recortada mais por territórios geográficos [...] trazendo a abertura, relações entre pares e a colaboração”.

Conforme exposto, as tecnologias sempre existiram e estas sempre fizeram parte do processo de evolução do homem. As tecnologias estão presentes em todas as esferas da sociedade, nas relações e fazem parte de nossa cultura e a educação está inserida nesse contexto. Segundo Almeida e Silva (2011, p. 3):

Nas últimas décadas grupos de pesquisas de diferentes partes do mundo ocidental vêm se dedicando ao desenvolvimento de estudos de tecnologia na educação, considerando como um tema da ciência, traz em seu bojo, conceitos de pluralidade, inter-relação, abertura e intercâmbio crítico de ideias, concepções, experiências e saberes advindos de distintas áreas de conhecimento, que integram com as tecnologias e interferem nos modos de pensar, fazer e relacionar.

Identifica-se, assim, que o uso da tecnologia possibilita mudanças no cotidiano dos seres humanos, ampliando novas formas de comunicação e novas formas de pensar, de produzir, visto que estamos inseridos em uma cultura digital.

A cibercultura ou cultura digital, conforme afirmam Lemos e Lévy (2010, p. 21):

[...] é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social.

Segundo Buzatto (2010, p. 69-88) a cultura digital não pode ser um conceito fechado, estanque e apresenta a cultura digital a partir de quatro pressupostos, como demonstrado a seguir:

Pressuposto I: a cultura digital é, como qualquer outra cultura, uma unidade aberta e em evolução. Ela só existe, efetivamente, no ato de ser performada, e qualquer tentativa de mapeá-la incorre, inevitavelmente, no risco de apagar a heterogeneidade que a constitui internamente. Podemos estabelecer limites (provisórios) para essa cultura quando estudamos encontros culturais nos quais recusas e resistências apontam para os seus limites, e quando investigamos zonas de fronteira entre ela e outras culturas, nas quais hierarquias de poder e de valor são estabelecidas e questionadas. **Pressuposto II:** ao especificar essa unidade aberta como “digital”, não nos restringimos ao conjunto de operações e processos técnicos ligados à representação que estariam contrapostos aos processos e operações analógicos anteriores (nem tampouco ao uso de certos aparatos técnicos que propiciam, automatizam, e recombina esses processos), mas buscamos nos referir também a um repertório de ideias, práticas, atitudes e valores que esses processos e recursos

técnicomateriais habilitam contingencialmente. **Pressuposto III:** esse repertório de atitudes, idéias, valores e saberes é constantemente atualizado em performances que se dão na zona de contato entre o digital, o de massa e o popular. Assim como o de massa não destruiu o popular, tampouco o digital destruirá os outros dois. Por um lado, porque as identidades continuam se enunciando e se afirmando pelo uso nos novos meios, mesmo os “destinados a aniquilá-las”. Por outro lado, porque popular, de massa e digital combinam-se na geração de “terceiros espaços” nos quais novas formas de identificação e práticas de posicionamento são viabilizadas. **Pressuposto IV:** Como qualquer outro conjunto de meios, o digital, ao mesmo tempo, permite e restringe um certo conjunto de práticas sociais, e portanto permite a uma determinada ordem ou estrutura social produzir e reproduzir a si mesma.

A cultura digital, impacta sobremaneira o currículo escolar, isto porque quando as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) e a internet são utilizadas com um propósito e significados claros por parte do educador possibilitam mudanças nas práticas educativas. No item anterior, ao falar em currículo, foi apresentado a importância do currículo crítico e não neutro, como o currículo tradicional. Apontou-se a importância do uso crítico das tecnologias e agora torna-se fundamental abordar a integração das tecnologias ao currículo.

Ao falar da integração das tecnologias ao currículo, Almeida e Silva (2014, p. 1240) afirmam que:

[...] amplia as possibilidades de dar voz ao professor e ao aluno, por meio da expressão de suas vozes, permite sua autoria e seu empoderamento. Trata-se, portanto, de democratizar o acesso e oportunizar o professor de apropriação social da tecnologia e seu uso inovador pela escola.

Ao utilizar a tecnologia para empoderar alunos e professores, por meio da autoria, envolve-se produção de conhecimento. Nesse sentido, a concepção passa a ser a de estudante como autor e não um mero consumidor. Esta perspectiva está imbricada ao conceito de empoderamento e autoria e, conseqüentemente, de um uso mais crítico da internet.

Outro aspecto que deve ser abordado, ao falar sobre tecnologia e tecnologias na educação de forma crítica, é o aumento crescente do uso de dispositivo e do uso da internet cada vez mais cedo, como já foi abordado no presente trabalho, ao apresentar dados da pesquisa TIC Kids Online 2019 realizado com crianças e adolescentes de 9 a 13 anos. Ao utilizar a internet, crianças e adolescentes se tornam cidadãos digitais e por isso é fundamental que exista orientação nas escolas de forma efetiva, com foco no uso consciente e crítico da internet.

O pensamento dessa nova geração (crianças e adolescentes) é desenvolvido por meio de um espaço de relações com as redes, isto promove mudanças e alterações na forma de como se conhecem, vivenciam, pensam e aprendem. Conforme afirma Lévy (2016, p. 137):

A inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou “eu” que sou inteligente, mas o “eu” com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais. [...] O pretendo sujeito

inteligente nada mais é do que um dos micro atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe.

As redes complexas abordadas por Lévy (2016), a ecologia cognitiva, formada por uma estrutura coletiva, faz parte da vida dessa nova geração que vive na sociedade em rede, trazendo profundas mudanças e novas possibilidades, propondo, assim, um novo desafio para a educação.

A partir do que foi exposto, a escola deve estar atenta a essas mudanças, pois os estudantes e professores estão inseridos nessa cultura digital e cabe um envolvimento de todos para a construção de um currículo que envolva o uso das tecnologias de forma significativa. Segundo Lemos e Lévy (2010, p. 137):

As novas tecnologias da informação e comunicação alteram os processos de comunicação, de produção, de criação. [...] Essa nova configuração emerge com os três princípios básicos da cibercultura: liberação da emissão, conexão generalizada e reconfiguração social, cultural, econômica e política.

A integração das tecnologias ao currículo não deve ser vista apenas como uma ferramenta, um apêndice, algo separado e distante da proposta de ensino e aprendizagem, mas deve estar atrelada à competências e habilidades que possam orientar, assim, as ações das tecnologias ao currículo escolar.

Conforme apontam Almeida e Silva (2011, p. 4): “[...] tecnologias e currículo passam a se imbricar de tal modo que as interferências mútuas levam a ressignificar o currículo e a tecnologia, e então começamos a criar um novo verbete – web currículo”. Almeida (2010, p. 7) quem cunhou a terminologia, afirma:

Nessa perspectiva integradora e de interferências e transformações mútuas do currículo e das tecnologias, propõe-se o termo web currículo como o currículo que se desenvolve por meio de ferramentas e interfaces da Internet, o qual envolve campos de conhecimentos de diferentes áreas: comunicação, educação e tecnologias. Assim, web currículo integra as tecnologias com o currículo, envolvendo distintas linguagens e sistemas de signos configurados de acordo com as características intrínsecas das tecnologias e mídias que suportam os modos de produção do currículo, conforme os limites e potencialidades das TIC. Essa integração se estabelece para além das mídias e envolve as mensagens e os contextos; as relações entre múltiplas culturas; os diferentes tempos, espaços e linguagens; as experiências de professores e alunos; as concepções de currículo, os objetivos pedagógicos e as condições contextuais; a negociação e atribuição de significados entre todos os participantes.

A partir do exposto, verifica-se que web currículo, currículo crítico, com uma proposta educacional clara e a formação de um sujeito histórico-social crítico são fundamentais para a formação do sujeito, que poderá ser capaz de transformar o meio em que vive. Tais elementos são primordiais na construção de uma cidadania ativa, participativa e emancipatória. No próximo tópico será abordado a Educação para Cidadania e a Cidadania Digital

2.3 Educação para Cidadania e a Cidadania Digital

Primeiramente, considera-se de suma importância entender o conceito de cidadania. A partir disso, torna-se fundamental compreender a cidadania inserida no contexto educacional, no qual estão implícitas relações de poder, tais como a escolha do currículo e a concepção educacional adotada. Neste tópico, serão apresentados alguns conceitos de cidadania, uma breve análise histórica sobre educação para cidadania, bem como seus desafios e possibilidades, evoluindo para uma cidadania digital.

Segundo Pinsky (2003, p. 9), “a cidadania não é uma definição estanque, mas sim, um conceito histórico. Sendo assim, o mesmo pode variar de acordo com o tempo, lugar e espaço”.

Ao longo da história, é possível verificar como o conceito de cidadania se transforma. É necessário, inclusive, ao falar em cidadania, exemplificar que desde a antiguidade já existia a preocupação em entender e conceituar a cidadania e qual o papel do cidadão na sociedade em que vive. Entretanto, como afirma Guarinello (2003, p. 29):

Não podemos falar da continuidade do mundo antigo, de repetição de uma experiência passada e nem mesmo de um desenvolvimento progressivo que unisse o mundo contemporâneo ao antigo. São mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos.

É importante analisar as contribuições de Aristóteles para a cultura ocidental no que se refere à concepção de cidadania e conforme afirma Mendes (2010, p. 20-21):

Aristóteles foi este autor dos escritos que chegaram até o mundo contemporâneo, que mais tratou de forma sistemática sobre cidadania. [...] Em termos filosóficos e mais práticos, a cidadania configurava-se como condição e referência para a participação política no governo da pólis²¹.

Sendo assim, para Aristóteles (2020, p. 70-71), o cidadão:

É aquele cuja especial característica é participar da administração da justiça e de cargos públicos;
[...] aquele que tem uma parte legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária – eis o que chamamos de cidadão da cidade assim constituída.
[...] é o homem investido de um certo poder.

Conforme afirma Funari (2003, p. 51): “No sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado”.

²¹ Se para os gregos havia primeiro a cidade, *polis*, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto dos cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos, havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *civitas*, englobava cidade e Estado (FUNARI, 2003, p. 49).

Arendt, conforme afirma Lafer (1997, p. 64), vai muito além do que pensar a cidadania somente relacionado aos direitos políticos, pois, segundo a autora, a cidadania está vinculada ao humanismo universal:

[...] a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. Em resumo, é esse acesso ao espaço público – *o direito de pertencer a uma comunidade política* – que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Nas palavras de Arendt (2013, p. 382):

O homem do século XX se tornou tão emancipado da natureza como o homem do século XVIII se emancipou da história. A história e a natureza tornaram-se, ambas, alheias a nós, no sentido de que a essência do homem já não pode ser compreendida em termos de uma nem outra. Por outro lado, a humanidade, que para o século XVIII, na terminologia kantiana não passava de uma ideia reguladora, tornou-se hoje de fato inelutável. Essa nova situação, na qual a “humanidade” assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito de ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível.

Um outro conceito de cidadania, a partir de uma visão crítica e que corrobora outros conceitos apresentados nesta pesquisa a respeito de currículo e educação, é apresentado por Demo e Oliveira (1995, p. 14):

[...] entende-se por cidadania a competência histórica em termos de decidir e efetivar a oportunidade de desenvolvimento humano sustentado; indica a capacidade de compreender criticamente a realidade e de, com base nesta consciência crítica elaborada, intervir de maneira alternativa; trata-se de fazer sujeito histórico e como tal participar ativamente; neste sentido, a capacidade organizativa é fundamental, porque potencializa a competência inovadora; no reverso da medalha, a questão volta-se para a superação da massa de manobra e da pobreza política.

Ao observar que, no contexto educacional, a cidadania implica relações de poder, Palma Filho (1998) afirma que: “a educação escolar sempre está a serviço de um tipo de cidadania”.

Palma Filho (1998) aponta que nos séculos XVII, XVIII e XIX, a consolidação do Estado/Nação tinha como base a cidadania e a educação era considerada fundamental para a constituição da nacionalidade. No século XX, conforme afirma o mesmo autor, verifica-se o início de uma fase monopolista do capitalismo e o deslocamento da educação do elemento político para o técnico, obscurecendo essa relação. Verifica-se a evidência na realização de tarefas em detrimento do pensar, imperando a racionalidade científica, na qual o professor acaba sendo um mero executor. A educação e a cidadania apresentavam um viés voltado para o desenvolvimento capitalista e não para uma educação e uma cidadania voltada ao desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo.

Segundo Cabral (2016), o filósofo e educador John Dewey, um dos principais representantes do pragmatismo norte-americano, acaba sendo o único a discordar dessa corrente de pensamento do século XX, com suas ideias políticas e educação progressiva. Conforme afirma Dewey (1979, p. 8), “A idéia fundamental da filosofia da educação mais nova e que lhe dá unidade é a de haver relação íntima e necessária entre os processos de nossa experiência e a real educação”.

O modelo da educação dissociada do pensar, conforme aponta Palma Filho (1998), chega ao Brasil de forma tardia, na década de 70, juntamente com as reformas educacionais e a educação das massas. Palma Filho (1998) e Demo e Oliveira (1995) concordam com a ideia de que a educação é primordial para o exercício da cidadania. Segundo Palma Filho (1998, p. 102), a principal finalidade da educação é o exercício da cidadania e “a educação escolar sempre está a serviço de um determinado tipo de cidadania”. Demo e Oliveira (1995, p. 12) também abordam a relação Educação e Cidadania quando apontam que:

[...] Educação e conhecimento perfazem a estratégia primordial do desenvolvimento humano sustentado, por várias razões condensam a matriz globalizante do desenvolvimento em termos de sua qualidade; incidem fortemente sobre o processo de formação da cidadania; condicionam fortemente a competitividade; e representam a forma mais adequada de modernização.

Qualidade é sempre uma questão de competência humana, que pode lançar mão de todas as instrumentalidades técnicas, mas somente se faz e refaz no processo formativo do sujeito histórico capaz de intervir na realidade e na sociedade de modo participativo e inovador. A educação engloba este desafio, compreendida como a construção da competência de saber pensar e de aprender a aprender para melhor intervir.

Demo e Oliveira (1995), ao abordarem a importância da formação de um sujeito participativo, que intervêm na realidade e na sociedade, coadunam com a visão de Freire, (2020), quando fala da formação do sujeito como agente transformador, ser constituinte de uma democracia, tendo a educação como ferramenta para sua transformação. Freire (2020, p. 126) afirma que sem consciência crítica fica difícil para o homem se integrar à sociedade e à realidade. Segundo ele “quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais se tornará democrático, permeável”.

Ao falar sobre o exercício da cidadania como finalidade da educação, Chizzotti (2020, p. 7) cita o artigo 205 da Constituição Brasileira: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Vale destacar a educação como direito de todos e dever do Estado e o preparo

para o exercício da cidadania. Chizzotti (2020, p. 13) vai além do que autores anteriores definiram e relacionaram a respeito de educação e cidadania, ao afirmar que “a socialização, as relações com outras pessoas da comunidade, é essencial para a construção da personalidade do indivíduo-cidadão e aponta como função básica da educação a formação integral do sujeito”.

Os autores apresentados, Demo e Oliveira (1995), Palma Filho (1998) e Chizzotti (2020), abordam a importância da autonomia e emancipação e a formação do sujeito crítico e participativo na sociedade, pois estes fatores são considerados fundamentais. O presente trabalho coaduna com esses autores ao falar em uma educação para cidadania crítica. Entretanto, ao falar em educação para cidadania crítica, também é importante abordar questões como: direitos e deveres, igualdade e liberdade e as relações que se estabelecem entre elas e as diferenças existentes entre os termos igualdade e liberdade.

O que diferencia os conceitos de cidadania, como afirma Palma Filho (1998), não está relacionado à questão de liberdade, o que para todos os conceitos são centrais, e sim para o tema igualdade.

O liberalismo, conforme afirma Palma Filho (1998), não trabalha com o conceito de igualdade em sua totalidade. Na doutrina liberal clássica, a liberdade não tem o mesmo peso dos demais elementos que integram o credo liberal: individualismo, liberdade, propriedade. A doutrina liberal sempre privilegiou o individualismo. Sendo assim, a liberdade está acima da igualdade e, por isso, o liberalismo é contrário a ações a favor da igualdade, visto que esta acaba por reprimir a ação individual.

A partir dos conceitos apresentados sobre cidadania e educação para cidadania, não se pode deixar de apresentar o movimento Escola Cidadã no Brasil. Na Nova República Brasileira, na década de 80, ocorre a gênese da Escola Cidadã (FERRACIOLI, 2008). Em 1984, Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão que compartilhavam os princípios educacionais freireanos, elaboraram a primeira versão do *Projeto da Escola Cidadã: a hora da sociedade*. Paulo Freire foi o grande inspirador desse movimento e defendeu a ideia de educar cidadãos autônomos, conscientes e críticos.

Segundo Ferracioli (2008, p. 39), a Escola Cidadã foi um movimento educacional abrangente, abarcando em suas finalidades questões pedagógico-didáticas, filosóficas, epistemológicas, éticas, políticas, econômicas e legislativas. A educação, na concepção da Escola Cidadã, orienta-se pela cidadania, conforme concepção de Paulo Freire a seguir:

[...] A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que caracteriza é a formação para cidadania. A Escola Cidadã, então é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na

construção da cidadania de quem usa seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE *apud* GADOTTI, 2003, p. 2).

A partir do que foi exposto, no decorrer da história, os termos cidadania e a educação para cidadania aparecem de forma frequente e buscam promover a democracia e a participação ativa do cidadão na sociedade em que vive. Identifica-se que Freire sempre procurou buscar uma educação crítica, participativa, a favor da libertação e emancipação do sujeito. Conforme afirma:

Nesse sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 2013, p. 1247).

Segundo Gadotti (1998), a cidadania é, na sua essência, ter a consciência dos seus direitos e deveres. Para ele, o termo de cidadania é ambíguo e existem diferentes concepções sobre o tema, as quais podem ser: liberal, neoliberal e socialista democrática. A partir da globalização, Gadotti (1998) conceitua a existência de uma “cidadania planetária”, isto se deve, à globalização e ao avanço das tecnologias, a cidadania acaba por ultrapassar as fronteiras da territorialidade, somos cidadãos planetários, globais. Este conceito de cidadania abordado por Gadotti se encontra vinculado ao conceito de cidadania digital, pois quando o usuário acessa a internet, “navega” em outros locais, territórios, países, havendo um intercâmbio com outras culturas. Esse movimento é propiciado por avanços tecnológicos, que criam condições para uma cidadania global.

Conforme afirma Lévy (2018, p. 49):

A universalização da cibercultura propaga a presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional. Neste sentido, ela é complementar a uma segunda tendência fundamental, a virtualização. [...] É virtual toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo particular.

A educação para a cidadania digital é um tema contemporâneo e urgente no contexto em que estamos inseridos atualmente, em um mundo conectado, globalizado e imerso no uso das tecnologias digitais, das mídias interativas.

Segundo Lemos e Lévy (2010, p. 27), a cultura contemporânea, do digital e das redes telemáticas, está “criando formas múltiplas, multimodais e planetárias de recombinações”. Com o surgimento do ciberespaço e a cibercultura, emergem novos processos relacionados a cultura política, a ciberdemocracia. Pois se tivermos a possibilidade de compartilhar conhecimento, liberdade de expressão, acesso à informação e responsabilidade na veiculação dessas informações, consequentemente teremos uma internet, mais livre. A importância de promover a ciberdemocracia gera uma reflexão no papel da educação com uma preocupação em formar um cidadão mais participativo, ativo, que tenha consciência política a fim de promover uma sociedade mais justa.

Ao afirmar que a educação para a cidadania digital é importante e fundamental nos dias de hoje, encontramos em nossas pesquisas um Manifesto de Cidadania Digital²², assinado por professores, pesquisadores e centros de pesquisa de diferentes países que ao verificar o avanço das tecnologias e as novas possibilidades que emergem nesse contexto, reiteram a importância de pesquisa e estudo a respeito da cidadania digital.

O presente Manifesto corrobora com os conceitos apresentados neste estudo, quando aponta a importância de educar para uma cidadania responsável e consciente. Sendo assim, na parte 4, item 19, do Manifesto, intitulado, educando para a Cidadania Digital, os professores e pesquisadores afirmam que: Educar para a cidadania digital é agora um dever para a nossa sociedade e para todas as instituições educacionais públicas e privadas. Significa educar para uma participação responsável, para uma interação consciente para contribuir a construir as habilidades de todos em um mundo cada vez mais conectado. Nossa tarefa é, portanto, aprender a construir redes melhores e mais inteligentes (DI FELICE *et al.*, 2018, n.p.).

Como foi apresentado no manifesto, o mundo está cada vez mais conectado e o cidadão que navega na internet, também precisa estar consciente de seus direitos e deveres. Ao falar em direito, deve-se observar que o mesmo, também implica responsabilidades, ou seja, deveres que o cidadão deve cumprir, isto porque a internet não é uma terra sem lei. Ao afirmar que a internet não é uma terra sem lei, em 2014, no Brasil foi instituído o Marco Civil da Internet que regula direitos e deveres do cidadão na rede. O Marco Civil da Internet está relacionado ao conceito de "Internet livre", aberta, não entendido como a ausência de leis e sim com leis que possam preservar a liberdade pelos cidadãos que a utilizam e por isso o Marco Civil foi concebido. A

²² O manifesto é resultado de uma pesquisa realizada pelo professor Dr. Massimo Di Felice, em 2016, por meio da Fapesp e tem a participação de pesquisadores e centros de pesquisas de quatro países - Brasil, Portugal, Canadá e México.

lei foi inspirada na Resolução do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), intitulada "Os princípios para a governança e uso da Internet (Resolução CGI.br/RES/2009/003/P)"²³.

Ao citar o Marco Civil da Internet, cabe salientar que seu artigo 21 fomenta a educação digital. Além de citar a importância do conhecimento pelo cidadão dos direitos e deveres da internet, ele deve ser conhecedor das leis: Marco Civil da Internet (2014) e Lei Geral de Proteção de dados. Tais leis abordam temas como neutralidade, privacidade e segurança na internet e que impactam a vida do cidadão e que devem também ser abordados desde as séries iniciais da educação básica.

Ao falar da importância de educação digital e educação para uma cidadania digital, Marinho e Carneiro²⁴ (2018) citam, em seu trabalho, a importância de educar para uma cidadania digital responsável e abordam os nove elementos descritos por Mike Ribble, na educação, para a cidadania digital: direito ao acesso (inclusão eletrônica), comércio digital (compra e venda de produtos *online*), comunicação digital (troca eletrônica de informação), alfabetização digital (capacidade de usar a tecnologia digital), etiqueta digital (padrão de conduta para usuários da internet), lei digital (direitos e restrições legais para o uso da tecnologia digital), direito e responsabilidade digital (direitos a liberdade de expressão, a privacidade), saúde e bem-estar digital (bem-estar físico e psicológico em um mundo de tecnologia digital), segurança digital (preocupação com a segurança pessoal e de rede de contatos).

Mike Ribble é uma das maiores referências em cidadania digital do mundo. Ele é autor dos livros "*Raising a Digital Child*" e "*Digital Citizenship in Schools. Nine Elements All Students Should Know*", "*Digital Citizenship in Schools, Second Edition*", "*The Digital Citizenship Handbook for School Leaders (2014)*".

Os nove elementos apresentados por Mike Ribble (2018) são importantes, mas para além da alfabetização digital, a capacidade de usar a tecnologia, deve-se pensar também na importância do letramento digital, possibilitar formas para que o estudante possa fazer uso consciente e crítico da internet.

Além de Mike Ribble, existem outros autores e pesquisadores na área de cidadania digital e torna-se mister citar o trabalho de Cristina Ponte em Portugal, que em 2011, como

²³ CGI.br/NIC.BR O CGI.br e o Marco Civil da Internet. Defesa da privacidade de todos que utilizam a Internet; Neutralidade da Rede; Imputabilidade da rede. Disponível em <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/CGI-e-o-Marco-Civil.pdf> Acesso em: 01 nov. 2020.

²⁴ Digital citizenship in schools: nine elements all students should know, in Mike Ribble. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331363976_Digital_citizenship_in_schools_nine_elements_all_students_should_know_in_Mike_Ribble. Acesso em: 10 out. 2020.

coordenadora da equipe de Portugal da rede europeia *EU Kids Online*, foi interlocutora entre Sonia Livingstone (*London School Economics e Political Science* – LSE) e Alexandre Barbosa, do Centro de Estudos das Tecnologias de Informação e Comunicação (CETIC.br), para assim, como diz Ponte (2020, p. 502):

[...] replicar no Brasil o enquadramento teórico e metodologia de estudo do EU Kids Online que avalia riscos e oportunidades da internet. [...] Assim, em 2012 surgiram os primeiros resultados do estudo brasileiro com os mesmos propósitos, TIC KIDS ONLINE. Desde então, este estudo tem vindo a realizar-se todos os anos como um dos muitos estudos da CETIC sobre a realidade da sociedade da informação no Brasil e são uma referência nacional e internacional.

Ponte (2020) pautada em Cortesi *et al.* (2020) apresenta um relatório da Universidade de Harvard, do *Berkman Klein Center Research*, que segundo a autora é um modelo alargado de cidadania digital para jovens voltados para o futuro.

No relatório destaca [...] uma visão mais normativa (e hegemônica no contexto escolar) de cidadania, que se foca em que os mais novos compreendam os valores e normas relativos a um uso responsável, seguro e adequado das tecnologias digitais, enfatizando aspectos e consequências legais no seu ensino e nas escolas; por outro lado, assinala perspectivas que sublinham formas de envolvimento cívico e político de jovens, alimentadas por uma “cultura de participação” (JENKINS *et al.*, 2006 *apud* PONTE, 2020, p. 506-507).

Ainda segundo Ponte (2020, p. 507), numa visão alargada do que tem sido identificado como competências para a cidadania em contexto digital, o relatório da Universidade de Harvard elenca 17 áreas que reúnem “as competências de que os jovens necessitam para uma participação plena do ponto de vista acadêmico, social, ético, político e econômico no nosso mundo digital em rápida evolução (Cortesi *et al.*, 2020: 28)”. Segue quadro sobre discriminação das competências:

Quadro 20 - Áreas e capacidades que constituem a cidadania digital +

Áreas	Capacidades implicadas
Acesso Digital	Ligar-se a aceder à internet, de modo individual ou coletivo (por exemplo, por redes de malha – <i>mesh technology</i>)
Análise de Dados	Estar consciente dos dados de fontes digitais e não digitais. Ser capaz de criar
Comportamento social positivo	Interagir com os outros (tanto indivíduos como coletividade mais amplas) no ambiente digital, de um modo ético, socialmente responsável e empático.
Contexto	Estar consciente, compreender e interpretar fatores contextuais de relevância (por exemplo, fatores culturais, sociais, locais/regionais/globais) numa dada situação – com ênfase nas experiências e perspectivas dos grupos sub-representados, em termos de idade, etnia, raça, gênero e identidade sexual, religião, nacionalidade, local onde vive,

	nível educacional e de competências e/ou situação socioeconômica – e envolver de modo real nessa situação.
Economia Digital	Pesquisar atividades econômicas online e offline, para beneficiar de diferentes formas de capital econômico, social e/ou cultural – por exemplo ganhar dinheiro, aumentar conexões sociais, construir marcas pessoais.
Envolvimento cívico e político	Participar em questões públicas (por exemplo, direitos LGBTQ, processos de paz, contra o discurso de ódio) e apoiar causas que o/a preocupem – usando meios digitais e não digitais – de modo a procurar melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, do nível micro ao macro (Levine, 2007).
Identidade pessoal	Usar os meios (digitais) para explorar elementos de identidade pessoal e compreender como as comunidades de que faz parte configuram essa identidade.
Informação de qualidade	Encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação (em sentido amplo, como notícias, informação de saúde, informação de ordem pessoal) de modo efetivo (PALFREY; GASSER, 2016).
Inteligência Artificial	Compreender algoritmos envolvidos em plataformas com base em inteligência artificial com que interagimos e questões éticas em torno do desenvolvimento dessas tecnologias.
Legislação	Conhecer enquadramentos, conceitos e teorias relacionadas com direitos legais em torno da internet e de outras ferramentas digitais (por exemplo, direitos de autor, uso correto de citações) e aplicar esses conhecimentos às suas atividades.
Literacia Digital	Usar a internet e outras ferramentas e plataformas digitais de modo efetivo para encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação
Literacia dos mídias	Analisar, avaliar, fazer circular e criar conteúdo em qualquer suporte mediático (impresso, audiovisual, interativo) e participar em comunidades e redes (...) Incluem-se literacias como leitura e escrita.
Pensamento Computacional	Compreender e aplicar conceitos, práticas e perspectivas computacionais: conceitos que os indivíduos usam quando programam (por exemplo, organizar uma sequência); práticas ativadas quando programam (por exemplo, experimentar, reusar, misturar); perspectivas desenvolvidas sobre si mesmos, sobre os outros e o mundo tecnológico mais amplo (por exemplo, estar ligado ou compreender o poder de desenvolver conteúdo com outros e para outros). (BRENNAN; RESNICK, 2012).
Produção de Conteúdos	Produzir conteúdo (digital) com ferramentas (digitais).
Privacidade e reputação	Proteger informação pessoal online, sua e de outros. Compreender a ‘pegada digital’ deixada pelas atividades que pratica e as consequências a curto e longo prazo. Ser capaz de gerir de modo adequado a sua marca digital e de entender dados inferidos – novos dados que derivam da captura e análise de outros pontos de dados e de que podem resultar novos conhecimentos sobre a pessoa (VAN DER HOF, 2016).

Resiliência e bem-estar	Responder aos riscos do mundo digital relacionados com conteúdos, contatos e condutas de um modo que assegure o bem-estar físico e mental.
Segurança	Proteger a integridade de procedimentos de acesso (palavras-chave, perfis) e de dispositivos pessoais.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cortesi *et al.* (2020, p. 28-30 *apud* PONTE, 2020, p. 507-508).

Para os autores, o que importa é que essas áreas estejam interligadas e o relatório agrupa as 17 áreas em quatro grandes objetivos educacionais (participação; empoderamento, envolvimento; e bem-estar), como apresentado no quadro 21 a seguir:

Quadro 21 - Grandes Objetivos Educacionais

Grupos de competências	Objetivos e meios educacionais que capacitem os jovens a...
Participação Acesso digital; Literacia Digital; Produção de conteúdos; Segurança; Legislação	Compreender como se ligarem à internet; usarem à internet e outras plataformas e meios digitais para encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação; produzir conteúdo online; protegerem dispositivos e acessos digitais; compreender e aplicarem conceitos legais ao ambiente digital.
Empoderamento Envolvimento e participação cívica; Contexto; Informação de qualidade; Literacia dos Media.	Participar em assuntos públicos e causas que os motivam; estarem atentos e interpretarem os fatores de contexto ou relevantes numa dada situação e envolverem-se nela; partilhar informação e outros conteúdos em diferentes formatos mediáticos.
Envolvimento Economia digital; Análise de Dados; Pensamento computacional; Inteligência Artificial.	Saber pesquisar sobre atividades económicas online e offline; envolver-se na criação, recolha, interpretação e análise de dados; compreender e aplicar conceitos computacionais; compreender e participar em debates sobre inteligência artificial.
Bem-estar Privacidade e reputação; Identidade pessoal; Comportamento positivo; Bem-estar e segurança	Proteger identidade pessoal e de outros; explorar a sua identidade; envolver-se com outros de modo ético, empático e positivo; ser resiliente face a riscos digitais para proteger a sua saúde física e mental

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cortesi *et al.* (2020, p. 28-33 *apud* PONTE, 2020, p. 509).

Os objetivos educacionais apontados no quadro auxiliarão e inspirarão o critério de análise para os dados da presente pesquisa.

Em seu trabalho, Costa (2019) apresenta alguns autores e suas perspectivas a respeito de educar para cidadania digital e é de suma importância identificar, nas pesquisas, tais conceitos para que os educadores possam ter referências que orientem suas práticas pedagógicas. Com base na elaboração da RSL, será apresentada, no Capítulo 3, a análise dos dados encontrados e um quadro demonstrativo, explicando conceitos de cidadania digital nas perspectivas de diferentes autores.

A partir do que foi exposto, identifica-se que é fundamental discutir a temática de cidadania digital, principalmente nas escolas. Torna-se necessário refletir e debater quais as possibilidades e desafios ao integrar o tema cidadania digital ao currículo escolar e como promover o desenvolvimento de cidadãos críticos, reflexivos e participativos on-line.

A educação para uma cidadania digital também deve ser vista de forma crítica, participativa e que possibilite a emancipação do sujeito. Dessa forma, utilizar a internet e a tecnologia de forma crítica é refletir sobre o que é feito com seus dados, como expor seus dados na internet, como diferenciar uma informação verdadeira e não propagar desinformação, como utilizar a liberdade de expressão sem ofender o outro, como produzir conhecimento e compartilhar na rede, criando uma rede colaborativa e não sendo um mero consumidor.

Conforme afirmam Almeida e Silva (2014, p. 1240), “[...] estar conectado é uma questão de direito, uma condição à participação na contemporaneidade, ao exercício pleno da cidadania, ao acesso e expressão ampla e transparente da informação”.

A internet pode, por um lado, propiciar avanços, desenvolvimento social e econômico, mas, por um outro lado, pode apresentar riscos e por isso devemos pensar em como isso afeta os estudantes, tanto em questões de segurança e privacidade como em ética e valores.

Neste tópico, foi abordada a importância da educação para cidadania e não somente a educação para cidadania digital, isto porque o cidadão deve ter consciência dos seus direitos e deveres e ser participativo em todas as esferas de sua vida e não somente no digital.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentados os dados coletados da pesquisa realizada por meio da RSL nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e Portal Periódico da Capes. A análise dos dados empregará um sistema tecnológico de análise qualitativa de dados, o NVivo 12.

Os dados coletados serão analisados criticamente em busca da identificação dos conceitos de “cidadania” e “cidadania digital” evidenciados pelos autores das pesquisas, bem como as práticas pedagógicas que integrem a temática.

De acordo com Bardin (1977), a análise do conteúdo está organizada em três fases:

1. Pré-análise: organização do material e sistematização das ideias.
2. Exploração do material: é a fase de explorar todo o material para codificar, classificar e definir as categorias.
3. Tratamento dos resultados: essa etapa refere-se ao destaque de informações para análise, inferências e interpretação, de forma reflexiva e crítica.

A pré-análise já foi feita no capítulo 1 Método da pesquisa, quando foram relacionados em tópicos os passos seguidos na Revisão Sistemática da Literatura. Na sequência, foi realizada a pesquisa na base de dados e o levantamento de trabalhos em cada base de dados: BDTD, RCAAP, Portal Periódico da Capes.

A partir disso, as pesquisas foram organizadas no Software Zotero e exportados os seus dados para o NVivo 12 para fazer a codificação e classificação dos dados.

No presente capítulo, serão selecionadas as categorias de análise e o tratamento dos resultados será feito de forma reflexiva e crítica.

Isto porque, segundo Bardin (1977, p. 31):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para recordar, serão retomadas as indagações da pesquisa:

Qual o “estado da arte” sobre as abordagens de Cidadania Digital na Educação?

O objetivo geral da pesquisa busca identificar o “estado da arte” sobre a temática que diz respeito à cidadania digital na Educação e identificar os conceitos de cidadania digital expressos nas produções científicas de 2014²⁵ a 2020.

Objetivos Específicos:

Para responder à questão-problema e atingir o objetivo geral, os objetivos específicos são:

a) Fazer um levantamento de pesquisas (teses e dissertações) por meio de revisão sistemática de literatura (RSL) publicadas pela comunidade científica brasileira sobre cidadania digital na educação;

b) Fazer uma leitura crítica de material e levantamento de dados e síntese dos conceitos de cidadania digital nas referências levantadas.

Nos próximos tópicos, serão apresentadas as análises dos dados.

3.1 Análise Qualitativa

Diante da análise e de acordo com os critérios de seleção apontados no Quadro 22 a seguir, obteve-se um total de vinte e quatro trabalhos, sendo cinco teses, dez dissertações e nove artigos. Na BDTD, foram encontradas três teses e onze dissertações, na RCAPP foi encontrada uma tese, uma dissertação e quatro artigos, no Portal de Periódico da Capes foram selecionados cinco artigos.

Identifica-se um número muito pequeno de trabalhos em língua portuguesa sobre o tema de Cidadania Digital na Academia.

Considerando as três bases pesquisadas e as palavras-chave, o termo “cidadania digital + educação” obteve um maior número de trabalhos pesquisados (5 trabalhos), juntamente com os termos “cidadania + educação + mídia” (5 trabalhos), em seguida os termos “digital citizenship” (4 trabalhos), os termos “letramento + educação + digital” (4 trabalhos). Os termos “segurança na internet + educação (1 trabalho), “cibercidadania + educação” (1 trabalho), “direitos humanos + educação + digital” (1 trabalho), “ética + educação + digital” (1 trabalho), “tecnologia educacional + currículo + cidadania” (1 trabalho) e “literacia + digital + cidadania” (1 trabalho).

²⁵ Foi selecionada a data de pesquisa de busca a partir de 2014, por ser tratar de um tema mais atual e por ser o ano em que o Marco Civil da Internet, Lei 12.965, foi instituído. Cabe ressaltar, ainda, o artigo nº 21 que fomenta a educação digital.

Sendo assim, segue o quadro com os termos de busca e as respectivas pesquisas encontradas na base de dados BDTD, RCAAP e Portal Periódico da Capes.

Quadro 22 - Resultado Geral da pesquisa de base de dados por descritores

Descritores de busca	Base de Dados						Total
	BDTD		RCAAP			Portal de Periódico da Capes	
	Dissertação	Tese	Artigo	Dissertação	Tese	Artigos	
“cidadania digital” + educação	0	1	2	0	0	2	5
digital citizenship	1	1	0	0	0	2	4
“cultura digital” + cidadania	0	0	0	0	0	0	0
cibercidadania + educação	0	0	0	0	0	1	1
“segurança na internet” + educação	1	0	0	0	0	0	1
cidadania + educação + mídia	4	0	1	0	0	0	5
direitos humanos + educação + digital	1	0	0	0	0	0	1
ética + educação + digital	1	0	0	0	0	0	1
letramento + educação + digital	1	2	0	0	1	0	4
“tecnologia educacional” + currículo + cidadania	1	0	0	0	0	0	1
“inclusão digital” + cidadania	0	0	0	0	0	0	0
literacia + digital + cidadania	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	10	4	4	0	1	5	24

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Após a seleção dos trabalhos nas bases de dados BDTD, RCAAP e Portal de Periódico da Capes, iniciou-se a leitura de todos os resumos para, assim, verificar a contribuição

Deve existir mais **comunicação**, envolvendo **crianças, jovens, professores**. Possibilitar uma **educação** mais crítica, pensando em todos, respeitando a diversidade, os **direitos** do **cidadão** e havendo a inclusão. Possibilitar reflexão, pesquisa na área e estudo, sabendo que a **educação e comunicação**, e o uso da **mídia** de forma crítica e consciente podem proporcionar a emancipação de sujeitos, sendo mais ativos e participantes na sociedade.

Após a interpretação básica da nuvem de palavras, elaborada a partir dos resumos dos trabalhos selecionados e os quais se encontram listados no Quadro 22, seguiu-se, assim, para a leitura integral desses trabalhos. A partir disso, foram destacados pontos importantes que contribuem para a fundamentação teórica da presente pesquisa.

Após a leitura dos resumos e se estão de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas vinte e uma publicações, conforme o Quadro 23 a seguir:

Quadro 23 - Artigos, dissertações e teses selecionados para RSL

	Título	Autor	Tipo	Ano
1	Ética ou segurança? As questões da internet no currículo.	LAMANA, Rosa Maria Rodrigues	Dissertação	2014
2	Mídias Sociais, Adolescentes e Cidadania: espaço de Representações e de Educação para Mídia	GOMES, Joyce Galdino	Dissertação	2014
3	Comunicação, Mídia e Cidadania na Prática Pedagógica	BUENO, Divino Alves	Artigo	2015
4	Cidadania na era digital. Um projeto-piloto de formação de crianças dos 3 aos 9 anos em contexto forma e informal de aprendizagem	TOMÉ, Vitor	Artigo	2016
5	Cultura Digital e cidadania: dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital.	SELAU, Patrícia Reginalda da Silva	Dissertação	2016
6	Letramento digital em massa com objetos de aprendizagem	SBROGIO, Renata de Oliveira	Dissertação	2016
7	Letramentos digitais e formação educacional na educação básica: investigação de práticas	MENDONÇA, Helena Andrade	Dissertação	2016
8	Mídia-educação para a sustentabilidade: uma proposta para estudantes do ensino médio	SILVA, Douglas Eduardo	Dissertação	2016

9	Educação e Cidadania: perspectivas da literacia digital crítica	OLIVEIRA, Michele Mezari e GIACOMAZZO, Graziela Fatima	Artigo	2017
10	Tecnologia, ética e cidadania nas percepções dos professores da UAB	MEDEIROS, Cid	Dissertação	2017
11	Comunicação, mídias & educação: um estudo sobre práticas na escola pública	RODRIGUES, Dilson Florêncio	Dissertação	2018
12	Educação digital: a base para construção da cidadania digital	SOUZA, Meire Cristina	Artigo	2018
13	Infância (n)ativa: potencialidades de participação e cidadania às crianças na mídia digital.	FERREIRA, Mayra Fernanda	Tese	2018
14	“Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016)	KETZER, Araciele Maria	Dissertação	2018
15	Revisão sistemática de estudos sobre direitos humanos nas mídias digitais	MATTAR, Luiza Ribeiro	Dissertação (Mestrado profissional)	2018
16	A educação para a cidadania digital na escola: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e de aprendizagem	COSTA, Daniela	Tese	2019
17	Das competências de uso das tecnologias digitais ao exercício pleno da cidadania digital: os casos do Alentejo e do País Basco	AIRES, Luísa; PALMEIRO Ricardo; PEREDA, Visitación	Artigo	2019
18	Letramento digital e orientações educacionais: leitura e escrita digital no ensino médio	ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira de	Tese	2019
19	Letramento e emancipação digital cidadã: Cartografias e rastros na constituição de espaços de convivência híbridos e multimodais	LACERDA, Marcelo de Miranda	Tese	2019
20	O jovem e as mídias: conhecimento e cibercidadania	ALCÂNTARA, Caio Mário Guimarães; ANDRADE, Luiz Rafael dos Santos;	Artigo	2019

		LINHARES, Ronaldo Nunes; FREIRE, Valéria Pinto		
21	Uso de tecnologias analógicas e digitais na formação de cidadãos ativos: um percurso com crianças dos 3 aos 9 anos, seus professores, pais e comunidade local	TOMÉ, Vitor <i>et al.</i>	Artigo	2019

Fonte: A autora.

A dissertação de Lamana (2014), foi desenvolvida no estado de São Paulo, com o objetivo de entender qual a percepção dos docentes diante do trabalho sobre Segurança na Internet com os discentes da rede estadual do ensino. A dissertação apresenta conceitos relevantes sobre Segurança da Informação, moral e ética e como ela está inserida na escola. Aponta a alfabetização digital como fator preponderante para compreensão de mundo, estando muito além do que somente ter o domínio das ferramentas tecnológicas e a partir daí, segue com o conceito de leitura de mundo de Paulo Freire. Além do objetivo citado anteriormente, a pesquisa procurou entender se a rede estadual de ensino oferece aos professores orientação para trabalhar com as questões de segurança na internet.

Na dissertação de Gomes (2014), a pesquisadora investigou como os alunos do ensino médio de uma escola estadual de Presidente Prudente (SP) conceituam cidadania. A partir disso, identificou a frequência das mídias sociais pelos adolescentes em seu cotidiano e na sala de aula. A autora apontou conceitos de cidadania em seu trabalho e a partir daí como a mídia está inserida no cotidiano do aluno e, por conseguinte, na aprendizagem e apresentou termos utilizados atualmente no espaço escolar para o uso crítico da mídia em sala de aula e conceituou cada um deles: mídia-educação, leitura crítica dos meios, educomunicação, educação para mídia e *mídia literacy*. Segundo a autora, a cidadania está articulada a apropriação crítica e criativa das tecnologias da informação e comunicação.

O artigo de Bueno (2015) aborda a cidadania relacionada a mudanças sociais e destaca como uma das mudanças, a “revolução tecnológica” e os impactos na educação e na comunicação e aponta a importância da discussão de um espaço civil planetário, o ciberespaço. A partir disso, apresenta a importância de crianças e adolescentes passarem pelo letramento digital.

No artigo de Tomé (2016), o autor realizou um projeto-piloto com crianças de 3 a 9 anos de idade na região de Odivelas, Portugal, e cujo objetivo é educar para cidadania digital. Entretanto, o autor salienta que existem riscos on-line, mas também riscos offline, porque

muitos problemas, como o bullying, não acontecem somente por conta do advento da tecnologia. A questão do offline apresentada pelo autor é de que a educação para cidadania digital não é somente responsabilidade da escola, são assuntos caros que são abordados na presente pesquisa.

A dissertação de Selau (2016), problematiza diálogos possíveis entre cultura digital, cidadania e o currículo dos anos iniciais de uma escola participante de um projeto de inclusão digital da região metropolitana de Porto Alegre (RS). A autora observou que na escola as tecnologias são vistas como ferramentas e não como artefato cultural para propiciar o desenvolvimento da cidadania. Importante ressaltar que nessa pesquisa a cidadania não foi percebida como participação ativa e propositiva dos cidadãos, mas no decorrer da investigação identificou-se possíveis movimentos e inovações a partir de algumas práticas dos docentes.

Na dissertação de Sbrogio (2016), é apresentada a importância de se ter um domínio digital para viver na atual sociedade, a sociedade da informação e adquirir uma leitura crítica e consciente para a produção de cultura e conhecimento, sendo mais do que um alfabetizado digital e sim um letrado digital. A autora aponta que é por meio do letramento digital que a formação cidadã acontece. Sbrogio (2016) em sua dissertação, por meio de uma revisão bibliográfica, apresenta como a própria autora afirma um estudo de manipulação experimental e apresenta conceitos sobre convergência midiática e cidadania, bem como as relações com a educação e a “Inteligência Coletiva”, conceitua letramento digital e cidadania digital, relações entre cidadania digital e a luta social, salientando a importância da literacia midiática como forma de “ajudar as pessoas a tornarem-se cidadãos sofisticados ao invés de consumidores sofisticados”, obtendo, assim, uma estreita ligação entre letramento digital e democracia.

Na dissertação de Mendonça (2016), a autora pesquisa práticas do uso de tecnologias na formação de docentes e discentes. Analisa questões como a pós-modernidade, a circulação da informação da internet e o uso das tecnologias digitais nos movimentos sociais, a apropriação das tecnologias de maneira crítica e analisa uma oficina de formação docente e aborda uma reflexão sobre os aspectos éticos do uso de ambientes virtuais no ensino fundamental. A pesquisadora aborda o conceito de multiletramentos, cultura digital e cultura da participação.

A dissertação de Silva (2016) aborda a importância de integrar a escola ao movimento de engajamento da cooperação cidadã, empoderando os alunos por meio de novas capacidades e competências referentes às mídias e à autonomia de se expressar de modo crítico e reflexivo. Sendo assim, dedicou em sua pesquisa um capítulo inteiro sobre o uso crítico da mídia e apresentou o panorama da história da mídia – educação na Inglaterra, Estados Unidos e Brasil que são fundamentais para entender as diferenças e compreender como cada país, com sua

cultura, trabalha as questões do uso crítico da mídia na educação. Conforme afirma o autor, as propostas de mídia-educação devem ser consideradas importantes no processo de ensino-aprendizagem, bem como a formação da opinião crítica dos cidadãos, emponderando-os.

Oliveira e Giacomazzo (2017) investigam, em seu artigo, o conceito de literacia digital crítica, elencando três categorias de análise decorrentes desse estudo: Representação Ideológica, Posicionamento Ideológico e Produção e Ideologia.

Medeiros (2017) apresenta uma pesquisa sob a perspectiva ética e da cidadania no âmbito da cibercultura, para a discussão curricular relativa à formação continuada de professores.

A dissertação de Rodrigues (2018) aborda a cidadania para crianças e adolescentes, traçando um paralelo com a educação, comunicação, cultura. A partir disso, apresenta conceitos importantes que contribuem para o presente trabalho, tais como a cidadania comunicativa ou cidadania comunicacional.

Souza (2018) reflete em seu artigo sobre a importância de conceituar o cidadão digital, que agora faz parte do mundo e não somente do local onde vive e aborda a importância de uma educação digital para conscientizar os cidadãos a serem críticos, com ética e respeito ao outro e que vai muito mais além do que somente aprender a utilizar as ferramentas tecnológicas. O artigo é da área de direito e é muito interessante esse olhar e a relevância para uma educação conscientizadora e libertadora como a autora propõe.

A tese de Ferreira (2018) investiga a participação das crianças na mídia digital, e como assegurar a liberdade de expressão de acordo com a ONU (1989). A autora enfatiza a importância dos alunos serem protagonistas nos espaços digitais, produtores de conhecimento e não meros consumidores. Os sujeitos da pesquisa são crianças de 9 a 11 anos de idade de escolas municipais da cidade de Bauru, selecionadas a partir do questionário do Comitê Gestor da Internet. Os alunos foram convidados a debater sobre os direitos da criança na internet e a partir daí subsidiar questões sobre riscos, oportunidades, direitos e expressividade on-line à infância conectada. A autora aborda que é necessário a participação de agentes de socialização da infância, com foco nas literacias midiáticas para assim oportunizar espaços de participação e de protagonismo cidadão as crianças na internet.

Ketzer (2018) procurou analisar de que forma os estudantes se apropriaram das redes sociais on-line para articular o movimento estudantil secundarista de 2016 e que culminaram na ocupação das escolas públicas no Brasil. O aporte teórico permeia a discussão sobre movimentos sociais em rede, cidadania e comunicação, educomunicação e culturas juvenis.

Esta pesquisa aprofunda conceitos relevantes sobre internet, cidadania e o direito à comunicação.

Mattar (2018) aponta, em sua dissertação, a importância de preparar o cidadão para uso das tecnologias para inclusão digital e garantias de direito e proteção à liberdade de informação e comunicação. Aborda conceitos fundamentais sobre alfabetização midiática e informacional, tecnologia da informação e comunicação como ferramenta de alfabetização midiática e informacional e direito digital e educação em direitos humanos. Tais abordagens acabam por aprofundar o referencial teórico da presente pesquisa.

A tese de Costa (2019) apresenta a importância do olhar a tecnologia não como técnica e sim como linguagem. Aborda a educação para a cidadania digital, como educação sobre as mídias e tecnologias de forma crítica, sendo considerados objetos de debate e reflexão, ressaltando a importância do engajamento pelo indivíduo, da cultura participativa com expressão de ideias, defesa de direitos e envolvimento em agendas políticas. Em sua tese apresentou diferentes conceitos de cidadania digital abordada por diversos autores de países diferenciados que vieram enriquecer a pesquisa. Apresenta, também, conceitos relevantes sobre cultura digital e cultura participativa.

Aires, Palmeiro e Pereda (2019) abordam no artigo a estreita ligação da cidadania digital com a literacia digital, com o uso crítico das tecnologias digitais como mediação nos processos de decisão social. O artigo é interessante porque aborda diversos conceitos de cidadania digital e também uma investigação em curso sobre programas digitais como vias de empoderamento em Alentejo e no País Basco.

Na tese de Araujo (2019), é analisada a trajetória histórica da abordagem do letramento digital no Ensino Médio e Superior no Brasil. Apresenta conceitos fundamentais sobre Cultura Digital, Linguagem e Tecnologia, cibercultura, infoinclusão social no Brasil, alfabetização e letramento, multiletramentos, letramento crítico e o letramento digital, bem como aborda o papel da escola no desenvolvimento das atividades de letramento digital e salienta que a integração das TDICs aos processos educacionais operacionaliza a formação do aluno para a cidadania.

Lacerda (2019) aborda, em sua tese, o letramento digital numa perspectiva emancipatória cidadã. Apresenta o conceito de cidadania aumentada de Buzato e aponta diversos conceitos de letramento digital, a partir de uma revisão da literatura, que acabam por contribuir para a presente pesquisa.

O artigo de Tomé *et al.* (2019) parte dos referenciais teóricos de cidadania digital propostos por instituições internacionais como a Unesco (“cidadania global”), a OCDE

(“competência global”), o Conselho da Europa (“competências de cultura democrática”) e a Comissão Europeia (cidadania digital”) para mostrar como tais conceitos contribuem significativamente para o presente trabalho e que ainda não haviam sido abordados, além da pesquisa sobre práticas de cidadania digital com crianças de 3 a 9 anos, em Lisboa.

Os artigos, dissertações e teses, apresentados de forma resumida, revelaram diversos contextos da cidadania digital na educação. Foram apresentados trabalhos em escolas públicas, particulares, ensino fundamental, médio e ensino superior, com pesquisas realizadas no Brasil, e Portugal ampliando a visão do conceito de cidadania digital e as possíveis práticas de uma educação para a cidadania digital em um país da América do Sul e outro que pertence à Europa.

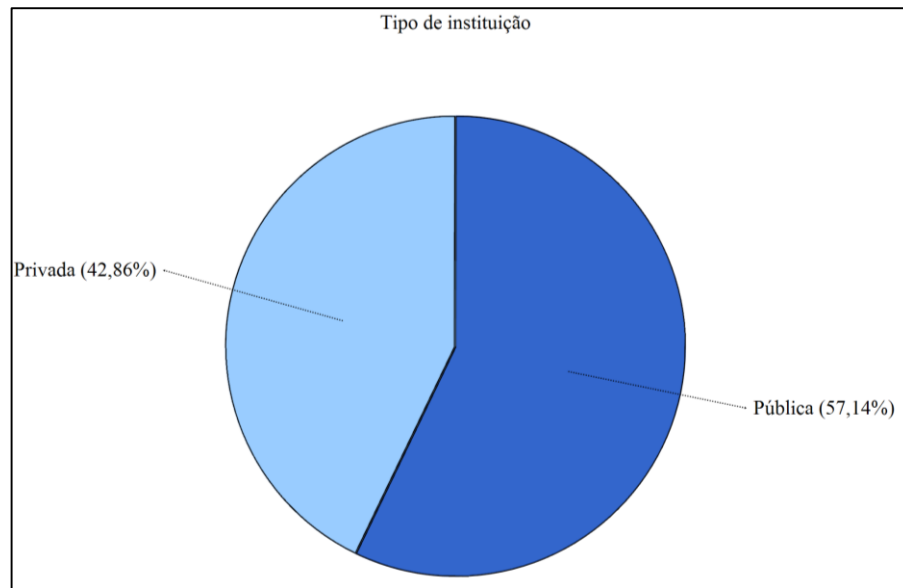
É importante acrescentar que nem todos os trabalhos ofereceram uma contribuição teórica efetiva, entretanto foi fundamental para expandir o conhecimento sobre a Educação para Cidadania Digital envolvendo muitos aspectos e com diferentes abordagens.

Alguns trabalhos, por outro lado, apresentam significativa contribuição especialmente sobre a ampliação do conceito de Cidadania Digital que abrange diferentes aspectos tais como letramento crítico, mídia-educação, educomunicação, uma educação para cidadania que vai muito além do digital, que objetiva propiciar a formação crítica e participativa do sujeito na construção de uma sociedade mais justa.

3.2 Análise Quantitativa

A observação inicial trouxe dados relevantes para a compreensão do contexto abordado, assim como informações consideráveis do estudo.

O Gráfico 1, a seguir, ilustra a porcentagem de pesquisas científicas oriundas de instituições de ensino superior pública e privada.

Gráfico 1 - Proporção de pesquisas realizadas em universidades públicas e privadas

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Software NVivo 12 (2021).

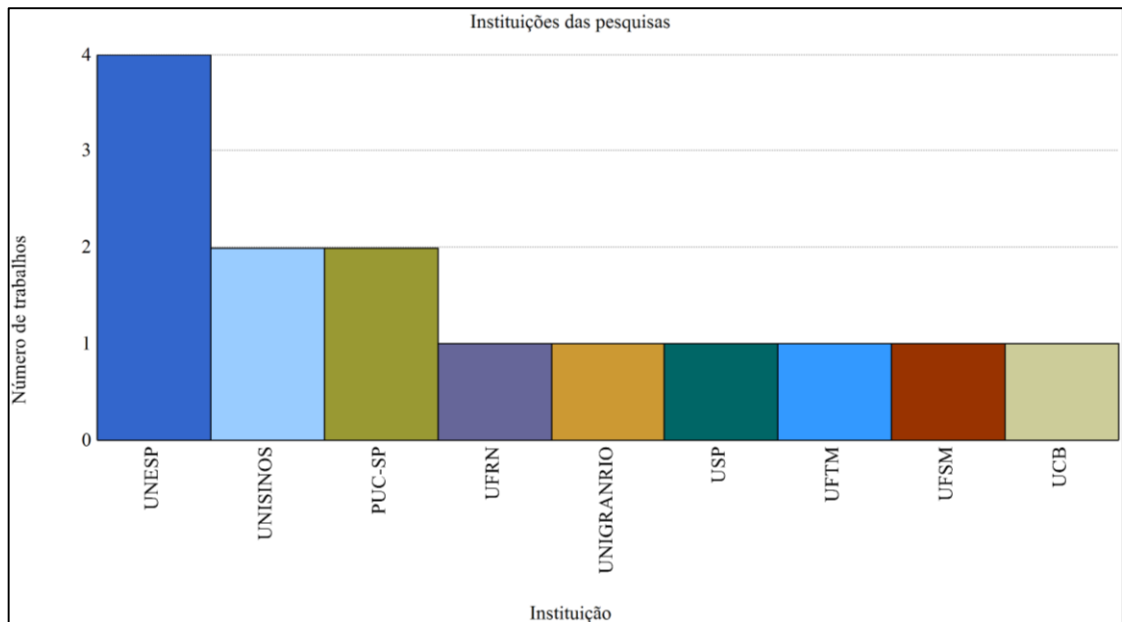
A partir dos dados apresentados pelo gráfico, percebe-se um número maior de estudos produzidos em universidades públicas (57% trabalhos, entre teses e dissertações), provenientes de universidades estaduais e federais, conforme aponta a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Tipo de instituição

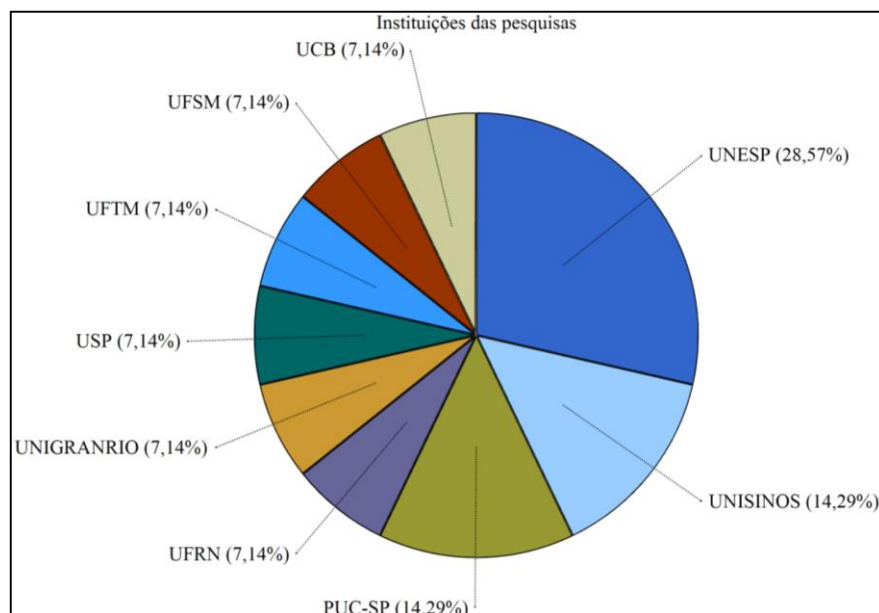
Tipo de instituição	Percentual
Pública	57,14%
Privada	42,86%

Fonte: Elaborado pela autora no Software NVivo 12.

O levantamento das instituições de ensino dos locais onde foram publicados os trabalhos apresenta maior concentração de pesquisas desenvolvidas em universidade do interior de São Paulo – Unesp, com quatro trabalhos, em segundo lugar a Unisinos que é uma Universidade privada de São Leopoldo - Porto Alegre e a PUC-SP ambas com dois trabalhos.

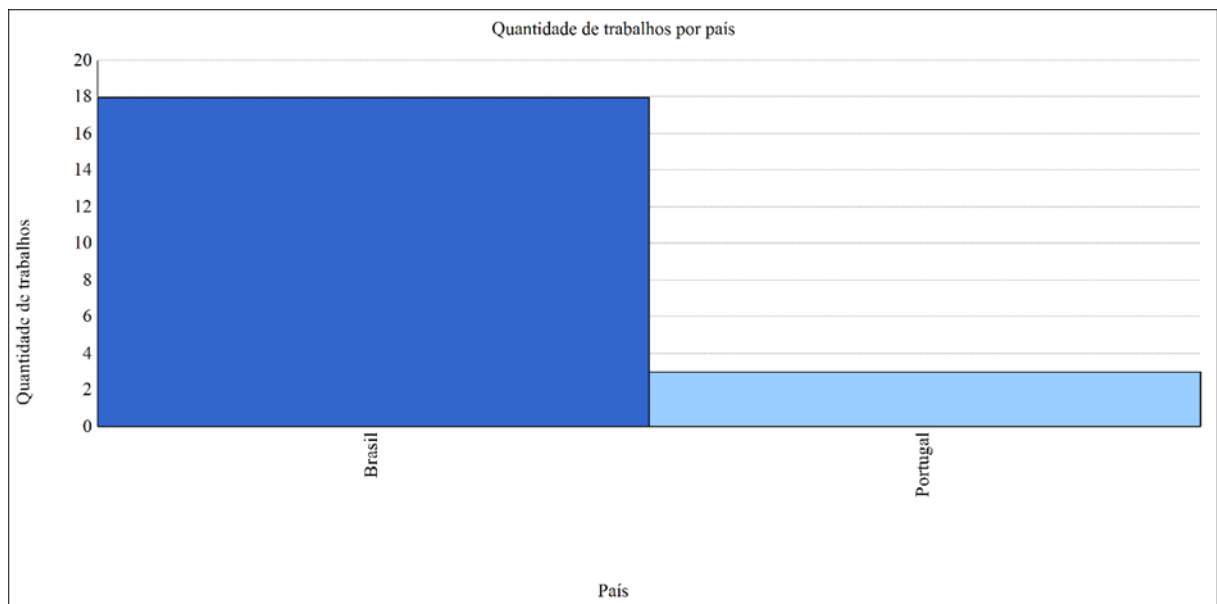
Gráfico 2 - Instituições que foram realizadas as pesquisas

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Software NVivo 12 (2021).

Gráfico 3 - Universidades onde foram realizadas as pesquisas

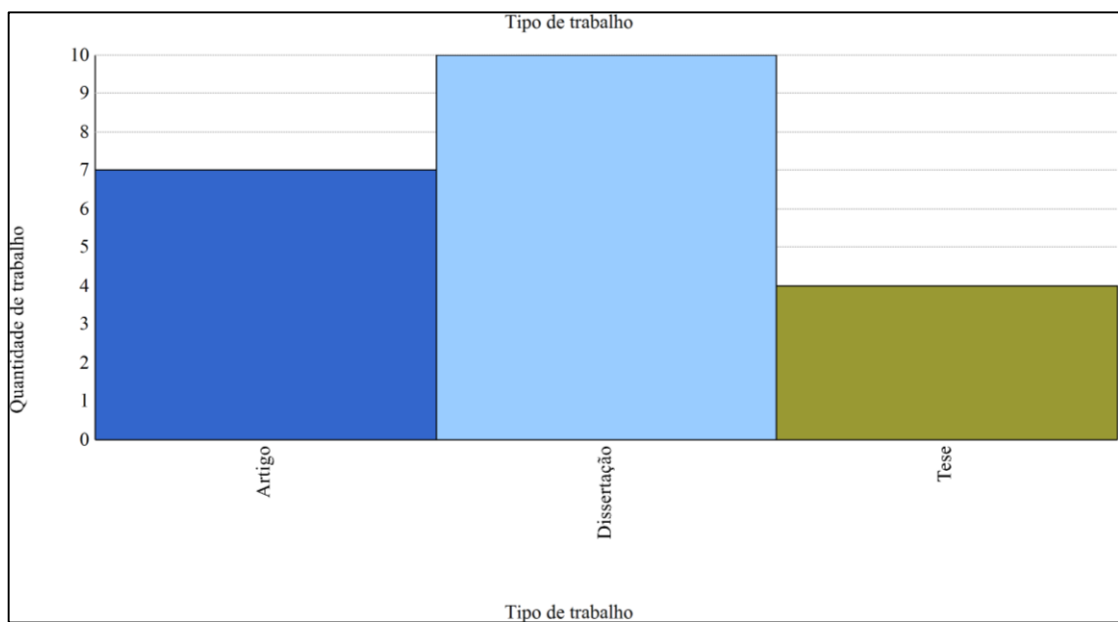
Fonte: A autora, a partir do Software NVivo 12.

A pesquisa buscou identificar trabalhos encontrados na língua portuguesa. Verificou-se que dezoito trabalhos (artigos, dissertações e teses) são provenientes do Brasil e três trabalhos (artigos) provenientes de Portugal. Dos três artigos provenientes de Portugal, dois deles são do mesmo autor: Vitor, Tomé, conforme o gráfico 4:

Gráfico 4 - Quantidade de trabalhos por país

Fonte: Fonte: A autora, a partir do Software NVivo 12.

Com relação ao tipo de trabalho produzido, verifica-se que houve uma incidência em número dissertações conforme mostra o gráfico abaixo:

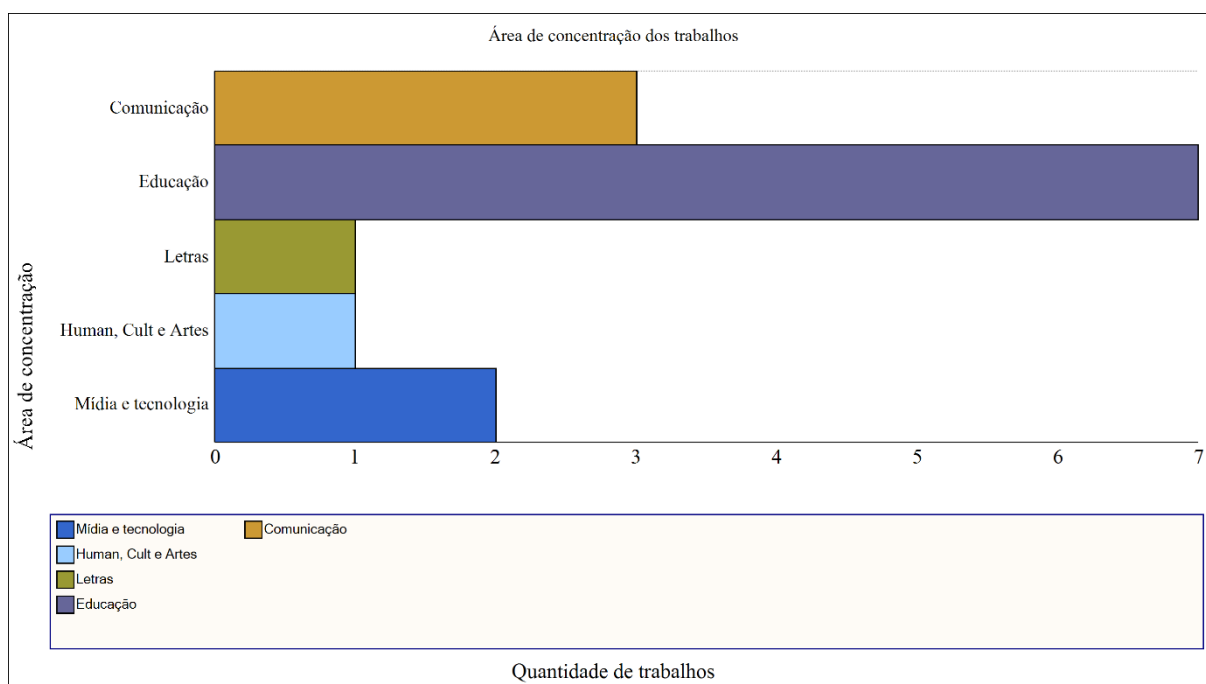
Gráfico 5 - Tipos de Trabalhos produzidos (tese, dissertação e artigo)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Software NVivo 12 (2021).

Identifica-se que foram produzidos um número maior de dissertações (10), em segundo lugar estão os artigos científicos (7) e, por último, as teses (4).

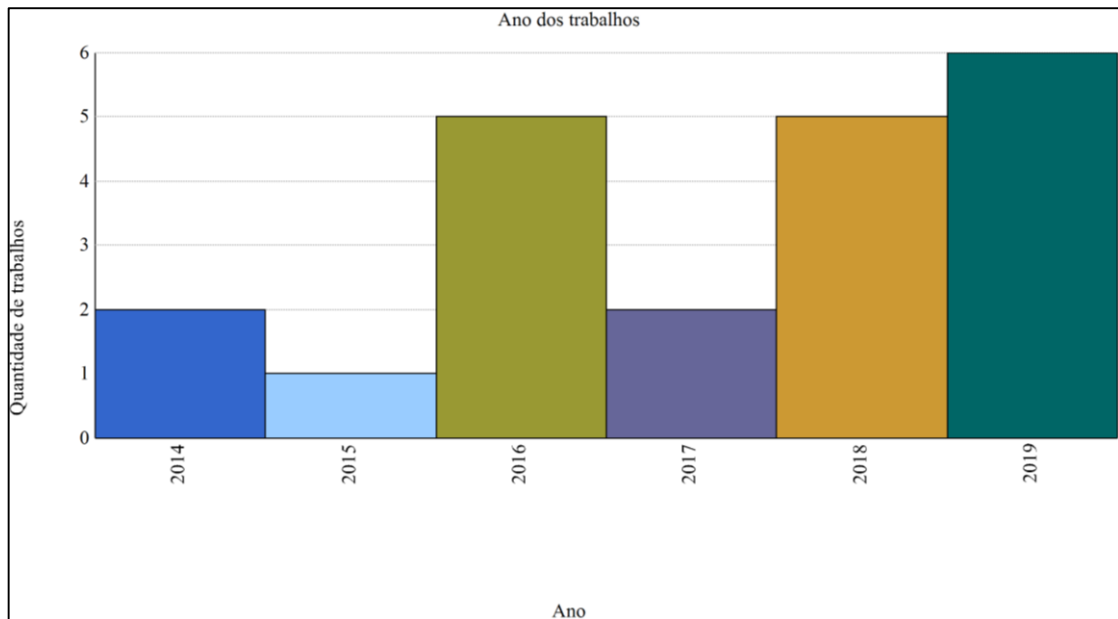
O Gráfico 5 aponta que de dez dissertações e quatro teses, pesquisas que apresentam aderência ao assunto de Cidadania Digital na Educação, atendendo às equações de busca e visando uma busca em base de dados para verificar estudos vinculados ao campo educacional, identifica-se que a maioria dos achados são oriundos do Programa de Educação (sete) e em segundo lugar estão os provenientes do Programa de Comunicação (três). Apenas dois estudos são provenientes da área de Mídia e Tecnologia. Também foi encontrado um da área de Letras e um da área de Humanidades, Cultura e Artes.

Gráfico 6 - Área de Concentração dos Programas dos estudos relacionados na busca



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Gráfico 7 ilustra o volume das publicações e a distribuição ao longo dos 7 anos, lembrando que não foi encontrada nenhuma publicação no período de 2020, mesmo fazendo parte da equação de busca. Houve um pico de trabalhos no ano de 2016, outro em 2018 e, por fim, em 2019.

Gráfico 7 - Volume de publicações por anos

Fonte: Autora (2021).

Dentre as palavras-chave, foram encontradas maior incidência em cidadania digital, forma “cidadania digital”, digital, educação, mídia, literacia, formação, crianças.

Figura 9 - Nuvem de palavras-chave

Fonte: Elaborada pela autora com base no Software NVivo 12.

Na tabela 2, a seguir, é possível verificar as palavras que aparecem com maior frequência nas palavras-chave dos artigos:

Tabela 2 - Palavras que aparecem com maior frequência nas palavras-chaves dos artigos

Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
digital	9	13,85	digital
cidadania	6	9,23	cidadania
educação	4	6,15	educação
crianças	2	3,08	crianças
formação	2	3,08	formação
literacia	2	3,08	literacia
mídia	2	3,08	mídia, mídias

Fonte: Elaborada pela autora com base no Software NVivo 12.

Inicialmente foram encontrados 24 estudos que tinham aderência à equação de busca e que tratavam do tema de Cidadania Digital na Educação. Entretanto, foram feitas exclusões pautadas em alguns critérios, tais como: Pesquisas sem resumo, sem palavras-chave, pesquisas com resumo em português, porém escritas em inglês, pesquisas que eram relatórios de estágio de Mestrado (Portugal). Com base nos critérios, foram excluídas 3 pesquisas, totalizando, assim, 21 pesquisas.

Após a leitura dos resumos e categorização, os trabalhos serão apreciados de forma mais detalhada na Revisão da Literatura.

3.3 Revisão da Literatura

A análise de dados para a Revisão da Literatura foi dividida em duas partes: Revisão Quantitativa dos dados, em que as informações que emergiram do recorte foram categorizadas para identificar os estudos de acordo com os grupos de competências apresentados no Relatório de Harvard (CORTESI *et al.*, 2020 *apud* PONTE, 2020). Já na Revisão Qualitativa, buscou-se relatar a leitura das pesquisas encontradas e evidenciar os dados apresentados pelos autores.

3.3.1 Revisão Quantitativa dos dados da Revisão da Literatura

Quantitativamente, os dados que emergem do recorte feito para a Revisão da Literatura podem ser observados nos quadros, tabelas e gráficos a seguir.

A interpretação dos dados pode ser feita por meio da inferência e, como aponta Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo

clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”.

A leitura dos resumos levou a criação de categorias de análise com o objetivo de localizar estudos que tivessem em comum a aplicação da Cidadania Digital na Educação. Dessa forma, os textos foram categorizados em: Participação, Empoderamento, Envolvimento e Bem-estar. É importante ressaltar que um mesmo estudo pode se adequar a mais de uma categoria. As categorias estão inseridas no Grupo de Competências do Relatório de Harvard, conforme aponta o quadro 24 a seguir:

Quadro 24 - Grupo de Competências do Relatório de Harvard

Grupos de competências	Objetivos e meios educacionais que capacitem os jovens a...
Participação Acesso digital; Literacia Digital; Produção de conteúdos; Segurança; Legislação.	Compreender como se ligarem à internet; usarem à internet e outras plataformas e meios digitais para encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação; produzir conteúdo online; protegerem dispositivos e acessos digitais; compreender e aplicarem conceitos legais ao ambiente digital.
Empoderamento Envolvimento e participação cívica; Contexto; Informação de qualidade; Literacia dos Media.	Participar em assuntos públicos e causas que os motivam; estarem atentos e interpretarem os fatores de contexto ou relevantes numa dada situação e envolverem-se nela; partilhar informação e outros conteúdos em diferentes formatos mediáticos.
Envolvimento Economia digital; Análise de Dados; Pensamento computacional; Inteligência Artificial.	Saber pesquisar sobre atividades económicas online e offline; envolver-se na criação, recolha, interpretação e análise de dados; compreender e aplicar conceitos computacionais; compreender e participar em debates sobre inteligência artificial.
Bem-estar Privacidade e reputação; Identidade pessoal; Comportamento positivo; Bem-estar e segurança	Proteger identidade pessoal e de outros; explorar a sua identidade; envolver-se com outros de modo ético, empático e positivo; ser resiliente face a riscos digitais para proteger a sua saúde física e mental.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cortesi *et al.* (2020, p. 28-33 *apud* PONTE, 2020, p. 509).

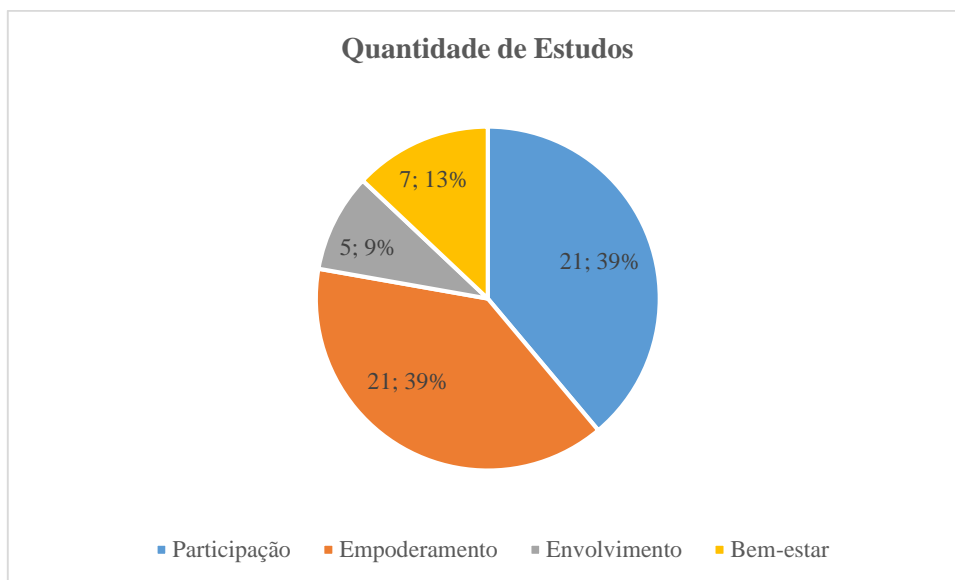
Tabela 3 - Categorias de análise dos estudos

Categorias	Quantidade de Estudos
Participação	21
Empoderamento	21
Envolvimento	5
Bem-estar	7

Fonte: A autora (2021).

Segue gráfico representando a quantidade de estudos relacionados a cada área categorizada:

Gráfico 8 - Quantidade de Estudos a partir do grupo de competências



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Tabela 3 indica que dentre as categorias de análise utilizadas para esse estudo relacionado à Cidadania Digital na Educação, os estudos de Cidadania Digital têm maior tendência à Participação e ao Empoderamento, quando comparados às categorias de Envolvimento e Bem-Estar.

Conforme tabela apresentada, o foco dos estudos de Participação está relacionado ao Acesso Digital; Literacia digital; Produção de Conteúdos; Segurança; Legislação. Relacionadas à competência de **Participação**, estão inseridas as seguintes áreas:

Quadro 25 - Áreas da Competência Participação

Áreas	Capacidades Implicadas
Acesso Digital	Ligar-se e aceder à internet, de modo individual ou coletivo (por exemplo, por redes de malha – <i>mesh technology</i>)
Legislação	Conhecer enquadramentos, conceitos e teorias relacionadas com direitos legais em torno da internet e de outras ferramentas digitais (por exemplo, direitos do autor, uso correto de citações) e aplicar esses conhecimentos às suas atividades.
Literacia Digital	Usar a internet e outras ferramentas e plataformas digitais de modo efetivo para encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação (PALFREY

	GASSER, 2016). Compreender e trabalhar em torno de problemas conceptuais em espaços digitais (CARRETERO <i>et al.</i> , 20170).
Produção de conteúdos	Produzir conteúdo digital com ferramentas digitais.
Segurança	Proteger a integridade de procedimentos de acesso (palavras-chave, perfis) e de dispositivos pessoais.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cortesi *et al.* (2020, p. 28-33 *apud* PONTE, 2020, p. 507-508).

O foco dos estudos relacionado ao Empoderamento diz respeito ao Envolvimento e participação cívica, contexto e informação de qualidade, Literacia dos Média (Participar em assuntos públicos e causas que os motivam; estarem atentos e interpretar os fatores de contexto ou relevantes numa dada situação e envolverem-se nela; partilhar informação e outros conteúdos em diferentes formatos mediáticos). Relacionadas à competência de **Empoderamento**, estão inseridas as seguintes áreas:

Quadro 26 - Áreas da Competência Empoderamento

Áreas	Capacidades Implicadas
Contexto	Estar consciente, compreender e interpretar fatores contextuais de relevância (por exemplo, fatores culturais, sociais, locais/regionais/globais) numa dada situação – com ênfase nas experiências e perspectivas dos grupos sub-representados, em termos de idade, etnia, raça, gênero e identidade sexual, religião, nacionalidade, local onde vive, nível educacional e de competências e/ou situação econômica.
Envolvimento cívico e político	Participar de questões públicas (por exemplos, direitos LGBTQ, processos de paz, contra o discurso de ódio) e apoiar causas que o/a preocupem – usando meios digitais – de modo a procurar melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, do nível micro ao macro (Levine, 2007).
Informação de qualidade	Encontrar, interagir, avaliar, criar e reutilizar informação (em sentido amplo, como notícias, informação de saúde, informação de ordem pessoal) de modo efetivo (PAFFLEY; GASSER, 2016).
Literacia dos média	Analisar, avaliar, fazer circular e criar conteúdo em qualquer suporte mediático (impresso, audiovisual, interativo) e participar em comunidades e redes (...) Incluem-se como leitura e escrita.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cortesi *et al.* (2020, p. 28-33 *apud* PONTE, 2020, p. 507-508).

Diante da leitura dos resumos e da análise das categorias elencadas na tabela 3, foi necessário dividir os estudos de acordo com o nível de ensino: Ensino Superior e Educação Básica. Além dessa categoria, foi criada outra: Educação Formal e Educação Não Formal. É fundamental ressaltar que alguns estudos não puderam se enquadrar em nenhuma das categorias aqui explicitadas.

Tabela 4 - Categorias de análise baseadas em Tipo de Educação

Tipo de Educação	Quantidade de Estudos
Formal	16
Não Formal	2

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Identificou-se, diante das pesquisas selecionadas, a predominância de trabalhos abordando a Educação Formal sobre a Não Formal.

Tabela 5 - Categorias de análise baseadas no Nível de Ensino

Nível de Ensino	Quantidade de Estudos
Educação Básica	15
Ensino Superior	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir dessa categoria de Educação Formal e Não Informal, identificou-se uma predominância de estudos na Educação Básica em relação ao Ensino Superior.

3.3.2 Análise Qualitativa da Revisão da Literatura

Depois de uma leitura extensa dos dados obtidos, além da categorização do corpus, fez-se uma nuvem de palavras para verificar a frequência de palavras encontradas nos títulos dos trabalhos, conforme apresenta a figura 10 a seguir.

		<p>Literacias Pós-modernas (MCLAREN; HAMMER, 2007)</p> <p>Novas Literacias Múltiplas (KELLNER; SHARE, 2007)</p> <p>Literacia tradicional - pois, ler, escrever, contar e pesquisar continua a ser fundamental (BUCKINGHAM, 2012; SAYERS, 2006)</p> <p>Literacia digital, que consiste em “criar, trabalhar, partilhar, socializar, investigar, jogar, colaborar, comunicar e aprender” (MEYERS; ERICKSON; SMALL, 2013, p. 356)</p>
5	Cultura Digital e cidadania: dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital.	<p>Emancipação Digital</p> <p>Produzir e Compartilhar Conhecimento</p> <p>Inclusão Digital</p> <p>Direitos Digitais</p>
6	Letramento digital em massa com objetos de aprendizagem	<p>Alfabetização Digital</p> <p>Letramento Digital</p> <p>Multiletramentos</p>
7	Letramentos digitais e formação educacional na educação básica: investigação de práticas	<p>Letramento Digital/ Digital Literacy</p> <p>Multiletramentos</p> <p>Cultura da Participação (JENKINS, 2009)</p>
8	Mídia-educação para a sustentabilidade: uma proposta para estudantes do ensino médio	<p>Mídia-Educação</p> <p>Educomunicação</p>
9	Educação e Cidadania: perspectivas da literacia digital crítica	Literacia Digital Crítica
10	Tecnologia, ética e cidadania nas percepções dos professores da UAB	<p>Inclusão Digital</p> <p>Participação Política, Econômica e Social</p> <p>Leitura Crítica da Informação</p> <p>Direitos Humanos Digitais</p> <p>Privacidade</p> <p>Ética</p>
11	Comunicação, mídias & educação: um estudo sobre práticas na escola pública	<p>Educomunicação</p> <p>Emancipação Digital</p>
12	Educação digital: a base para construção da cidadania digital	<p>Análise crítica da Informação</p> <p>Segurança e Privacidade</p> <p>Participação política</p> <p>Direitos</p> <p>Educação Digital</p> <p>Ética</p>
13	Infância (n)ativa: potencialidades de participação e cidadania às crianças na mídia digital.	<p>Comunicação Participativa</p> <p>Educomunicação</p> <p>Cultura da Convergência</p> <p>Alfabetização Midiática e Informacional</p> <p>Literacias</p> <p>Leitura Crítica da mídia</p>
14	“Lutar também é educar”: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016)	Educomunicação
15	Revisão sistemática de estudos sobre direitos humanos nas mídias digitais	<p>Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) (p. 34, 40 e 41)</p> <p>Cultura da Convergência (JENKINS, 2012)</p>

		Direitos Digitais (Direitos Autorais, Direito a Informação, Direito a privacidade, intimidade, honra e imagem; Direito da criança e do adolescente; Direito da propriedade privada; Direito a segurança; Direito do consumidor; Direito à identidade; Direito ao acesso a internet e a inclusão digital; Direito do trabalho e econômico; Direito ao Lazer; Direito social e cultural; Direito à educação; Direito à saúde, integridade física e psíquica). (Pinheiros, 2013).
16	A educação para a cidadania digital na escola: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e de aprendizagem	Engajamento e participação política Mediação dos riscos e das oportunidades Promover letramento digital Atentar para a dinâmica da desigualdade
17	Das competências de uso das tecnologias digitais ao exercício pleno da cidadania digital: os casos do Alentejo e do País Basco	Literacia Digital Inclusão Digital Uso responsável da Internet Pensamento Crítico Questões Éticas, Sociais e Legais da Internet
18	Letramento digital e orientações educacionais: leitura e escrita digital no ensino médio	Letramento Digital Inclusão social e digital
19	Letramento e emancipação digital cidadã: Cartografias e rastros na constituição de espaços de convivência híbridos e multimodais	Letramento Digital Emancipação Digital
20	O jovem e as mídias: conhecimento e cibercidadania	Inclusão social e digital Colaboração em rede
21	Uso de tecnologias analógicas e digitais na formação de cidadãos ativos: um percurso com crianças dos 3 aos 9 anos, seus professores, pais e comunidade local	Direitos Humanos Literacia Digital Empoderamento Participação cívica e política

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Identificou-se que a ocorrência mais frequente de palavras encontradas nas pesquisas relacionadas ao conceito de Cidadania Digital foram: Literacia Digital (9), Inclusão (8), Emancipação Digital (7), Letramento Digital (6), Direitos Humanos Digitais/Questões Legais (6), Educomunicação (5), Ética (4), Participação Política (4), Segurança e Privacidade/Mediação de Riscos e Oportunidades (3), Multiletramentos (2), Alfabetização Digital (2), Alfabetização Midiática Informacional (2), Educação para Mídia ou Mídia-Educação (2).

3.3.2.1 Dimensões principais do Conceito de Cidadania Digital

A partir da leitura dos trabalhos e da identificação dos critérios de análise, puderam ser observadas algumas dimensões apresentadas nas pesquisas que estão imbricadas ao Conceito de Cidadania Digital, apontadas no quadro a seguir e que serão abordadas no próximo item.

Figura 11 - Dimensões do Conceito de Cidadania Digital



Fonte: Dados da pesquisa elaborados pela autora (2021).

3.3.2.2 Uma breve análise das dimensões principais do Conceito de Cidadania Digital

Com o avanço tecnológico e o surgimento da internet, instituíram-se diferentes formas de linguagens. Com a instauração das mídias, o texto que era impresso e escrito transmuta-se para o digital. Aparecem novas formas de se comunicar, ler, aprender, interagir e se relacionar com as outras pessoas no ciberespaço.

Na década de 1980, emergem estudos, acompanhados de abordagens teóricas sobre o letramento crítico, tais como, os novos estudos de letramento (STREET, 1984), que chegam ao Brasil em 1995 e com a coletânea "Os significados do letramento: uma nova perspectiva social

da escrita", por Ângela Kleiman. Entretanto, inicialmente, antes de falar sobre o letramento crítico, é relevante definir primeiramente o conceito de letramento.

Segundo Araujo (2019), o termo letramento é complexo e polêmico e possui dois posicionamentos teóricos: letramento e a alfabetização como sinônimos e letramento e alfabetização como conceitos diferentes.

Araujo (2019, p. 77), destaca:

- a) O conceito de alfabetização já compreende o conceito de letramento e, como consequência, não há necessidade de utilizar dois termos para o mesmo fim. A psicolinguista argentina Emilia Ferreiro, por exemplo, defende este posicionamento ao assumir que a alfabetização e o letramento são um único processo.
- b) A alfabetização e o letramento são processos diferentes e que, logo, possuem conceitos distintos, porém são interdependentes. Neste posicionamento, se destacam autores como Angela Kleiman, Magda Soares, Leda Tefouni dentre outros.

É importante explicitar que as orientações educacionais que norteiam a Educação Básica no Brasil compreendem os termos alfabetização e letramento como algo distinto. Conforme aborda Araujo (2019, p. 84) "O CNE - Conselho Nacional de Educação-, por exemplo, traz entre as necessidades de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens, a questão da alfabetização e do letramento, que devem ser desenvolvidos desde o início do Ensino Fundamental".

Soares (2004) corrobora que alfabetização e letramento são termos distintos, porém eles estão interligados e se complementam.

Ao falar de letramento, Buzato (2006) explicita que a palavra tornou-se usual em português a partir da tradução feita por Mary Kato (1986) do termo "*literacy*". Este último termo aparece frequentemente na língua inglesa. O mesmo autor, apresenta duas definições de letramento: o letramento, no sentido tradicional, considerado como "um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos" (KLEIMAN, 1995, p. 19 *apud* BUZATO, 2006, p. 07), e o conceito em que letramento é "o estado ou a condição de quem exerce as práticas sociais da leitura e da escrita, de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação" (SOARES, 2002, p. 145).

A presente pesquisa está em conformidade com as proposições de Buzato (2006) quando afirma que são conceitos diferentes e que a diferença está justamente na prática social.

Outros autores, como Rojo e Moura (2019, p. 16) acrescentam a esse termo, o plural da palavra, LetramentoS, conforme a seguir:

Letramento(s) é um conceito com uma visada socioantropológica; *alfabetismo(s)* é um conceito de base psicognitiva; *alfabetização* designa uma prática cujo conceito é

de natureza linguístico-pedagógica. Numa sociedade urbana moderna, as práticas diversificadas de letramento são legião. Por isso, o conceito passa ao plural: **letramentos**.

Ao falar do uso do letramento em sala de aula, Rojo e Moura (2019, p. 18) apontam que este conceito está associado a trabalhar com os alunos práticas de leitura e escrita socialmente relevantes, como define a seguir:

[...] trabalhar com os letramentos na escola, letrar, consiste em criar eventos (atividades de leitura e escrita - leitura e produção de textos, de mapas, por exemplo - que envolvam o trato prévio com textos escritos, como é o caso de telejornais, seminários e apresentações teatrais).

Soares (2003) aponta que o letramento é considerado condição para a sobrevivência e conquista da cidadania. Ainda Soares (2003, p. 65) cita Paulo Freire (1967, 1970a, 1970b, 1976) ao falar da importância do poder “revolucionário” do letramento:

Ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la. Freire concebe o papel do letramento como sendo ou de libertação do homem ou de sua “domesticação”, dependendo do contexto ideológico em que ocorre, e alerta para a sua natureza inerentemente política, defendendo que seu principal objetivo deveria ser o de promover a mudança social.

A cidadania está muito associada à questão do letramento, isto porque empodera o sujeito, emancipa e permite que ele tenha consciência da realidade para, assim, transformá-la e Paulo Freire já alertava para isso quando cita que concebe o papel do letramento para libertação ou da domesticação, dependendo do contexto ideológico, político e social em que o sujeito está inserido.

A partir do conceito apresentado sobre letramento, torna-se necessário também definir o conceito de letramento digital. Sendo assim, na definição de Buzato (2006, p. 16):

Letramentos digitais (LDs) são conjuntos de letramentos (práticas sociais) que apóiam, entrelaçam e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente.

Posteriormente, Buzato (2009a, p. 22) chega a propor uma nova concepção de letramento digital. Segundo o autor, os letramentos digitais vão além dessas práticas sociais por meio ou influência das tecnologias. O autor esclarece que os letramentos digitais possuem propriedades que permitem a hibridização de quaisquer letramentos, tais como:

(1) formas de mediação (impresso, fotografia, vídeo, cinema, rádio, etc.); (2) sistemas de representação (música, escrita alfanumérica, linguagens imagéticas, etc.); (3) gêneros (provenientes de diferentes esferas de atividade social e tradições culturais que se conectam via TIC); (4) atitudes ou disposições frente ao texto (ler para procurar informação, ler para se divertir, etc.) e (5) letramentos diversos praticados por um mesmo sujeito que transita entre contextos culturais e de prática diferentes.

Ao apresentar o conceito de letramento e letramento digital, é de suma importância traçar um paralelo com a inclusão digital, a cidadania e cidadania digital que são temas presentes nesta pesquisa.

Segundo Selau (2016) que aborda a inclusão digital para além de uma apropriação tecnológica, mas para o uso e acesso da tecnologia de forma crítica, formando cidadãos críticos e conscientes e não mero consumidores de tecnologia e sujeitos passivos, a inclusão digital, associada a uma emancipação digital, resulta em uma sociedade mais crítica.

Letramentos, considerados práticas sociais de leitura e escrita socialmente relevantes, associados ao uso de dispositivos digitais, disponibilizados para todos, com a preocupação de incluir e não excluir, sem distinção de classe, raça, cor ou gênero, com o uso crítico, permitem a formação de um cidadão crítico e atuante na sociedade. Cabe ressaltar a importância de políticas públicas aliadas à educação para promover uma inclusão digital eficaz, a formação de professores sobre letramento, letramento digital, letramento digital crítico e multiletramentos, bem como repensar o currículo para incluir as práticas em sala de aula. Pensar em letramento digital, também é pensar em inclusão e exclusão digital.

Em seus estudos, Garcia *et al.* (2007, p. 164) apresentam uma relação clara entre linguagem/letramento, tecnologia e inclusão. Os autores fazem essa apresentação por meio de diversos autores e conceitos, que são componentes do letramento digital, como categorias de letramento e que nem sempre estão associados ao meio digital:

[...] categorias tais como letramento de tela/interface [screen literacy] (SELFIE, 1999) e letramentos de máquina [computer literacy] (PAPERT, 1980), mas também letramento de mídia [mídia literacy] (SILVERBLATT, 1995), letramento numérico [numeracy] (LEMKE, 1998) e o letramento visual [visual literacy] (BOLTER, 1998). Além disso, as pesquisas em LD também fazem referência a categorias de letramento de informação [information literacy] (GLISTER, 1997), e o letramento crítico [critical literacy] (LANKSHEAR; KNOBEL, 1998), que em tese, não estão subordinadas a formas específicas de mediação, nem a sistema de representação particulares.

Garcia *et al.* (2017) ainda citam Paulo Freire ao falar sobre letramento e exclusão no que diz respeito ao letramento digital. Freire afirma que na prática de ler e escrever, os sujeitos precisam ir além da decodificação, fazendo a leitura de mundo, por meio da práxis, com relações e práticas sociais. Identifica-se aqui que os não letrados estão nessa condição por uma questão de injustiça social. Trata-se de um processo histórico social de exclusão e não meramente por questão de preguiça.

Segundo Garcia *et al.* (2017), as categorias apontadas anteriormente, quando aparecem de maneira simultânea nas práticas sociais e tecnológicas, não estão restritas ao conceito de letramento digital e sim ao de multiletramentos.

Em 1996, surge o multiletramentos a partir da discussão de um grupo de pesquisadores, chamados de Grupo de Nova Londres (GNL-*New London Group*), constituído por australianos, ingleses e americanos, que se reuniram em Nova Londres (EUA) dispostos a debater as novas mudanças nos textos, nos letramentos, por conta da influência das mídias digitais, ocasionando mudanças na educação, com pluralidades de linguagens (ROJO; MOURA, 2019).

A partir de vários conceitos apresentados sobre o letramento, será apresentado o conceito de letramento crítico e literacia digital.

Segundo Oliveira e Giacomazzo (2017, p. 155), “Educação para Cidadania: Perspectivas da Literacia Digital Crítica” a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura na base Scielo Brasil Portugal e Espanha, analisando artigos de 2007 a 2015 afirmam que “a literacia digital pode ser compreendida como a capacidade do sujeito de entender e usar a informação de forma crítica e estratégica”.

Para Buckhighan (2010), o conceito de literacia, por ele é denominado de “letramento digital”.

Buckingham (2010), ao falar sobre letramento digital, assegura que somente conhecer e saber utilizar as ferramentas tecnológicas, ou até ter o conhecimento de como acessar a internet seria considerado mais como letramento funcional, instrumental. Para o autor, o letramento digital crítico está associado à questão de transformação da informação para conhecimento, por exemplo, quando o sujeito recebe uma informação, e a partir dela, sabe ler de forma crítica e consegue até transformá-la em conhecimento ou também quando o sujeito compreende como o desenvolvimento da tecnologia está vinculado à força social, política e econômica de forma mais ampla.

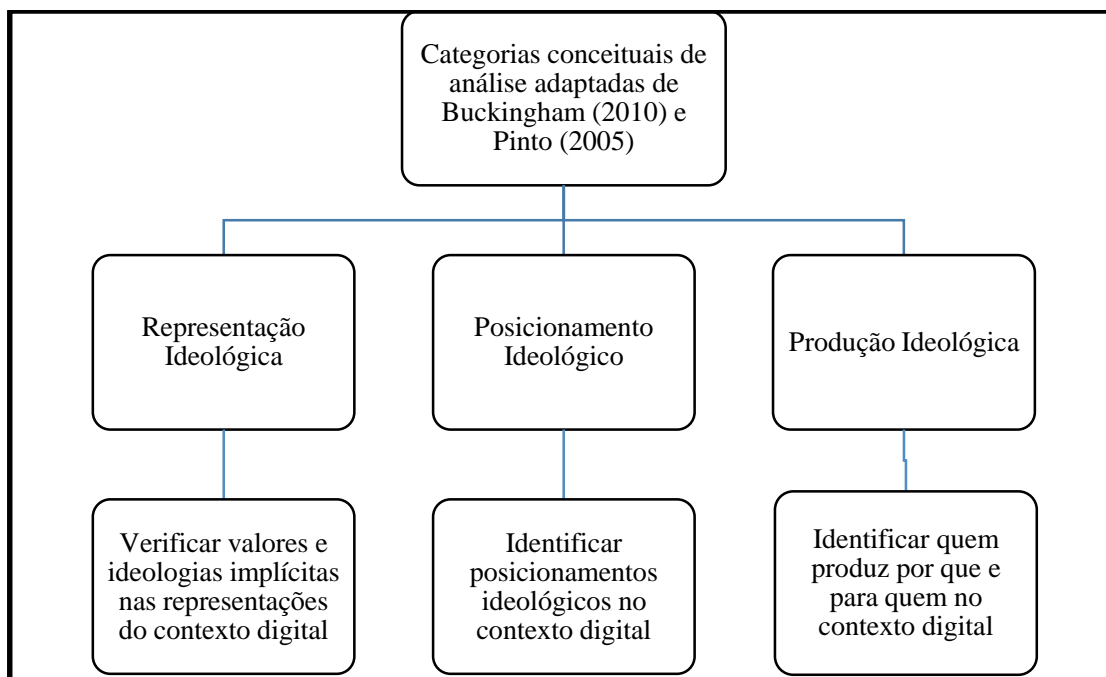
Garcia *et al.* (2017) coadunam com as ideias de Buckingham (2010), isto porque, ao falar em letramento crítico, acrescenta que não é suficiente que o sujeito tenha acesso à tecnologia, mas é importante que ele faça uma apropriação crítica das tecnologias, promovendo a formação de um sujeito transletrado.

Garcia *et al.* (2017) citam Thomas *et al.* (2007) para refletir sobre o conceito de transletramentos, como “a capacidade e a prática sócio-cognitiva de ler, escrever e interagir através de uma série de plataformas, ferramentas e mídias mais antigas (oralidade, escrita à mão, imprensa, televisão, rádio e cinema) até as redes sociais digitais”.

Segundo Oliveira e Giacomazzo (2017), literacia crítica envolve atitude crítica, reflexiva e analítica das informações que o sujeito obtém por meio das Tecnologias Digitais da

Informação e Comunicação (TDIC). As autoras apresentam, por meio de um mapa conceitual, as categorias para desenvolver uma literacia digital crítica.

Figura 12 - Literacia Digital Crítica, por categoria de análise



Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira e Giacomazzo (2017, p. 164).

As categorias de análise apresentadas pelas autoras em seu artigo corroboram com os apontamentos da presente pesquisa, ao propor a importância de uma literacia digital crítica na formação de um sujeito crítico e citar as ideologias presentes na tecnologia, fazendo referência ao filósofo Vieira Pinto (2005) que afirma que a tecnologia não é neutra e a existência da ideologização da tecnologia. Em sua obra, Vieira Pinto (2005, p. 43) apresenta como os países desenvolvidos impõem suas ideologias:

[...] é preciso empregar todos os meios para fazê-las acreditar – e seus expoentes letrados nativos se apressarão sem dúvida em proclamá-lo – que participam em pé de igualdade da mesma “civilização tecnológica” que os “grandes”, na verdade os atuais “deuses”, criaram e bondosamente estendem a ricos e pobres sem distinção. Divulgando este raciocínio anestesiante esperam os arautos das potências regentes fazer crer que toda humanidade sob sua proteção goza uniformemente dos favores da civilização tecnológica, o que significa tornar não apenas imoral e sacrílega a rebelião contra elas, mas ainda converter a pretensão de autonomia política e econômica das massas da nação pobre em um gesto estúpido.

É de suma importância que o sujeito tenha uma consciência crítica, aprenda a ler e compreender textos que são apresentados a ele em suas diversas formas, seja em formato impresso ou digital e aprenda a questioná-los. E, como afirma Oliveira e Giacomazzo (2017, p.

169): “Construir e constituir uma cidadania digital que permita identificar as formas de manipulação das informações, suas origens, fontes e intencionalidades”.

Letramento vai além da alfabetização, que se posiciona como aprender a ler e escrever. Quando se fala em educação para cidadania e educação para cidadania digital, também se fala em letramento crítico, letramento digital e multiletramentos e o transletramento (GARCIA *et al.*, 2017).

O conceito de transletramento está muito associado ao que a presente pesquisa apresenta com relação à formação de um cidadão digital crítico, com novas capacidades de ler, escrever e interagir online e offline. Sendo assim, para uma educação além da cidadania digital. É um cidadão crítico, ativo, participativo na sociedade, mais consciente de suas ações, que possui uma postura mais reflexiva diante das informações e situações que lhe são apresentadas. Sendo assim, vale a pena repensar o currículo e a forma como os estudantes e educadores se relacionam, com novas experiências e possibilidades para um espaço mais aberto de diálogo e ação.

Após refletir sobre letramentos, letramento digital, multiletramento, letramento digital crítico e transletramento, é importante, também, refletir e conceituar a educação midiática que está muito associada à educação para a cidadania e educação para além da cidadania digital. Tais temas serão abordados no próximo tópico.

O presente estudo aborda os temas relacionados a uma cidadania crítica e por isso, falar em participação ativa do educando e sua formação para além de uma cidadania digital é falar sobre educação midiática, isto porque os alunos estão participando de forma ativa pela internet e utilizam diversas mídias.

A internet converge inúmeros formatos de mídia e Jenkins (2012, p. 9), em seu livro *Cultura da Convergência*, aborda o encontro das mídias

[...] por convergência, me refiro ao fluxo de conteúdos através das múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos por meio da comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam.

Entretanto, para que haja a circulação dos conteúdos por meio da mídia é necessário que haja a participação ativa dos consumidores (os que consomem a mídia).

Segundo Jenkins (2012), a convergência é vista como transformação cultural. Antigamente, os consumidores eram vistos como receptores passivos diante do que consumiam por meio da mídia, agora, são vistos como consumidores que recebem e interagem com o conteúdo produzido. Sendo assim, participantes e daí o conceito de cultura participativa.

A mídia é um instrumento poderoso e para conseguir interpretar e ler o que se passa na mídia, não apenas como consumidor passivo, é necessário que o cidadão aprenda a ler as informações e saiba interpretar de forma crítica, questionando e vendo diferentes pontos de vista de uma informação. Nisso, percebe-se claramente como a educação e a comunicação estão imbricadas.

A Educação Midiática está relacionada à educação e à comunicação, dois direitos humanos fundamentais. Sendo assim, é importante ressaltar o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948, p. 5): “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. A cidadania e a democracia têm um viés de ligação muito forte com a comunicação e o direito de voz do sujeito. Isso implica o direito dos cidadãos digitais de criar, compartilhar, produzir conhecimento, opinar e criticar na internet. É certo lembrar que a liberdade de expressão implica responsabilidades e o direito implica deveres. Portanto, da mesma forma que o cidadão tem o direito à livre expressão, este também tem o dever de respeitar o outro.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desenvolveu um documento importante intitulado “Alfabetização Midiática e Informacional. Currículo para formação de professores (AMI)”, que foi publicado em 2013 e que aborda esse artigo e assegura de forma clara e incisiva que a educação midiática “proporciona aos cidadãos as competências necessárias para buscar e usufruir plenamente dos benefícios desse direito humano fundamental” (UNESCO, 2013, p. 16). Alfabetização Midiática (Português, Brasil), *Media Literacy* (Inglês), Literacia Mediática (Português, Portugal).

Sendo assim, não tem como falar para além da cidadania digital, educação para cidadania e não falar em alfabetização midiática.

Para falar sobre Educação Midiática, é importante contextualizar, conceituar e diferenciar os diversos termos relacionados à mídia e educação e como eles estão associados as seus locais de origem.

Segundo a Conferência de Viena, *Midia Education* (ZANCHETTA Jr., 2009, p. 1105):

Educação para a mídia [...] inclui a palavra impressa e a parte gráfica, o som, bem como a imagem fixa e em movimento, veiculados por qualquer tipo de tecnologia; empreende tornar a pessoa capaz de ampliar o entendimento acerca da comunicação midiática utilizada na sociedade em que vive, o modo como essa comunicação é conduzida, e implica o domínio sobre o uso de diferentes meios para comunicação com outras pessoas; [inclui ainda que] as pessoas aprendam a: analisar, criticamente, refletindo e criando textos midiáticos; identificar as fontes dos textos midiáticos, seus

interesses e contextos políticos, sociais, comerciais e/ou culturais; interpretar as mensagens e valores mostrados pela mídia; selecionar suportes de mídia apropriados para a comunicação de suas próprias mensagens ou história, e alcancem com êxito a audiência pretendida; ter acesso ou exigir o acesso aos suportes midiáticos, para a recepção e produção.

Segundo a União Europeia (ZANCHETTA Jr., 2009), a Educação para Mídia precisa ser articulada em diferentes esferas da sociedade (agentes públicos e privados), não sendo responsabilidade única da escola.

Exercer a cidadania crítica é também considerado, como afirma a Conferência de Viena, aprender a analisar criticamente textos midiáticos, conhecer a fonte da informação em que está sendo veiculada e interpretar as mensagens apresentadas pela mídia. As mídias e outros provedores de informação, como a internet por exemplo, são ferramentas que auxiliam o cidadão a tomar decisões de forma consciente e promovem o desenvolvimento de habilidades como o raciocínio crítico, a leitura e a tomada de decisão. Entretanto, para que isso ocorra na escola, é necessário repensar o currículo e formar os professores em mídia e informação (UNESCO, 2013). Reitera-se que além de repensar o currículo e formar professores, torna-se necessário a implantação de políticas públicas, que faça parte da cultura escolar e que tenha como propósito diminuir e acabar com a exclusão, promovendo a inclusão digital para que sejam formados cidadãos críticos, participativos e atuantes na transformação da sociedade.

Além de uma cidadania crítica, para uma cidadania crítica digital, a educação midiática proporciona ao indivíduo a estar mais preparado, distinguir o que é verdade e o que é *fake* e a não propagar a desinformação. Conforme afirma Sayad (2019, p. 11):

A educação midiática é um conceito guarda-chuva, cujos estudos e principais propostas de estruturas curriculares estão sob a guarda da UNESCO há mais de 60 anos, que abarca o desenvolvimento de uma série de habilidades voltadas à leitura, análise e produção de informação autêntica e de qualidade. Em outras palavras, habilidades para este século que auxiliam a cidadania frente aos desafios impostos pela desinformação.

Ao falar em Educação e Comunicação, os estudos mais significativos aqui no Brasil, encontram-se sob a forma da Educomunicação, desenvolvida a partir do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP.

Para os pesquisadores do NCE da USP, Educomunicação é definida como os:

[...] conjuntos das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos, em espaços educacionais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso de recursos da informação no processo de aprendizagem (SOARES, 2002, p. 24).

Soares (2002) afirma que não se trata de uma metodologia e sim de um paradigma e tem como foco a autonomia, emancipação do sujeito com a criação de ecossistemas criativos.

A preocupação em promover a emancipação do sujeito é requisito basilar de uma educação para cidadania, bem como possibilitar a formação de seres autônomos, críticos e conscientes, com a possibilidade de causar a transformação na comunidade em que vive.

Conforme afirma Rodrigues (2018, p. 56):

Ao se considerar a promoção social ligada à emancipação e a cidadania, encontramos a Educomunicação como possível campo fomentador da busca por emancipação. Isso se deve ao fato de a prática educacional desenvolver propostas de ações comunicativo-educacionais no âmbito de comunidades periféricas em vulnerabilidade social, por meio da criação de ecossistemas educacionais envolvendo escola e comunidade.

Soares (2014), do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (ECA/USP), defende a Educomunicação como campo teórico que trabalha a formação do senso crítico do indivíduo nas relações entre a escola e a mídia.

Torna-se fundamental estimular nas escolas o trabalho de educação pelas mídias, de educomunicação, estimulando nas crianças e adolescentes o pensamento crítico, o diálogo, a participação, o engajamento desses pequenos cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O cenário em que o mundo contemporâneo atravessa está cada vez mais consolidado de *Fake News*, com graves repercussões políticas e sociais. A desinformação está sendo veiculada em diversos contextos digitais e, sendo assim, educar para a cidadania com a oportunidade de propiciar a leitura crítica dessas informações e a não propagação da desinformação é de grande urgência.

Outra questão apresentada por Santaella (2020) diz a respeito das bolhas. Segundo a autora, vivemos em bolhas de crenças e ideologias e navegamos nas redes guiados por algoritmos que criam trilhas para a navegação do usuário de acordo com os seus cliques.

O poder da crença -- em uma ideia, religião, afinidade política e afins -- sempre existiu. Contudo, nossa nova existência nos ambientes em rede amplifica esse poder, também chamado de viés da confirmação, especialmente porque passamos a ser monitorados por algoritmos de inteligência artificial que, progressivamente, sabem mais de nós do que nós mesmos e só nos enviam aquilo que sabem e adivinham que queremos e gostamos. Basta um clique em uma informação e os algoritmos passarão a nos enviar, dia após dia, repetidamente, informações aparentadas àquilo que porventura nos interessou. E assim caminha a nossa participação nas redes. Pensar que possamos furar as bolhas ou nos livrarmos delas é ingênuo. Somos os signos que escolhemos e com os quais desejamos conviver (SANTAELLA, 2020, p. 23).

Então, fica um questionamento, como também educar para a cidadania digital em um mundo em que os usuários da internet são manipulados por algoritmos?

Como ainda afirma Santaella (2020, p. 24):

É certo que as agências de checagem dos fatos cumprem uma função substantiva, inclusive educativa, ao ensinar que os signos deixam rastros que nos guiam para os objetos que pretendem designar. É essa lição educativa, a da verdade factual, que é preciso absorver, promover, transmitir e com a qual é preciso aprender a viver. Em todos os campos em que os fanatismos encontram mais alimentos para crescer, urge que pratiquemos a arte da suspeita.

São tantos os desafios que permeiam a educação para a cidadania e para a cidadania digital, diversos campos que precisam ser trabalhados com crianças e adolescentes para que se tornem jovens conscientes e críticos. Entretanto, reitera-se que a responsabilidade não deve ser única e exclusivamente da escola. A educação para cidadania deve ser tanto trabalhada na educação formal como no espaço não formal. A responsabilidade não está somente nas mãos da escola, mas ela deve ser também compartilhada com órgãos, fundações governamentais e não governamentais e a formação deve ser ampliada, também, para pais e professores, envolvendo toda a comunidade.

A educação para a cidadania digital, abordada nos trabalhos coletados na RSL, aponta desafios e possibilidades que devem ser estudados e desenvolvidos com crianças e adolescentes em diversas esferas da sociedade, além do espaço escolar. O uso da internet, por crianças e adolescentes, apresenta muitas dimensões. Mattar (2018), em sua pesquisa de mestrado, aponta uma das muitas dimensões ao abordar um tema extremamente importante, os direitos digitais. Segue um quadro que foi apresentado em seu trabalho e que exemplifica muito bem os Direitos Digitais.

Quadro 28 - Direitos Digitais e Comportamentos Humanos na Internet

Direitos	Comportamento Humanos
Direitos Autorais	Pirataria, proteção de conteúdos e websites, reprodução ilegais, uso indevido de imagens sem autorização, distribuição de músicas sem consentimento do autor, filmes em site sem autorização do autor, entre outros
Direitos da Informação	<i>Fake News</i> , não identificação da fonte, inexistência dos dados, descrédito sobre a confiabilidade e qualidade das informações e das fontes, controle de spam, lixo eletrônico, excesso e velocidade de informações, entre outros
Direito a privacidade, intimidade, honra e imagem	Cyberbullying, <i>haters</i> (empresas e pessoas grosseiramente criticadas na web), vazamento de fotos, dados e documentos pela internet, comércio ilícito de dados e informações, memes e gifs caluniosos, injuriosos ou difamatórios, vingança pornográfica, vídeos e áudios contendo cenas de homicídios, estupros, agressões físicas e suicídios,

	compartilhamento de imagens de cadáveres, principalmente, de famosos (exemplo: morte de Cristiano Araújo), entre outros
Direito das crianças e adolescentes	Pedofilia digital através da posse ou venda imagens, fotos, vídeos e armazenamento de arquivos com cenas de sexo, estupro e demais violência contra crianças e adolescentes, aliciamento on-line para prostituição e encontros lascivos, controle de conteúdo, aliciamento on-line para tráfico, guerrilhas e guerras, entre outros
Direito de propriedade privada	Proteção dos sites, dados e provedores contra hackers, sequestro de dados e contas bancárias, entre outros.
Direito à segurança	Crimes digitais (estelionatos, sequestro de dados, fotos e documentos, invasão de dispositivos, hackers, guerras cibernéticas, auxílio e instigação ao suicídio como o jogo baleia azul, entre outros).
Direitos do consumidor	Fraudes, estelionatos e golpes através do comércio eletrônico e nas relações de consumo pelas redes (app, download de músicas, vídeos, livros, softwares entre outros), clonagem de cartões de crédito e débito, uso de identidade digital furtada ou roubada para obter vantagens econômicas e ilícitas, entre outros
Direito à identidade	Apropriação da identidade digital de outrem para fins ilícitos, inviolabilidade das correspondências eletrônicas, entre outros.
Direito ao acesso à internet e a inclusão digital	Proteção a governança da internet, regulação da atividade dos centros públicos de acesso à internet, políticas públicas de inclusão digital, defesa da neutralidade da rede, censura, algoritmos, filtros bolha, infraestruturas tecnológicas, formação de comunidades virtuais ou inteligências coletivas, gratuidade das informações, redes e softwares de código aberto (softwares livres), entre outros
Direito do trabalho e econômico	Proteção a governança da internet, regulação da atividade dos centros públicos de acesso à internet, políticas públicas de inclusão digital, defesa da neutralidade da rede, censura, algoritmos, filtros bolha, infraestruturas tecnológicas, formação de comunidades virtuais ou inteligências coletivas, gratuidade das informações, redes e softwares de código aberto (softwares livres), entre outros
Direito ao Lazer	Jogos, entretenimentos em 3D e 4D, filmes em HD, animações, softwares educacionais e lúdicos, restrição a produção e distribuição de jogos antiéticos, que incidem a violência e a cultura do ódio, controle de acesso de conteúdos de acordo com a faixa etária, proteção contra à publicidade infantil, entre outros.
Direito social e cultural	Cidadania digital, ativismo político, humanitário e social, movimentos sociais de luta por direitos, cibercultura, relacionamentos digitais, diversidade cultural, inteligências coletivas, grupos de redes sociais, entre outros.
Direito à educação	Alfabetização midiática e informacional, cursos profissionalizantes com ênfase nas qualificações baseadas em engenharia de softwares, sistemas de

	informação, banco de dados, mídias digitais, entre outro.
Direito à saúde, integridade física e psíquica	Uso de chip implantado ao corpo, rastreamento de pessoas por satélites e drones, controle estatal por câmeras, fotos e drones, proteção dos dados e informações dos prontuários médicos, vigilância eletrônica, entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Pinheiros (2013 *apud* MATTAR, 2018, p. 68).

A presente pesquisa, buscou conceituar, de acordo com o que foi coletado na RSL as palavras mais encontradas e relacionadas ao conceito de Cidadania Digital, tais como: Literacia Digital, Inclusão, Emancipação Digital, Letramento Digital, Direitos Humanos Digitais/Questões Legais, Educomunicação, Ética, Participação Política, Segurança e Privacidade/ Mediação de Riscos e Oportunidades, Multiletramentos, Alfabetização Digital, Alfabetização Midiática Informacional, Educação para Mídia ou Mídia-Educação, conforme as problemáticas mais importantes no *corpus* estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar qual a incidência e temas abordados pelos pesquisadores de língua portuguesa a respeito de Cidadania Digital na Educação.

Para atingir o objetivo proposto, foram realizados:

Levantamento de pesquisas (artigos, teses e dissertações) publicadas pela comunidade científica nas bases de dados BDTD, RCAPP e Portal Periódico da Capes sobre os temas de Cidadania Digital na Educação.

Leitura crítica do material e levantamento de dados.

A pesquisa na base de dados respeitou a abrangência do período de 2014 a 2020. Não foi encontrado nenhum trabalho no ano de 2020 e, por ser um tema extremamente atual, optou-se por iniciar a pesquisa em 2014, além de ser o ano da vigência do Marco Civil da Internet no Brasil.

A Revisão Sistemática da Literatura apontou vinte e um trabalhos que abordaram o tema de Cidadania Digital na Educação, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão estipulados na presente pesquisa.

As análises quantitativas e qualitativas dos dados, tanto dos achados gerais quanto dos recortes, apontaram uma maioria de trabalhos relacionados à Educação Básica, realizados no Brasil em Universidades Públicas e foi encontrado um número reduzido de achados de trabalhos em Portugal (somente três artigos científicos).

Foram selecionadas quatro categorias de análise fundamentadas nos objetivos educacionais apresentados pelo Relatório de Harvard e abordados pela pesquisadora Cláudia Ponte, de Portugal: Participação, Empoderamento, Envolvimento e Bem-estar. Dentre as quatro categorias de análise, as que são mais abordadas no trabalho estão relacionadas à Participação Digital e Emancipação Digital. A categoria Envolvimento configura as áreas de Economia Digital; Análise de Dados e Pensamento Computacional que estiveram pouco presentes na pesquisa.

Apesar de um reduzido número de trabalhos com o tema de Cidadania Digital na Educação na academia, observou-se, como demonstrado na pesquisa, órgãos e instituições que promovem cursos, pesquisas, cartilhas sobre o tema de cidadania digital, tais como: Safernet, Cetic.br, *Eu kids Online*.

Após análise dos dados, verificou-se a ampliação e a abrangência maior do tema de Cidadania Digital. Tal constatação foi tratada no item 3.3.2.2 Uma breve análise das dimensões principais do Conceito de Cidadania Digital, temas, tais como letramento digital, letramento

digital crítico, multiletramentos, transletramentos, alfabetização midiática e informacional, educomunicação. Tais dimensões vão muito mais do que somente tratar de riscos e oportunidades da Internet, direitos e deveres, Identidade Digital, entre outros, que muitas vezes acabam por limitar o conceito e a atuação da Educação para Cidadania Digital.

Outrossim, cabe salientar que a cidadania digital não se resume à proteção de dados, mas envolve diversas dimensões na vida (MATTA, 2018), como: Direitos Autorais, Direitos da Informação, Direito à privacidade, intimidade, honra e imagem, Direito das crianças e adolescentes, Direito de propriedade privada, Direito à segurança, Direitos do consumidor, Direito à identidade, Direito ao acesso à internet e a inclusão digital, Direito ao Lazer, Direito social e cultural, Direito à educação, Direito à saúde, integridade física e psíquica.

Outro aspecto relevante é que a Educação para Cidadania Digital ao acontecer na escola, deve-se levar em conta a formação do professor. Alguns trabalhos apontaram a real necessidade de capacitar os professores para mediar o tema de Cidadania Digital nas escolas. Outros agentes da comunidade escolar devem ser envolvidos segundo o contexto e a realidade de cada sistema de ensino. Alguns sistemas de ensino ou escolas ministram disciplinas relacionadas à Tecnologia, outras inserem a temática em seu currículo e também é possível abordar a temática tratada de forma transversal. Entretanto, é relevante que se destaque a necessidade de uma “postura cidadã” na cultura digital por todos os agentes, de forma que os estudantes a incorporem em suas práticas sociais.

Cabe retomar que a cidadania é uma das competências tratadas, em especial, na Competência n.º 6 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontando a demanda para que os estudantes se enxerguem como integrantes da sociedade e que nela possam exercer papel ativo, crítico e engajado “e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BRASIL, 2018).

Para além da cidadania digital nas escolas, deve-se ampliar a responsabilidade, pois ela não deve ser única e exclusivamente abordada pela escola, mas deve-se estender para a comunidade, espaços de educação não formal e a família, que também devem ser responsáveis em orientar crianças e adolescentes para exercer uma cidadania digital participativa, consciente e que promova a emancipação.

Dessa forma, ao responder à questão problema *Qual o “estado da arte” sobre as abordagens relacionados ao conceito de Cidadania Digital na Educação?* Esta pesquisa identificou que, nos 21 trabalhos analisados, se faz necessária a formação do professor para exercer a docência para integrar a temática ao currículo, bem como adotar uma postura cidadã

e, ainda, envolver os demais agentes da comunidade escolar e as famílias na formação para uma cidadania digital crítica.

Esta pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2020 e 2021 no contexto da pandemia de Covid-19, quando as escolas brasileiras tiveram as aulas presenciais suspensas e substituídas pela educação remota e híbrida, em grande parte, por meio das TDIC. Esse fato reforçou a demanda pela compreensão sobre a relevância da educação para cidadania digital.

Enfatizamos a necessidade do adensamento do conceito de Cidadania Digital para as dimensões aqui tratadas, em especial na construção de novos currículos e que este esteja referido nas políticas públicas educacionais.

Torna-se mister que este tema seja objeto de estudo na academia e que outros pesquisadores possam reconhecer a relevância e importância do assunto e a urgência da ampliação e adensamento dos debates sobre a temática. Espera-se que este trabalho possa contribuir para que outros profissionais, de diversas áreas, entendam melhor o que já existe e o que pode ser aprofundado ao pensar em desenvolver trabalhos futuros sobre o tema de Cidadania Digital na Educação, ampliando o escopo para a pesquisa do tema na literatura em língua inglesa, buscando pesquisas que envolvam os profissionais da educação que atuam nas escolas básicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Mere; STANO, Rita de Cássia; GONÇALVES, Yara Pires. O epistemológico e o curricular na Formação Docente em exercício. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 09, n. 18, p. 282-298, mai.-ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/711/pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

AGUIAR, Márcia; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. [Livro eletrônico]. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

AIRES, Luisa; PALMEIRO, Ricardo; PEREDA, Visitación. Das Competências de uso das Tecnologias Digitais ao exercício pleno da Cidadania Digital: os casos do Alentejo e do País Basco. **RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning**, v. 2, n. 1, março 2019. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/index.php/lead_read/article/view/22052. Acesso em: 16 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, Taiana Caroline Marino. **Geração manda nudes**. A exposição virtual, ofensa aos direitos da personalidade e sua reparação. 2019. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/37454/1/TCC%20TAIANA%2030-10-2019%20%282%29.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

ALMEIDA, Fernando José de; SILVA, Maria da Graça Moreira da. O currículo como direito e a cultura digital. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 12, p. 1233-1247, maio/out. 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/20229>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Integração de currículo e tecnologias: a emergência de web currículo. XV Endipe – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53903216/web-curriculo_Endipe_20.12.2009.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; SILVA, Maria da Graça Moreira. Currículo, tecnologia e cultura digital, espaços e tempos de web currículo. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 1, abril 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/5676/4002>. Acesso em: 24 out. 2020.

AMADO, Carolina Batalha de Oliveira Pascoal. **Segurança na internet para encarregados de educação: desenvolvimento de um MOOC**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24161>. Acesso em: 28 out. 2020.

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 49-69.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ARAÚJO, Elaine Vasquez Ferreira de. **O Letramento Digital e as Orientações Educacionais: Leitura e Escrita Digital no Ensino Médio**. 2019. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Duque de Caxias, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. [Recurso eletrônico].

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira. São Paulo: Lafonte, 2020. [Livro eletrônico].

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIOLCHINI, Jorge *et al.* Systematic review in software engineering. **Technical report, RT-ES 679/05**. System Engineering and Computer Science Dept., COOPE/UFRJ, 2005. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/es67905.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Marco Civil da Internet**. 2014. Disponível em: <https://www.cgi.br/lei-do-marco-civil-da-internet-no-brasil/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD**. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v.35, n.03, p.37-58. set./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077/10270>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BUENO, Divino Alves. Comunicação, Mídia e Cidadania na Prática Pedagógica. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 591-606, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/28649>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Letramentos Digitais e Formação de Professores**. In: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO EDUCAREDE: Educação, Internet e Oportunidades. Memorial da América Latina, São Paulo, BRASIL, 29 a 30 de maio de 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242229367_Letramentos_Digitais_e_Formacao_de_Professores. Acesso em: 07 abr. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento e inclusão: do Estado-Nação à era das TIC. **D.E.L.T.A.** Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, SP, v. 25, n. 01, p. 01-38. 2009a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v25n1/a01v25n1.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento, novas tecnologias e a teoria ator-rede: um convite à pesquisa. **Remate de Males**, Campinas, SP, v.29. jan./jun. 2009b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636289>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CABRAL, Guilherme Perez. Educação na e para democracia no Brasil: Considerações a partir de J. Dewey e J. Habermas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 873-889, jul./set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n136/1678-4626-es-ES0101-73302016153431.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CGI.br/NIC.br. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), **Pesquisa TIC Kids Online**, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>. Acesso em: 28 out. 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. As finalidades do sistema de educação brasileiros. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-19, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/19288>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COSTA, Daniela. **A educação para cidadania na escola**: análise multidimensional da atuação dos professores enquanto mediadores da cultura digital nos processos de ensino e aprendizagem. 2019. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/22263/2/Daniela%20Costa.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CREPALDI, Elaise Mara Ferreira. Currículo e Multiculturalismo: Perspectivas para consciencialização das diferenças na escola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE – SIPD, 5., 2015, PUCPR. **Anais [...]** Coimbra: Unesco, 2015. Grupo de trabalho - Cultura, Currículo e Saberes. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22538_11125.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

DEMO, Pedro; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. **Cidadania e Direitos Humanos** - sob o olhar das políticas públicas. Brasília: Ipea, 1995. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1819/1/td_0391.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em : https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1062221/mod_resource/content/1/experiencia-e-educacao-dewey.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

DI FELICE, Massimo *et al.* Manifesto pela cidadania digital. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 3-7, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21565>. Acesso em: 28 out. 2020.

DUEK, Carolina; MOGUILLANSKY, Marina. Crianças, telas digitais e família: práticas de mediação dos pais e gêneros. **Comunicação e Sociedade**, v. 37, Braga, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S2183-35752020000100004&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 12 jan. 2021.

FARIA, Paulo M. **Revisão Sistemática da Literatura**: Contributo para um Novo Paradigma Investigativo. Metodologia e Procedimentos na área de Ciências da Educação. Aplicação prática aos temas desenvolvimento profissional docente e inovação educativa com tecnologias digitais. Santo Tirso: @Whitebooks, fevereiro de 2016. [Livro eletrônico].

FERRACIOLI, Marcelo Ubiali. **Escola Cidadã**: Questões Acerca da Educação Escolar em Tempos de Crise Estrutural do Capital. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Araraquara, 2008. Disponível em : <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp071123.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

FERREIRA, Mayra Fernanda. **Infância (n)ativa**: potencialidades de participação das crianças na mídia digital. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157357>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/A-Importancia-do-Ato-de-Ler-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREIRE, Paulo. A máquina está a serviço de quem? **Revista BITS**, p. 6, maio de 1984. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/dvilardo/a-mquina-est-a-servio-de-quem>. Acesso em: 07 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-80.

GADOTTI, Moacir. **Cidadania Planetária**. Pontos para Reflexão. São Paulo: IPF, 1998. Disponível em: http://projetos.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1624/1/FIPF_1998_INSTITUCIONAL_09_003_Editado.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO, 5., 2003, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Ceap, 2003. p. 1-9.

GARCIA, Marta Fernandes *et al.* Novos letramentos e docência na educação a distância. **Revista E T D – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 211-233, Jan/Mar 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8640578/15208>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O Currículo** – uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GOMES, Joyce Galdino. **Mídias sociais, adolescentes e cidadania**: espaço de representações e de educação para a mídia. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-48.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2012.

KETZER, Araciele Maria. **“Lutar também é educar”**: o potencial político e educacional do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015-2016). 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

LACERDA, Marcelo de Miranda. **Letramento e emancipação digital cidadã**: Cartografias e rastros na constituição de espaços de convivência híbridos e multimodais. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Dossiê Direitos Humanos. **Estud. av.**, v. 11, n. 30, São Paulo, may/aug. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 07 set. 2020.

LAMANA, Rosa Maria R. **Ética ou Segurança?** As questões da internet no currículo. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9791>. Acesso em: 28 out. 2020.

LEMOS, André. Os desafios atuais da cibercultura. **Jornal Correio do Povo**, Caderno do Sábado, Porto Alegre, 15 jun. 2019. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/os-desafios-atuais-da-cibercultura/>. Acesso em: 06 set. 2020.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

LIBERALI, Fernanda Coelho. A BNCC e a elaboração de currículos para Educação Bilíngue. In: MEGALE, Antonieta (Org.). **Educação Bilingue no Brasil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2019. p. 29-42.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Márcia; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. e. Recife: Anpae, 2018. p. 23-27. [Livro eletrônico]. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educação%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

MASCHERONI, Giovanna; PONTE, Cristina; JORGE, Ana. Introduction. In: MASCHERONI, Giovanna; PONTE, Cristina; JORGE, Ana (Eds.). **Digital Parenting**. The challenges for families in the digital age. Gothenburg: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, at Nordicom University of Gothenburg, 2018. p. 9-18. Disponível em: https://www.nordicom.gu.se/sv/system/tdf/publikationer-hela-pdf/yearbook_2018_digital_parenting.pdf?file=1&type=node&id=39884&force=0. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARINHO, Simão Pedro P.; CARNEIRO, Flávia. Digital citizenship in schools: nine elements all students should know, in Mike Ribble. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10778>. Acesso em: 10 out. 2020.

MATTAR, Luiza Ribeiro. **Revisão sistemática de estudos sobre direitos humanos nas mídias digitais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –

Bauru, 2018. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152972>. Acesso em: 28 out. 2020.

MEDEIROS, Cid. **Tecnologias, ética e cidadania nas percepções de professores da UAB**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2232>. Acesso em: 28 out. 2020.

MENDES, Ovídio Jairo Rodrigues. **Concepção de cidadania**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENDONÇA, Helena Andrade. **Letramentos digitais e formação educacional na educação básica: investigação de práticas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-10032017-151750/pt-br.php>. Acesso em: 28 out. 2020.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 7-37.

NATHANSON, Amy I. Identifying and explaining the relationship between parental mediation and children's aggression. **Communication research**, 1999, 26(2), 124-143. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/009365099026002002>. Acesso em: 16.jun. 2021.

OLIVEIRA, Michele Mezari; GIACOMAZZO, Graziela Fatima. Educação e Cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7393>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/resources/publications>. Acesso em: 24 jan. 2021.

PAGLIA, Rosângela da Silva Camargo. **Base Nacional Comum Curricular: A Política educacional para o Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino de Barueri**. 2019. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/22466/2/Ros%C3%A2ngela%20da%20Silva%20Camargo%20Paglia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso. Cidadania e Educação. **Cad. Pesq.**, n. 104. p. 101-121, jul. 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/719>. Acesso em: 07 out. 2020.

PECK, Patrícia. **A LGPD aplicada ao cenário da educação**. 2020. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/noticias/2020/educacao-lgpd>. Acesso em: 27 out. 2020.

PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-28.

POELL Thomas; NIEBORG, David; DICK, José van. Plataformização. **Revista Fronteiras. Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, janeiro/abril 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/19838/0>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PONTE, Cristina. Cidadania e Escola no Contexto Digital. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 501-522, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/47975>. Acesso em: 17 maio 2021.

PONTE, Cristina; BATISTA, Susana. **Eu Kids Online Portugal**. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos). 2019. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/eukidsonline/wp-content/uploads/sites/36/2019/03/RELATO%CC%81RIO-FINAL-EU-KIDS-ONLINE.docx.pdf>. Acesso em 24 jan. 2021.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M; FARIA, Ádila. Revisão Sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan/abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269/2185>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RODRIGUES, Dilson Florencio. **Comunicação, Mídias & Educação: um estudo sobre práticas na escola pública**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26326/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o_m%C3%ADdiaseduca%C3%A7%C3%A3o_Rodrigues_2018.pdf

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola, 2019.

SANTAELLA, Lucia. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior**, Campinas, Unicamp, 4 abr. 2013. Especial: As novas mídias e o ensino superior. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTAELLA, Lucia. A semiótica das Fake News. **Revista Verbum**. Cadernos de pós-graduação, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/50522/pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema nacional da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento - Revista de Educação**, ano 3, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SAYAD, Alexandre Le Vosci. Educação midiática e pensamento crítico: antídotos contra a "desinformação". In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Orgs.). **Liberdade de Expressão: Questões da Atualidade**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 9-17. Disponível em: https://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro_liberdade-de-expressao_-_questoes-da-atualidade.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

SBROGIO, Renata de Oliveira. **Letramento Digital em Massa com objetos de aprendizagem**. 2016. Dissertação (Mestrado em em Mídia e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2016.

SELAU, Patrícia. **Cultura digital e cidadania**: dialogando a partir de práticas e do currículo dos anos iniciais em escola participante de um projeto de inclusão digital. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Unisinos, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5344?locale-attribute=en>. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, Douglas Eduardo. **Mídia-Educação para a sustentabilidade**: uma proposta para estudantes do ensino médio. 2016. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores e Cultura Digital) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <https://sites.google.com/site/teoriasdecurriculo/home/livro>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SOARES, Ismar. Educomunicação e formação de professores no século XXI. **Revista FGV Online**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvonline/article/view/41468>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SOARES, Magda. **Português**: uma proposta para o letramento. São Paulo: Moderna, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento em três gêneros**. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Meire Cristina de. Educação digital: a base para a construção da cidadania digital. **Debater a Europa**, n. 19, 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/debatereuropa/article/view/19_5. Acesso em: 16 jun. 2021.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

TOMÉ, Vitor. A cidadania na era digital: um projeto piloto de formação de crianças dos 3 aos 9 anos em contexto formal e informal de aprendizagem. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 31, 2016. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/2310>. Acesso em: 28 out. 2020.

TOMÉ, Vitor *et al.* Exercício de cidadania ativa e participação através da mídia.: um projeto comunitário focado em crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo. **Comunicação e Sociedade**, v. 36, 2019. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/2347>. Acesso em: 28 out. 2020.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo Escolar e Justiça Social**: O Cavalo de Troia da Educação. Porto Alegre: Penso: 2013.

UNESCO. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO-UFTM, 2013. Disponível em: [Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores; 2013 - 220418por.pdf \(unesco.org\)](#). Acesso em: 25 abr. 2021.

VALKENBURG, Patti M. *et al.* Developing a scale to assess three different styles of primary school children Developing a scale to assess three styles of television mediation: “Instructive mediation,” “restrictive mediation,” and “social coviewing”. **Computers & Education**, 55 (2), p. 454-464, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/29286032/Developing_a_scale_to_assess_three_styles_of_television_mediation_restrictive_mediation_instructive_mediation_and_social_coviewing. Acesso em: 12 jan. 2021.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WEISER, Mark. The computer for the 21st century. **Scientific American**, v. 3, n. 265, p. 66-75, January 1991. Disponível em: <https://www.lri.fr/~mbl/Stanford/CS477/papers/Weiser-SciAm.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ZANCHETTA Jr., Juvenal. Educação para a mídia: propostas européias, realidade brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1103-1122, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a09.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.